



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RELICÁRIO URBANO: Uma leitura do Bairro do Roger na Cidade de João Pessoa-PB
(2003-2013)

LUANA MARIA CAVALCANTI BISPO

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E CULTURA HISTÓRICA
LINHA DE PESQUISA: ENSINO DE HISTÓRIA E SABERES HISTÓRICOS

João Pessoa

2015

B622r Bispo, Luana Maria Cavalcanti.

Relicário urbano: uma leitura do Bairro do Roger na cidade de João Pessoa-PB (2003-2013) / Luana Maria Cavalcanti Bispo.- João Pessoa, 2015.

170f. : il.

Orientadora: Vilma de Lurdes Barbosa e Melo

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA

1. Historiografia. 2. História e cultura histórica. 3. Ensino de história. 4. História local - Bairro do Roger.

RELICÁRIO URBANO: Uma leitura do Bairro do Roger na Cidade de João Pessoa-PB
(2003-2013).

Luana Maria Cavalcanti Bispo

ORIENTADOR: Prof. Dr.^a Vilma de Lurdes Barbosa e Melo

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciência Humanas e Letras da Universidade Federal da Paraíba-UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientadora: Profa. Dra. Vilma de Lurdes Barbosa e Melo
Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

JOÃO PESSOA – PB

2015

LUANA MARIA CAVALCANTI BISPO

RELICÁRIO URBANO: Uma leitura do Bairro do Roger na Cidade de João Pessoa (PB).

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Vilma de Lurdes Barbosa e Melo (Orientadora)

Orientadora – PPGH /UFPB

Prof. Dr. Antônio Clarindo Barbosa de Souza
Programa de Pós-Graduação em História – UFCG
Membro Externo

Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes
Programa de Pós-Graduação em História – UFPB
Membro Interno



Profa. Dra. Rosa Maria Godoy Silveira
Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos - UFPB
Membro Externo – (Professora Convidada)

Prof. Dr. Damião de Lima
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior.
Membro Externo (Suplente)

Prof. Dr. Elio Flores
Programa de Pós-Graduação em História - UFPB
Membro Interno (Suplente)

Ao meu “avôhai” (avô e pai),
Francisco de Assis, meus olhos.

Não nos enganemos: a imagem que fazemos de outros povos e de nós mesmos está associada à História que nos ensinaram quando éramos crianças. Ela nos marca para o resto da vida. Sobre essa representação, que é para cada um de nós a descoberta do mundo e do passado das sociedades, enxertam-se depois opiniões, ideias fugazes e duradouras, como um amor... mas permanecem indeléveis as marcas das nossas primeiras curiosidades, das nossas primeiras emoções. (FERRO, 1983, p.11).

AGRADECIMENTOS

Nesse caminho, com percursos e percalços acadêmicos, a ciência na contramão da poesia, nos rouba um pouco o romantismo, mas não a sensibilidade que nos faz além dos nossos objetos e sujeitos, métodos e teorias, levando-nos a estabelecer outras metodologias que nos permitem dar vivacidade, cor, apenas aos percursos, excluindo os percalços, por decisão individual em enxergar o colorido (e coletivo) que é a vida.

Neste espaço, o meu *métier* será deixado de lado para dar vez e voz ao meu coração, a minha memória afetiva, que lapida, nesse exato momento, um turbilhão de sensações, colocando à prova a sua natureza sinestésica e fortalecendo ainda mais o laço das experiências e dos sentimentos que, por aqui, me tomam conta.

Por falar tanto em memória, eu não poderia deixar as minhas de fora, os meus relatos de experiência com sujeitos de um tempo e espaço que contribuíram para chegar nesta etapa de formação, que fazem parte da minha memória escolar, que se esforçaram para que eu aprendesse a ler, a escrever, a contar, a conhecer os mapas, a amar literatura, a me identificar com a História.

Aos meus professores do Ensino Básico, na pessoa da querida tia Elizete, que mesmo sem muita paciência, no auge dos seus cabelos grisalhos, me alfabetizou, me estimulou o prazer da leitura, das letras redondas da caligrafia, a cada um deles, parte do meu relicário, muito obrigada.

Ao meu avô, que desde sempre foi meu pai, o agradecimento por ter confiado e investido na minha educação, dando-me a oportunidade de estudar em boas escolas e, principalmente, por me ensinar que essa educação se faz por competências e habilidades que estão além da sala de aula, mas na vida, quando aprendemos a respeitar e amar o próximo. A você, que sempre foi meus olhos, minha gratidão será eterna e todas as etapas da minha vida serão a ti dedicadas, como o meu coração que sempre será teu.

Nesse mesmo ciclo familiar, aproveito para agradecer a minha avó, minha segunda mãe, por todo o seu amor e disponibilidade, por seu afeto, por seu carinho, por ter nos recebido não apenas na sua casa, mas no seu coração. Vovó Vilma é meu espelho de ser humano íntegro, bondoso e de doação, entre nós uma tremenda afinidade no gostar de atestar sentimentos em palavras.

Com uma lembrança tão forte das leituras em voz alta na rede à tardinha, numa tentativa de fazer aquietar os ânimos de uma criança hiperativa, agradeço a todos os meus tios e tias na pessoa da minha Tia Katya, além dos meus tios Carlos e Regina que muito

contribuíram com a minha aproximação ao Bairro do Roger. A cada um deles, o meu amor e minha gratidão. Estendo essa mesma energia aos meus primos na pessoa de Aline e Allana que, certamente, vibram comigo essa etapa.

Minha querida e forte mãe, que teve de optar tão jovem entre trabalhar e estudar para tomar conta de uma criança hiperativa. A você mãe, eu tenho a força do amor que me impulsiona a retribuir todos os teus sonhos adiados para realizar os meus. Espero ser, ao menos, metade da mãe que você é pra mim. Junto a você, meu agradecimento ao Riva, que aos seis anos de idade, se tornou meu segundo pai, não medindo esforços para me ver feliz, para fazer tudo que eu peço, para se orgulhar das minhas conquistas e para ter todos os jeitos e trejeitos que nos fazem tão iguais. A você, Riva, meu amor e gratidão por toda dedicação. No largo desse meu coração, meu amor, pela caçula, minha irmã Yasmin, exemplo de disciplina e paciência, um dos meus orgulhos.

Ao meu esposo, companheiro de vida, que chegou em um momento de muitas dúvidas, inseguranças, incertezas, mas me fez enxergar que eu podia. Me incentivou e acreditou que eu podia começar do zero, apostou na minha capacidade de ir mais longe e, de fato, eu consegui. A ele, que tem sido um grande exemplo de pesquisador, de professor, de companheiro, o meu coração cheio de bons sentimentos. Nessa mesma linha do relicário, meu carinho e amor por minha sogra, uma mãe e amiga que me dedica sempre os melhores sentimentos, minha gratidão.

No cenário das novas chegadas, agradeço a orientação, o carinho, o apoio e o exemplo da minha orientadora Prof. Dra. Vilma de Lurdes, a mulher que guarda guardanapos em livros, que me ensinou com cada pequeno gesto, sua simplicidade de ser quem é. Agradeço também aos professores Regina Célia, Ângelo, Antônio Clarindo, Paulo Giovani, Damião de Lima, Lúcio Flávio pelo incentivo e contribuição durante a graduação e até mesmo depois dela.

Durante essa trajetória, muitos também são os amigos que estão ao nosso lado, alguns mais antigos, que se alegram com as nossas conquistas, que nos estimulam e se sentem felizes com os nossos sonhos realizados, a Renata, a Rodrigo, a Karla, a Mariana, a Alisson, a Isabela, a Patrícia, a Yanucha, amigos da escola e da graduação, os meus maiores e melhores sentimentos e agradecimentos por fazerem parte da minha vida, por acreditarem e estarem comigo nessas conquistas. Aos da vida, que me dedicam amor e amizade e todos aqueles que me acolhem e são folhas de minha árvore, o meu coração com muito afeto.

Há também, durante essa trajetória de pós-graduação, algo que está além dos ganhos de conhecimento e título, que são os amigos, os amigos que a gente conquista e tornam mais

leve esse período de quase dois anos de mestrado que nos ausenta de ânimo. São eles que nos impulsionam, que partilham das mesmas inquietações e que caminharão conosco para além da Academia. A Stênio, meu obrigada pelas inúmeras horas ao telefone dividindo aflições, sorrindo das mesmas dificuldades, um grande incentivador e amigo, és parte da minha memória afetiva, tenho certeza que essa amizade permanece além da Academia. A Fernanda, Bento, Vânia, João Paulo, Albanisa, Alyne, Israel, Márcia, Chico, certamente sem a parceria e a companhia de vocês, esse mestrado, esse grupo de pesquisa, não teria sido o mesmo.

Aos inúmeros sorrisos da minha amiga de trabalho Maria José, que além de estar do meu lado, sempre acreditando no meu potencial, junto a Kelly, compreendeu minhas necessárias ausências no trabalho, acreditando no quanto essa qualificação pode fazer a diferença nessa biblioteca no qual eu amo atuar. Obrigada, sempre.

Agradeço imensamente a colaboração de todos os moradores e ex-moradores do Bairro do Roger, na pessoa do Sr. Duda, patrimônio daquela comunidade, que abriram gentilmente as portas de suas casas, que cederam a mim suas memórias, para que eu pudesse escrever uma História que não é minha, mas que hoje permite me identificar e me sentir parte dela. Sem vocês, esse trabalho não teria chegado ao fim.

Por fim, agradeço a minha Tia Geni (*in memoriam*), minha maior contadora de histórias, que me permitia por horas ouvir suas memórias, suas experiências que o tempo conseguiu lapidar em sua alma e cravá-las para sempre nas nossas vidas, para que nunca pudéssemos esquecê-la.

RESUMO

Este trabalho visa à construção de uma História do Bairro do Roger na cidade de João Pessoa a partir de fontes oficiais, bibliográficas e relatos de memória de moradores e ex-moradores. Utilizamos, enquanto metodologia, a História Oral a fim de identificarmos continuidades e rupturas que o bairro sofreu ao longo do tempo. Abordamos num primeiro momento, a partir de uma fundamentação teórica entrelaçada entre a História Local e a Micro-História, em trânsito com outros conceitos como memória, identidade, cidadania, a trajetória de ocupação do espaço central da cidade, localizado na zona norte, local em que se situa o bairro e que foi palco para o desenvolvimento inicial da cidade. Refletiremos sobre a formação de uma visão bucólica do bairro devido aos elementos pontuais como o Lixão e o Presídio, que colaboram com a imagem negativa disseminada pela imprensa e apropriada pelos não moradores, indivíduos que não estabelecem vivências no bairro. Mapeamos os lugares de memória e outros elementos que delimitam o sentimento de pertencimento e a dicotomia espacial e social existente no bairro. No último capítulo, tratamos sobre o Ensino de História Local a partir de uma reflexão sobre o espaço que esta abordagem ocupa nos dias de hoje. Analisamos a legislação vigente e os relatos sobre o Ensino de História Local dos professores de história das três escolas públicas do Bairro do Roger. Elaboramos, ao final, um guia de fontes que traz produções sobre o bairro e a cidade de João Pessoa em forma de material de consulta e apoio para professores e alunos e aqueles que desejarem conhecer mais sobre o Bairro do Roger.

Palavras-Chaves: História Local; Bairro do Roger; Ensino de História.

ABSTRACT

This work looks for one construction of Roger's Neighborhood History in João Pessoa city from official and bibliography sources and memory reports of the dwellers and ex-dwellers. We used as methodology the storytelling in order to identify continuities and disruptions that the neighborhood suffered during the time. We approached in a first moment from the literature review intertwined between the local history and the micro-history, in transit with others concepts of memory, identity and citizenship, the trajectory of occupation of a central space localized in the north zone. The local that is situated the neighborhood was stage for the initial development of the city, entering in the local characteristics of Roger's Neighborhood through testimonials, bibliographies and official documents found at the Metropolitan Curia. We proposed to reflect on bucolic view of the neighborhood due to the specific elements as the "Lixão" (garbage dump) and the penitentiary that collaborated with the negative view disseminated by the press and appropriated by the non-dwellers, individuals that do not have experience in the neighborhood. In the last chapter, we deal about the Teaching of Local History from a reflection on the space that this approach occupy nowadays. We analyzed the ongoing legislation and the reports about the Teaching of Local History from teachers of history of the three public schools of Roger's Neighborhood. We elaborated, in the end, a source guide that brings productions about the neighborhood and the João Pessoa city in the form of consultancy material and support for teachers, students and those that want to know more about Roger's Neighborhood.

Keywords: Local History, Roger's Neighborhood, History Teaching.

LISTA DE GRÁFICOS, IMAGENS, MAPAS E QUADROS

GRÁFICOS

01 – Percepções sobre o Bairro do Roger nas Redes Sociais	62
---	----

IMAGENS

01 – Os aguadeiros vendendo água na porta das casas na Rua Gama e Melo, 1910	37
02 – Foto atual da Rua Gama e Melo	38
03 – Hipster sobre o Bairro do Roger	67
04 – Morador antigo perto da Gameleira	87
05 – Parque Arruda Câmara, mais conhecido como BICA	90
06 – Foto do Lixão do Roger com a presença dos catadores	96
07 – Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega no Roger	97
08 – Panfleto da audiência pública dos presos do Roger	99
09 – Foto da reportagem sobre o fim do Lixão do Roger	102
10 – Foto da Exposição “Mostra a tua cara Paraíba”	141

MAPAS

01 – Planta da Parahyba – 1855	34
02 – Mapa atual da Cidade atual da Zona Norte de João Pessoa	35
03 – Mapa da cidade de João Pessoa por Zona	63

QUADROS

01 – Dados sociais do Bairro do Roger	29
02 – Nomes antigos e recentes de algumas das ruas do Bairro do Roger	36
03 – Quantidades de notícias por ano sobre o Bairro do Roger	65
04 – Dados dos professores entrevistados	135

SUMÁRIO DA DISSERTAÇÃO

AGRADECIMENTOS	VII
RESUMO	X
ABSTRACT	XI
TABELA DE GRÁFICOS, IMAGENS, MAPAS E QUADROS	XII
OS PRIMEIROS PASSOS ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA	15
CAPÍTULO I DE SÍTIO “MARIA ABURINHOSA” A BAIRRO DO ROGER: HISTÓRIA E MEMÓRIA	24
1.1 Por entre arquivos: o que diz a memória oficial?	32
1.2 Tecendo a História: os relatos dos moradores do lugar	41
CAPÍTULO II QUEM TE VIU, COMO TE VÊ? O BAIRRO DO ROGER E SEU CARÁTER BUCÓLICO	50
2.1 Em diálogo com a memória	53
2.2 O Bairro do Roger no foco da mídia: o não morador e suas impressões	59
2.3 O indivíduo e o lugar: traços de uma afetividade	75
2.3.1 O Carnaval e as Escolas de Samba	78
2.3.2 O São João e as Quadrilhas Juninas	82
2.3.3 A Gameleira	86
2.3.4 O Campo do Onze	89
2.3.5 A Bica – Parque Arruda Câmara	89
2.3.6 A Pedreira	92
2.3.7 Lixão do Roger	93
2.3.8 Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega – Presídio do Roger	97
2.4 Entre outras Histórias e Memórias	99
CAPÍTULO III MEMÓRIAS DO BAIRRO DO ROGER E SUA INTERFACE COM O ENSINO DE HISTÓRIA	105
3.1 História Local em sala de aula: teoria, legislação e prática	107
3.2 Relatos de professores de história das escolas da rede pública do Bairro do Roger	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS	148

Os primeiros passos entre a teoria e a prática

O interesse por um objeto de pesquisa não pode, nem deve, nascer de forma estanque, sem vida, pelo menos para a autora desta dissertação não se deu assim, pois a História é vida, uma dialética constante entre, o fazer, o dizer e o ouvir. Tudo foi traçado a partir de inquietações que deixam a mente em ebulição, que traçam rotas entre o presente, passado e futuro, colorindo reminiscências que não eram suas, mas que lhe despertavam a imaginação, a consciência histórica e até mesmo a afetividade – afinal, trabalhar com o que se gosta, transforma o trabalho numa *poiesis*, despida de senso comum e vestida de ciência histórica.

Foi no calor de uma mente curiosa que os primeiros flertes aconteceram. Pelas ruas do centro da cidade de João Pessoa, cotidianamente nas aulas de campo do Projeto de Educação Patrimonial “O Futuro Visita o Passado”¹, em que a autora estagiava enquanto aluna do curso de História, surgiram as primeiras perguntas inquietantes. O que se constituiu em espaços de moradia com o predomínio do comércio na área considerada como centro da capital do Estado? Com o visível descaso do poder público no tombamento, preservação e uso do casario (muitas vezes abandonado), o que faz com que diversas famílias continuem a residir nos antigos bairros da zona norte de João Pessoa onde hoje se designa por centro da cidade? Especialmente aqueles que formaram inicialmente o seu cenário urbano, tais como o Roger, o Varadouro, Tambiá? Falta de condições financeiras? Comodismo? Seria tudo isto fruto de um elo entre o lugar e a memória, a história vivida que estabelece o sentimento de pertencimento a partir da identidade?

Estas primeiras perguntas estão acompanhadas de tantas outras que surgiram no decorrer da pesquisa, no processo de amadurecimento de um projeto que vinha à tona em momento de indecisão e medos, por pouco não houve recuo, por pouco não foi engavetado, tornando-se um sonho tracejado num papel não mais em branco, mas projetado num universo particular que não deixou terminar o que nem havia começado.

¹ Projeto elaborado e executado pela Secretaria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa. Durante o ano de 2009, atuamos enquanto estagiária do curso de História e, em 2010, como coordenadora do referido Projeto. O público-alvo se constituiu de alunos do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino e proporcionava uma abordagem interdisciplinar mediada por estagiários dos cursos de História, Turismo, Arquitetura e Geografia através de aulas de campo, pelo centro histórico da capital.

A obra que acontecia com pitadas de curiosidade, saudosismo não vivenciado, paixão histórica e sede de saber, conhecer o que, até então, era desconhecido, tomou corpo a partir do recorte espacial que ficou assim decidido, o “local” seria o Bairro do Roger.

Se, até então, a escrita tinha sido narrada em segunda pessoa, como alguém que apresenta a cena, passamos, a partir de agora, à primeira pessoa do plural, pois é dessa maneira que a narrativa será construída, numa perspectiva do “nós”, das diversas falas que estão presente nesse trabalho: a minha, as das pessoas pesquisadas, as dos autores referenciais que nos deram suporte com suas obras – todos, sujeitos que dão vozes a esta História.

A decisão mais conflitante estava no recorte temporal. Até um pouco antes da escrita, não sabíamos ao certo que temporalidade recortar, pois trabalhar com História Oral, embora ela, no nosso caso de pesquisa, reduza de certa forma o alcance do tempo, devido à memória respeitar as narrativas dos sujeitos, essas estavam sempre embebidas de várias décadas, pois, como tratamos da história do bairro, as falas naturalmente, em diversos momentos, são ampliadas, e por mais que tivéssemos optado pela História Oral temática, não há como deixar de perpassar por momentos como a instituição administrativa do bairro em 1940, década, inclusive, de nascimento de alguns dos sujeitos pesquisados, por isto, difícil estabelecer uma precisão de datas. Todavia, estamos mergulhados na História do Tempo Presente, assim, estabelecemos um recorte de 2003 – 2013², ou seja, os últimos dez anos, devido às seguintes considerações: o fato de que 2003 foi um ano “marco” para o bairro devido à desativação do Lixão a “céu aberto” da cidade, que ficava instalado em seu espaço; além de ter sido a delimitação temporal disponibilizada pelo acervo do *Jornal da Paraíba*, que faz parte das mídias escolhidas como fonte³ para o segundo capítulo.

O trabalho com o jornal enquanto fonte é uma conquista da historiografia no final do século XX, pois, segundo Tânia de Luca (2010, p.112), o jornal era visto como “pouco adequado para recuperação do passado, tendo em vista que continha registros fragmentários do presente, realizada sobre o influxo dos interesses, compromissos e paixões”. Todavia, após a modificação da concepção de documento, fruto de debates advindos da terceira geração dos Anales e, conseqüentemente, da Nova História Cultural, o cenário começa a ser modificado diante de pesquisadores que não se preocupavam apenas com a História da imprensa, mas

² Destacamos que utilizamos também outras fontes de 2014 quando analisamos outros tipos de mídia, como as redes sociais.

³ Escolhemos o *Jornal da Paraíba*, que tem sede localizada no Bairro de Tambiá que faz fronteira com o Roger (e que, inclusive, já se constituiu território do Bairro do Roger), com a premissa de buscarmos identificar se o lugar teria influência positiva nas reportagens. Além do mais, o seu acervo se encontra *online* para consulta, sendo encontradas informações sobre o Bairro do Roger de 2003 em diante. Entretanto, ocorre um hiato na nossa pesquisa entre os anos de 2005 a 2008, ou seja, não encontramos registros de 2006 e 2007.

com o uso adequado História por meio da imprensa, que ajuda a esclarecer, através da sua linguagem, do seu público, da sua estrutura coletiva de funcionamento, do seu discurso, de suas imagens, da sua materialidade mediada por técnicas de investigações, situações e fatos que circundavam tempo e espaços diversos, contribuindo para a formação de um novo saber histórico.

Se já tínhamos decidido o objeto de estudo e os recortes espaciais e temporais, faltavam elementos de suporte para as teorias, a metodologia, as fontes documentais, entretanto, todos estes se encaixaram como peças de um mosaico: ao passo que foram se encontrando, deram corpo a este cenário científico chamado de pesquisa histórica.

Para tanto, optamos por trabalhar com a História Local, campo de produção da historiografia que se consolidou junto com as abordagens temáticas trazidas pela Nova História Cultural e que tem permitido estudos históricos sobre comunidades, bairros, municípios, atentando-se para variadas escalas de observação – como discute Revel (2009) – e suas peculiaridades culturais, sociais, políticas que contribuem para a formação de identidades, para o contato com um passado muito mais visível a cada esquina, a cada rua, do que aqueles distantes apresentados por uma história factualista, metódica, fruto das metanarrativas.

Trabalhar com o local é aproximar-se das particularidades do objeto em estudo, dos sujeitos da pesquisa que são fontes para a construção de um passado que lhes são inerentes, mas que poucas vezes são observados dentro de uma relevância histórica, de maneira que, os indivíduos se reconheçam como protagonistas, que se sintam agentes de um processo histórico que aconteceu ontem, hoje e acontecerá amanhã e depois. Trabalhar com o local permite não apenas delimitar um recorte de estudo, mas exige uma abordagem de menor escala que possibilite enxergar singularidades, características que só a Micro-História (GINZBURG, 2006; LEVI, 1992; VAINFANS, 2002; PRINS, 1992; REVEL, 2009) na sua perspectiva de escavar indícios, de ter contato com o desconhecido, pode corroborar com o trabalho proposto, por isto, ocorre um encontro entre as abordagens da História Local e Micro-História. A História Local atua no recorte geográfico, demarcando espaços específicos; a Micro-História, através das especificidades e dos detalhes, como um exercício de um pesquisador que, com lupa em mãos, consegue escavar, perceber o mínimo, as entrelinhas, o corriqueiro:

A micro-história não se relaciona necessariamente ao estudo de um espaço físico reduzido, embora isto possa até ocorrer. O que a micro-história pretende realizar é uma redução de escala de observação do historiador, com

o intuito de perceber aspectos que de outro modo passariam despercebidos. Quando um micro-historiador estuda uma pequena comunidade, ele não estuda A pequena comunidade, mas estuda através DA pequena comunidade. Para o micro-historiador o que importa não é a unidade de observação, mas a escala de observação. (BARROS, 2013, p. 279).

Enquanto metodologia de pesquisa para o estudo da História Local e na perspectiva da Micro-História, escolhemos, como já apresentado em parágrafos anteriores, trabalhar com História Oral (ALBERTI, 2005; HOLANDA & MEIHY, 2011; THOMPSON, 1992). Em se tratando da nossa pesquisa de dissertação, ela possibilitou o contato com as experiências dos sujeitos, com suas formas de organizar o passado, com suas resistências, sensibilidades, reconhecimentos, não como forma de buscar preencher lacunas, mas como metodologia que se constitui junto a outras fontes que auxiliam a compreender o passado, a fim de entender as continuidades e as rupturas com o presente. Entende-se que a História Oral também é pertinente à história do Bairro do Roger, sendo assim, as fontes que produzimos se juntaram ao que já tem se constituído da história do bairro. E o testemunho vivo, a experiência ocular ou relatada, os depoimentos recolhidos trouxeram à tona lembranças que são regadas pelos moradores em seus saudosismos ou até mesmo em seus silêncios dialogando com conceitos como o de memória, identidade, representação, cidadania, Ensino de História, que estiveram em “trânsito” durante a construção epistemológica deste trabalho.

Para tanto, ao trabalhar com História Local, propomos desvendar identidades, entrelaçar reminiscências, em busca de uma memória coletiva que contribua com a construção histórica de uma localidade, neste recorte, o Bairro do Roger. Podemos nos ater ao que assevera Barbosa (2005, p. 8).

A construção e a elaboração da História Local podem ser reveladoras da realidade cotidiana das comunidades, no sentido de configurar e explicar os problemas por elas enfrentados, ao tempo que, em mão dupla, os problemas e questionamentos das comunidades podem suscitar a necessidade de, no exercício de compreendê-los e buscar soluções – numa práxis transformadora, se proceder a sua elaboração e registro. Então, a História Local tanto pode provocar a ação como pode ser por ela provocada no sentido de sua constituição.

No que se diz respeito ao Estado da Paraíba, mais especificamente o município de João Pessoa, estudos voltados para o local, que pode ser o bairro, o município, a comunidade, em seus entremeios com as esferas regional, nacional e mundial, ou seja, a partir do recorte que se delimita e circunscreve para análise, tem culminado no crescimento gradativo de produções relevantes ao estudo da cultura, da identidade, da História do povo paraibano. Entre eles, podemos citar estudos realizados no próprio PPGH/UFPB, como por exemplo, o

de Oliveira (2012) intitulado “O Bairro de Jaguaribe na memória dos seus moradores idosos”; o de Leite (2012), que tratou sobre memórias das manifestações culturais dos moradores do município de Serra Branca na Paraíba; Moreira (2012), com a pesquisa “Entre Britos e Gaudêncios: cultura política e poder familiar nos Cariris Velhos da Paraíba (1930-1960)”, este último também com foco no município de Serra Branca. A vasta produção da Pós de Campina Grande que traz trabalhos também direcionados aos bairros da cidade, conforme podemos observar no banco de dissertações do Programa⁴.

Trabalhos que proporcionam o estudo de uma localidade, contribuem para o fortalecimento de identidades históricas, que, por agregar elementos em comum. Torna, assim, importante registrarmos as particularidades que são reveladoras de uma memória plural, diversa, de uma cultura mista e peculiar às suas localidades.

Aproximar-se do cotidiano dos cidadãos comuns, de suas experiências a partir de questionamentos, do exercício contínuo de buscarmos abordagens que foquem também nas microevidências, atentando-se para as diferenças locais a partir de uma visão mais detalhada dos fenômenos, das experiências cotidianas, das vivências comunitárias revestidas de significados, vai ao encontro da abordagem Micro-Histórica que aponta indícios e, desta forma, colabora com a construção de uma análise coletiva, centrada em uma narrativa histórica atenta às pistas que, muitas vezes, a macroanálise não contempla. O historiador que lida com a Micro-História, pode ser visto como “um pesquisador de evidências periféricas, aparentemente banais, porém capazes, se reunidas em uma trama lógica, de reconstruir a estrutura e dinâmica dos seus objetos” (VAINFAS, 2002, p. 109).

Este cenário elaborado a partir da análise das particularidades, das construções simbólicas, das micropistas, das narrativas, está alinhado com o que propõe a cultura histórica que, segundo Flores (2007, p. 95),

São os enraizamentos do pensar historicamente que estão aquém e além do campo da historiografia e do cânone historiográfico. Trata-se da intersecção entre a história científica, habilitada no mundo dos profissionais como historiografia, dado que se trata de um saber profissionalmente adquirido, e a história sem historiadores, feita, apropriada e difundida por uma plêiade de intelectuais, ativistas, editores, cineastas, documentaristas, produtores culturais, memorialistas e artistas que disponibilizam um saber histórico difuso através de suportes impressos, audiovisuais e orais.

Para Giovanni Levi (1992, p. 126), “a Micro-História veio para “destruir” o relativismo, o irracionalismo e o caráter retórico de analisar os textos e não os

⁴ Para mais informações acessar o site do Programa de Pós-Graduação em História da UFCG. Disponível em <http://www.ufcg.edu.br/~historia/ppgh/>. Acesso em 05 Marc 2013

acontecimentos”, propondo uma redução da escala de observação, com o mesmo rigor analítico à busca de seu campo documental, preocupando-se com uma escrita historiográfica que possa manter seu estatuto e uma boa comunicação com o leitor.

Nesse sentido, o bairro configura-se a partir de uma organização político-administrativa concreta do espaço e do tempo na cidade. A construção da história do Bairro do Roger no nosso estudo caminhou na perspectiva da Micro-História, pois optamos por observar a experiência histórica vivida por parte da esfera dos moradores, ex-moradores e não moradores, sujeitos da nossa pesquisa, buscando apresentar “a ciência do vivido” que, segundo Vainfas (2002), nos oferece universos sociais que escapam da visão macroanalítica.

Essa dupla abordagem, História Local e Micro-História foi mediada por fontes de diversas naturezas que convergem em prol de uma memória coletiva, comum a determinado grupo com suporte em um tempo e em um espaço (HALBWACHS, 2003), apreendida a partir dos processos históricos de confronto de fontes, problematização, formulação de hipóteses e interpretação, tendo uma metodologia como meio e não como fim na construção da história que se busca.

As variações de abordagem da história, dos seus objetos e sujeitos de estudo, da sua forma de tecer a escrita da história também precisam de fontes e metodologias que contribuam para o desenvolvimento das pesquisas, principalmente nas abordagens da História Local e da observação Micro-histórica que focam em perspectivas diferentes daquelas conhecidas pela história factualista. Um dos exemplos que permitem esse trabalho de múltiplas possibilidades, surge através da História Oral enquanto metodologia no âmbito dessa abordagem e perspectiva teórica que optamos seguir. Nas palavras de Thompson (1992, p. 4).

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical no sentido social da história.

Assim, no nosso entender, a História Oral auxilia na construção de processos históricos através de depoimentos, é um elemento metodológico para a pesquisa que se torna um documento de grande valia à historiografia, trata-se da própria produção de fontes. A sistematização da História Oral inclui etapas de preparos anteriores como a construção do projeto que visa trabalhar com a oralidade, o equipamento técnico que será utilizado para apreensão, a escolha da pessoa e/ou do grupo a ser entrevistado, a ficha de identificação, o ambiente da entrevista, a entrevista, a postura do entrevistador, a escuta do que foi gravado, a transcrição e o retorno ao entrevistado com aquilo que foi transcrito para que ele possa ler, concordar, discordar e permitir ou não a sua publicação, tanto quanto a disponibilidade do documento para a sociedade e a análise do pesquisador e sua produção textual resultante das entrevistas.

Segundo Holanda e Meihy (2011), que também visualiza a História Oral enquanto metodologia, as suas matérias-primas são: *memória, identidade e comunidade*, três dos conceitos que são pilares para o processo histórico que trabalhamos, por isto, a escolha da História Oral enquanto metodologia constituiu a perspectiva do nosso trabalho.

A memória foi nosso instrumento de análise a partir da História Oral enquanto metodologia, numa perspectiva temática, ou seja, com foco central “que justifica o ato da entrevista em um projeto, recorta e conduz a possíveis maiores objetividades (...) sendo sempre de caráter social e nela as entrevistas não se sustentam sozinhas ou em versões únicas” (HOLANDA; MEIHY, 2011, p. 35), por isto, junto às memórias, trouxemos aportes teóricos e metodológicos que agregam informações às temáticas envolvidas nas entrevistas.

O contato com a memória nos leva ao encontro com lembranças, recordações, esquecimentos que servem como ponte para o trabalho com a identidade. É a partir das reminiscências que tecemos a linha dos signos, dos símbolos, dos elementos que nos servem como conjuntura para identificarmos o que há de comum e de diferente, o diverso entre os sujeitos, tendo em vista que ela é desenhada socialmente a partir das relações dos indivíduos com os espaços e suas segmentações.

Nas palavras de Michel Pollack, esta esfera que tanto agrupa diante de semelhanças quanto diferencia, tem a

[...] memória como um elemento constituinte do sentimento de identidade tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (1992, p. 5).

Muitas vezes, o que oferece consistência a essa identidade, é o espaço que se vive, que se compartilha, neste caso, a comunidade. Os indivíduos que habitam ou habitaram em um determinado bairro, estabelecem nele relações sociais num espaço que reúne pessoas em prol de elementos comuns, mas com características distintas, em torno de afetividades que vão além de uma demarcação geográfica administrativamente estabelecida e se encontram nas experiências compartilhadas coletivamente e que despertam sentimentos de pertencimento. Weber (1973, p. 140) a entende como “uma relação social quando a atitude na ação social – no caso particular, em termo médio ou no tipo puro – inspira-se no sentimento subjetivo (afetivo ou tradicional) dos partícipes da constituição de um todo”.

Nós conseguimos com a História Local estabelecer um estudo da vida cotidiana das pessoas, todavia, é nesta aproximação que ela fortalece a prática da História Oral, pois, segundo Martins (2005, p. 102) “a História Oral nos permite exatamente isto: o registro de depoimentos de pessoas que participaram, testemunharam ou ouviram falar dos acontecimentos do passado e do presente” e que, por não fazerem parte de um memorial oficial de grandes feitos, foram relegados da História.

Analisar e pesquisar a cultura e as relações sociais do tempo passado através da História Oral, dos vestígios deixados na memória dos então “guardiões de memórias”, permite aproximar-se, perceber, visualizar, o que muitos desconhecem e tornam invisíveis, o segmento de cidadãos comuns, testemunhas vivas, agentes da história, sujeitos de um tempo e espaço e que, enquanto protagonistas, desempenham um papel importante na construção de uma memória coletiva.

Eclea Bosi (1994) afirma que a linguagem é o instrumento socializador da memória, ela reduz, unifica e aproxima no mesmo espaço histórico vivências tão diversas como o sonho, as lembranças e as experiências recentes, tornando-se porta voz de realidades desconhecidas, de passados esquecidos, de memórias que nos unem a uma teia de significados criada pelo homem, denominado de cultura. Definir categorias e estudá-las a partir de instrumentos que possibilitem identificar estes significados, as representações do passado, do presente, tanto do ponto de vista micro, ou seja, do morador enquanto sujeito, como do ponto macro que está ligado ao recorte, possibilita uma análise mais profícua das regularidades, dos padrões, das mudanças, do que ainda permanece ou não na memória e no cotidiano daqueles que possuem vivências no lugar, ao mesmo tempo em que aponta indícios do que foge a esta lembrança.

Procurando aplicar essas reflexões ao nosso objeto de estudo, estruturalmente, dividimos esta pesquisa em três capítulos. O primeiro capítulo trata do processo de

constituição do Bairro do Roger, perpassa sobre a configuração do seu espaço, sua formação histórica fruto da ocupação e colonização portuguesa durante os séculos XVI e XVII, tendo em vista que o mesmo se encontrava na área propícia aos colonizadores para ocupação das terras que hoje compõem a cidade de João Pessoa. Atentamos para as continuidades e rupturas a partir da memória dos moradores e ex-moradores, confrontados, sempre que possível, com outras fontes, tais como documentos pessoais e de cunho oficial, referenciais, livros e iconografias.

No segundo capítulo, analisamos a visão bucólica⁵ que foi construída em torno do Bairro do Roger, atentando-se para o olhar da mídia, que, segundo dados obtidos na imprensa e nas redes sociais, contribui com a visão negativa dos não moradores, entendido como aqueles que não possuem vivências no bairro, que não o conhecem, nunca o adentraram ou procuraram saber sobre o mesmo – além do que a *internet*, as redes sociais, a televisão, os jornais repassam, confrontando com a dos moradores, a fim de problematizarmos até que ponto os símbolos, os signos que configuram tal visão, fazem parte da vivência, da realidade social, cultural da população, com a finalidade de entendermos as suas possibilidades geográficas e históricas.

Por último, não menos importante que os demais, trouxemos a discussão em torno do Ensino de História. O objetivo neste capítulo foi o de contemplar dois aspectos, quais sejam: a socialização de um conhecimento produzido sobre a história do bairro, do município, do Estado, contemplando a área de concentração (História e Cultura Histórica) e nela, a nossa opção pela linha de pesquisa (Ensino de História e Saberes Históricos) do PPGH. Abordamos o contato com a forma que a História Local está sendo (se está sendo!) ensinada em sala de aula a partir do que indicam a legislação e os documentos oficiais, e neste sentido, abrir frentes para que os professores estimulem seus alunos e se instrumentalizem para considerar o que prescreve a legislação e a importância do conhecimento da História Local. Na perspectiva do que denominamos de instrumentalização, e como apoio à perspectiva de contemplar a história do Bairro do Roger no cotidiano das escolas públicas nele inseridas, apresentamos o que foi e o que está sendo produzido sobre o Bairro do Roger, a partir da elaboração de um guia de fontes⁶. Essa sistematização e apresentação tem, assim, entre tantas possibilidades, a de proporcionar o conhecimento sobre o bairro para a Academia, para as Escolas e a comunidade em geral

⁵ Esta visão bucólica nem sempre foi assim, o bairro já foi reduto de moradia de gente da elite da cidade, está localizado no espaço em que se debruçava a vida social, econômica e política de João Pessoa, afinal, por muito tempo, não era qualquer um que podia morar na zona noroeste da capital, hoje conhecida como centro da cidade.

⁶ O Guia de fontes encontra-se no apêndice ao final da dissertação.

CAPITULO I

De sitio “Maria Aburinhosa” a Bairro do Roger: história e memória

Antes e durante a sua colonização, a Paraíba passou por grandes intempéries. Foram momentos de subordinação a Pernambuco, de massacres aos seus *gentios*⁷ que, durante onze anos (1574-1585), resistiram bravamente aos senhores armados e pujantes frente a um arsenal em disputa com arcos e flechas até o tratado de paz selar-se em 1585, para só depois de uma matança descomunal, “às custas de sangue”, como nos coloca Gonçalves (2007, p. 64), ocupar-se a Paraíba. Segundo a autora, não há uma documentação oficial que garanta esse período de lutas e conquista definitiva, pois

Até o momento, não foi localizada qualquer fonte primária que confirme essa hipótese, embora ela seja repetida exaustivamente por grande parte dos autores que se ocupam da história da Paraíba, como podemos perceber nas obras dos historiadores Horácio de Almeida e José Octávio. (GONÇALVES, 2007, p. 67).

Entretanto, cessado o período de embates entre os índios e os europeus, com o acordo de paz firmado entre Piragibe⁸ e João Tavares às margens do rio Paraíba, a capitania denominada, *a priori*, de Nossa Senhora das Neves, começa a ser ocupada, por onde faz caminho o rio Sanhauá, que ficou conhecido como a porta de entrada dos colonizadores.

Por esta área, localizada ao norte da região que diz respeito ao que hoje é o município de João Pessoa, ocorreu o desenvolvimento da cidade. Em sua parte alta – lugar que facilitava a visualização de quem aqui chegava – foram fixadas as primeiras construções de natureza religiosa. Além disto, a região, rica em pedra calcária, com solo também propício para o desenvolvimento da plantação de cana de açúcar, corroborou com o que se buscava.

Enquanto a margem do Sanhauá, junto à enseada que é formada por sua confluência com o Rio Paraíba, instalou-se o chamado “varadouro das naus”, onde aportavam às embarcações e onde se construiu o primeiro forte do povoado, as casas dos moradores foram edificadas no alto da colina que se

⁷ Nome dado aos índios pelos europeus.

⁸ Chefe da tribo indígena Tabajara.

debruça sobre a várzea do rio. Deste sitio era possível ter uma visão privilegiada do entorno, o que era especialmente adequado às necessidades de defesa. (IDEM, p. 167).

Uma quantidade vasta de Mata Atlântica compunha o mosaico das terras que foram sendo doadas e desenvolvidas por seus donos depois de tantas idas e vindas de portugueses, espanhóis e holandeses, muitas dessas terras pertencentes, inclusive, a ordens religiosas⁹.

A urbanização da cidade foi acontecendo entre ruas estreitas e desalinhadas, becos e vielas que iam compondo a paisagem do norte da cidade a partir de casas com traçados coloniais existentes até os dias de hoje, com eiras, beiras e sobreiras¹⁰, azulejos portugueses, revelando uma sociedade que era de considerável poder aquisitivo. Em sua volta, as ordens religiosas e seus complexos imponentes, franciscanos, beneditinos, carmelitas e jesuítas, marcavam seus territórios, alguns com a presença suntuosa da Arte Barroca.

As modificações foram consentidas com o tempo, com o desenvolvimento econômico da cidade proporcionado cada vez mais pelo seu caráter agroexportador. De fato, “a urbanização da capital paraibana data de 1892, no governo de Álvares Machado (...) e ainda no início do século XX, a cidade era muito mais vegetal do que urbana” (MELLO, *apud* CABRAL, 2010, p. 178-179).

Nesta área em que se situa a zona norte, é que acontecia a ebulição da vida cultural, social e política da cidade. As construções dos coretos nas praças, ponto de encontro da sociedade, revelam um cotidiano peculiar de palanques a espaços para apresentação das bandas marciais, lugar dos enamorados, dos políticos, entre outros.

Diferente de outras cidades, João Pessoa se desenvolveu da área mais ao norte para o sul, em direção às margens praianas, ou seja, nasceu do rio e caminhou para o mar, em que os residentes pertenciam a uma população de um alto poder aquisitivo que só começou a tomar novos rumos nas primeiras décadas do século XX, quando mudanças urbanísticas começaram a ser implantadas na cidade.

Na Zona Norte da cidade¹¹, reduto das mais antigas construções, datadas do século XVI, também encontramos os primeiros bairros a serem demarcados, tais como Varadouro e Tambiá. Em outrora, o que hoje é perímetro urbano, não passava de propriedades privadas, ou

⁹ Por aqui se instalaram as ordens Jesuíta, Franciscana, Beneditina e Carmelita.

¹⁰ Eiras, beiras e sobreiras era um tipo de arquitetura externa ao telhado, característica da época colonial, que designava o poder econômico da pessoa que ali residia. Quem tinha as três, isso representava maior poder aquisitivo; quem não as tivesse, era considerado pobre. Até hoje ouvimos a expressão “fulano não tem eira nem beira” quando alguém se refere a uma pessoa sem dinheiro ou procedência abastada.

¹¹ Utilizaremos (Utilizamos) em nosso trabalho a terminologia topográfica para o espaço estudado, porém destacamos que o Bairro do Roger faz fronteira com outros bairros – Tambiá e Varadouro, que são popularmente conhecidos como “Centro”.

seja, sítios que foram sendo vendidos ou doados à Igreja, a exemplo do Bairro de Tambiá, nome de um sítio vendido à ordem de São Benedito no ano de 1602 (BARBOSA, 1994), e que permaneceu com o nome de origem. Do mesmo modo, o Bairro do Roger, objeto de interesse dessa pesquisa, também fora um sítio doado à Arquidiocese Paraibana em 1896.

O bairro, que compreende um conjunto de elementos sociais, culturais, econômicos, políticos, afetivos a partir de relações que estabelecem identidades construídas entre o homem e lugar, é o que denominamos de local, sendo ele, o bairro, ponto de partida para entendermos os desdobramentos que são ocasionados a partir das vivências constituídas nestes aglomerados urbanos configurados por peculiaridades que o caracterizam não apenas geograficamente, mas em diversos outros aspectos sociais.

Foi por visualizar estas peculiaridades que as inquietações com relação ao Bairro do Roger começaram a surgir e o interesse de pesquisa, a ser despertado. Diante de um bairro tão antigo, com um cotidiano singular, mas visivelmente abandonado pelo poder público, estigmatizado pelo senso comum alimentado com o apelo midiático, além do recuo das moradias mais nobres para outras áreas da cidade, a exemplo dos bairros praianos, Manaíra, Tambaú, Cabo Branco, o que levaria aqueles moradores a permanecerem naquele espaço?

Indagações prematuras foram tomando corpo no desenrolar dessa pesquisa, principalmente quando fomos descobrindo novas fontes, mais dilemas, outras tantas interrogações, afinal, fomos tomados por perguntas simples, mas de nada dispensáveis: como nasceu o Bairro do Roger? Quem nele vive ou viveu? Tecer suas memórias e explorá-las é como trabalhar num garimpo, estamos sempre à procura de uma nova pedra preciosa que possamos polir e utilizá-la, pois cada descoberta é um novo parágrafo que pode se unir a esta narrativa histórica.

Esta análise do processo de ocupação nos oportuniza margem para entendermos o recorte proposto para nossa pesquisa, ou seja, o objeto em questão, que é numa menor escala, o bairro, o local, pois conforme coloca Revel, “a variação de escala lhe permite passar de uma história para outra, afinal, esta é a lição que também nos sugere a Micro-História” (REVEL, 1998, p.38).

Entretanto, para compreendermos o estudo histórico do local, é necessário também não cairmos no localismo, pois o bairro por si só não é suficiente para responder algumas problemáticas que precisam ser identificadas e debatidas. Nesta perspectiva, ele (o bairro) passa a ser uma ilha, afastado do todo, isolado, ausente de uma construção de identidade mais ampla, numa perspectiva macro histórica, que foi superada em certo momento pelo seu exclusivismo, mas que não deve ser esquecida, tendo em vista que a narrativa da História

Local e Micro-Histórica também se constroem a partir dos contrapontos, das relações entre o micro e o macro, ou seja, entre o Bairro do Roger e a cidade de João Pessoa, que são partes de um todo. Pois esta relação

[...] aponta para uma possível compatibilidade entre as escalas de investigação macro e micro, já que ambas são representativas, no sentido de que alcançam de diferentes maneiras, realidades concretas na história. Considera-se que são diferentes esferas, porém, essas diferenças não implicam uma hierarquia de valores na tarefa de reconstruir a história. (BARBOSA, 2005, p. 44).

Entretanto, antes de começarmos a refletir sobre sua participação neste “todo”, o que seria esse localismo?

Podendo também ser entendido como bairrismo, esse localismo a que nos referimos, significa a supervalorização de um determinado lugar, cujas características são enfatizadas de maneira desprendida com uma problemática mais geral, provocando um hiato entre o local e o global, podendo cair no superficialismo, afinal, embora estejamos aqui para também tentar contribuir com o processo de valorização da História Local, da cultura, no sentido de dar visibilidade para o Bairro do Roger, tendo em vista a visão marginalizada em que o mesmo se encontra, excluído muitas vezes do “roteiro” cultural e histórico da cidade, não podemos cair nessa perspectiva unilateral, incompleta.

Segundo Leite (2009) nos explica um pouco desse localismo e acrescenta outras vicissitudes que podem ser consequência dessa valorização exagerada a partir do estudo da História Local.

Neves (1997:24) chama a atenção para as vicissitudes que marcaram a produção da História Local: **localismo/bairrismo** (supervalorização da localidade); **personalismo** (os grandes homens como únicos agentes); **fragmentação** (o local como um pedaço desarticulado); e a **folclorização** (criação de tipos locais). Essas vicissitudes seriam marcas deixadas por *um modo de fazer* história atrelado a uma concepção tradicional, com o intuito de anular os conflitos existentes no interior de uma dada realidade. (LEITE, 2009, p. 13, grifos da autora).

Partindo da premissa de evitarmos uma fragmentação, atentamos para o que é o Bairro do Roger a partir de várias perspectivas espaciais, ou seja, o espaço que ele ocupa no cenário político, econômico e social, como já mencionado no início do primeiro capítulo, a relevância histórica do lugar que ele ocupa devido ao mesmo ter sido desenvolvido na área escolhida – devido às condições militares (de estratégia) e naturais (rica em pedra calcária,

presença do rio, boa terra para cultivo da cana de açúcar) – pelos colonizadores para a ocupação e o desenvolvimento urbano do que hoje é o município de João Pessoa.

Compreender o processo de formação histórica do Bairro do Roger é contribuir com o fortalecimento da identidade pessoense devido a sua importância no seio da constituição da cidade, ou seja, é um bairro que é partícipe do desenvolvimento urbano do município e que tem diversos legados a serem reconhecidos pelos cidadãos como parte indispensável à cultura que marca indelevelmente a história de João Pessoa. Por sinal, ao tratar sobre cultura, corroboro com o que Geertz (1989) construiu ao defender que o conceito de cultura é “que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise.” (GEERTZ, 1989, p. 15).

Ao buscarmos entender o bairro pelo campo da geografia urbana, a partir de Nogueira (2000), estudiosa da geografia da cidade de João Pessoa, a autora nos revela que

Não se pode negar que os bairros centrais e as áreas adjacentes ao Centro Antigo, como Varadouro, Trincheiras e Tambiá, desempenharam papel fundamental na estruturação urbana de João Pessoa. No início do século, esses lugares se constituíam nas fronteiras de expansão da cidade, em termos comerciais, residenciais e também de lazer, considerando-se que, por muito tempo, ali também estavam localizadas as sedes de vários clubes recreativos e entidades carnavalescas. (p. 110).

E mesmo que a autora não tenha citado o Bairro do Roger, ele faz parte desse conjunto dos primeiros bairros do “Centro”, tanto é, que, ao lermos sobre os clubes de carnavais que por lá deram vazão à tradição na cidade, visualiza-se o Bairro do Roger como um dos precursores do movimento carnavalesco desde 1930, com suas escolas de samba, seus blocos, clubes e entidades que permanecem vivos, embora não mais com a mesma força – devido à falta de recursos e outros fatores políticos e sociais – até os dias de hoje.

A cultura se torna uma forma do bairro ganhar nova visibilidade para a cidade, uma vez que nos períodos carnavalesco e junino o bairro passar a ter mais espaço na mídia da cidade, revelando um aspecto positivo que seria suas expressões produzidas pelo povo, assim ocultando, ao menos naquele momento, a visão degradante que uma considerável parcela da população que ali não reside possui, vendo-o como um bairro sujo e violento, fazendo referência ao antigo lixão da cidade, que ali se instalou durante muito tempo, e ao presídio que até o momento continua a existir no bairro. (PESSOA, 2012, p. 60).

Localizado ao Norte da cidade de João Pessoa, o Bairro do Roger possui uma população, segundo o Censo de 2009, de 9.421 pessoas, distribuídas em 2.726 domicílios, o que corresponde a 1,6% da densidade total do município. De acordo com a Topografia

Social¹² (2009, p. 56) que apresenta a autonomia dos bairros “a partir de 8 variáveis que analisam o rendimento dos chefes de família por domicílio em intervalos de classe”, a capacidade de renda do Bairro do Roger por família é de 0,28% com relação ao total do município. Estas informações foram consideradas a partir dos registros no Censo do IBGE de 2000¹³.

Quadro1 Dados sociais do Bairro do Roger

DADOS DO BAIRRO DO ROGER DISPONIBILIZADOS PELA TOPOGRAFIA SOCIAL DE 2009 DE ACORDO COM O CENSO IBGE DE 2000 e 2009.	
Nº TOTAL DA POPULAÇÃO	9.421
Nº TOTAL DE DOMICÍLIOS	2.726
Nº DE PESSOAS EM ALTA V. SOCIAL	5.711
ÍNDICE DE AUTONOMIA POR RENDA	0, 28%
QUALIDADE DE VIDA	- 0,18%
DESENVOLVIMENTO SOCIAL	- 0,12%
EQUIDADE	- 0,44%

Fonte: Topografia Social, 2009

Com relação à qualidade de vida, a Topografia Social (2009), baseada ainda no Censo de 2000, nos aponta o índice de -0,18% ao Bairro do Roger, o que é baixa se comparada a outros bairros como Bessa, Treze de Maio, Tambauzinho, mas não é uma das piores da cidade. Segundo este estudo,

A utopia da qualidade de vida mediu variáveis que permitissem avaliar a infraestrutura disponível em cada bairro da cidade de João Pessoa, bem como, a variação da densidade populacional entre os domicílios. O exame de todas as variáveis mostra que a pior “qualidade de vida” está na Penha seguida do Distrito Industrial e a melhor em Jardim São Paulo seguida de Água Fria. (Topografia Social, 2009, p. 61).

Vale salientar que, mesmo o Bairro do Roger não tendo aparecido entre os piores índices, mais de 50% da sua população, o que equivale a 5.711 pessoas, estão vivendo em alta vulnerabilidade social, distribuída em 1.366 domicílios. Isto demonstra que a situação do Bairro do Roger é precária.

¹² A Topografia Social foi um trabalho realizado pelo Município de João Pessoa em conjunto com o Centro de Estudos das Desigualdades Socioterritoriais – CEDEST em parceria com a Universidade Federal da Paraíba, que “construiu um Mapa da Exclusão/Inclusão Social, e a seguir constrói o Mapa da Vulnerabilidade Social (...) buscando trazer elementos que orientem o processo de gestão, a coerência e consistência que necessita buscar face a realidade de João Pessoa com objetivo de alcançar a maior e melhor distributividade possível de condições de vida a todos seus habitantes”.(TOPOGRAFIA SOCIAL, 2009, p. 14).

¹³ Curiosamente, o índice de rendimento dos chefes de família por domicílio em intervalos de classe, que se encontra na Topografia Social do Bairro do Roger, é igual ao do Bairro de Tambaú, considerada área nobre da cidade de João Pessoa.

Naturalmente, a geografia do terreno em que fica localizado o Bairro do Roger e outros bairros da zona norte, como o Varadouro, possui uma planície mais alta que divide a área em cidade Alta e cidade Baixa, conseqüentemente, essa dicotomia espacial também influenciou na designação geográfica do bairro em Alto Roger e Baixo Roger. O curioso é que o termo “alto e baixo” também estabeleceu uma conotação pejorativa, construindo uma dualidade social, ou seja, coincidentemente, o Alto Roger é mais antigo, possui melhor infraestrutura e seus moradores têm condições de vida melhor, enquanto no Baixo Roger, devido a sua ocupação tardia, consequência da aglomeração de moradias dos catadores de lixo que trabalhavam no Lixão por lá localizado, possui uma infraestrutura precária, condições de vida mais baixas e maiores índices de vulnerabilidade social. Isto acarretou, como explicaremos mais à frente, num preconceito interno, em que os moradores do “Alto” subjagam os de “Baixo”.

No Bairro do Roger encontramos, durante longos anos (1958-2000), o único Lixão a céu aberto da cidade, popularmente conhecido como Lixão do Roger, uma chaga aberta que contrastava com o Estuário do Rio Sanhauá, em que homens e urubus brigavam por espaço para sua existência.

Ao entrar no lixão do Roger é de qualquer um ficar, por alguns instantes, pasmos e paralisados com o que se vê ao redor: pessoas andam procurando seu sustento no meio do lixo, com um olhar firme para o chão, podendo, a qualquer momento, achar algo de interessante, e só levantam a cabeça para cumprimentar outra pessoa. Na mão o “gadenhe”, ferramenta utilizada para auxiliar na catação, semelhante a um garfo de um dente só, na outra mão um saco plástico ou de *nylon* para encher de material coletado e, raramente, uma luva. (SEABRA, 2003, p. 103).

O termo homem urubu mencionado por Seabra (2003) refere-se aos catadores de lixo que disputavam espaço com o urubu, animal que encontramos facilmente em lugares com cheiros fortes de carniça, dejetos humanos, como num lixão a céu aberto. A comunidade do “S”¹⁴, composta por catadores, é um dos espaços do bairro que foi ocupado por uma população carente, formando o que comumente se chamava de favela. Segundo a Fundação Instituto de Planejamento da Paraíba (FIPLAN), no final da década de 1970, existiam apenas 16 favelas na cidade de João Pessoa, sendo a Comunidade do “S” uma das mais pobres do município. Não nasceu com o Lixão, mas veio a se constituir dezessete anos após, ou seja, em 1973, conforme nos relata Silveira (1988, p. 9).

¹⁴ A comunidade possui o nome de “S” devido à forma do sistema de tratamento de esgoto construído no início do século XX, pelo sanitarista Saturnino de Brito, e que tem forma da letra S.

A favela do S teve início em 1973 com a construção da casa do Sr. Luiz Trajano. O Sr. Luiz Trajano morava na Rua Silva Ramos e vivia vender verduras em balaio. Como não tinha condições de fazer a sua casa, ele arrumou palha de coco e fez uma barraca no mangue, sem aterro, sem nada. Depois o Prefeito Apolônio Sales de Miranda lhe deu o material para o aterro, algumas madeiras e outros materiais para construção da sua casa que foi a primeira da favela do “S”. Outras pessoas foram chegando e outras casas foram construídas. Mas o que é bom dura pouco. Veio a CAGEPA que fez o pessoal retirar suas casas, indenizando por quase nada. A CAGEPA substituiu os canos de ferro existentes na área por tubos de cimento. Com o povo ninguém pode: quando terminaram a mudança dos canos, uma família de Itabaiana construiu uma barraca de papelão. Daí por diante foram fazendo e fazendo mais casas.

Este crescimento do número de favelas na década de 1970 acontecia em todo o Brasil devido ao empobrecimento do homem no campo, “advinda da recessão econômica, do desemprego, da imigração e da miséria, que levaram um número substancial de pessoas a residirem nesses espaços de pobreza” (NASCIMENTO, 2012, p. 89).

Ao longo do tempo, as novas reflexões sobre espaços urbanos caracterizados anteriormente de favelas, ganhou uma nomenclatura diferente advinda de aspectos tais como: o respeito às diversidades, a luta contra preconceitos de toda ordem, das reflexões dos Direitos Humanos, entre outros. Todavia,

As denominações que buscam substituir a terminologia favela como ‘comunidade’, ‘complexo’ e classificações como ‘grupamento’ ou ‘aglomerados subnormais’ e também ‘bairro’ tentam, na realidade, criar novas conotações para o termo, pouco contribuindo para mudanças significativas. ‘Comunidade’ passou a ser empregada no interior de movimentos sociais na expectativa de rompimento com o preconceito em relação tanto a provisoriedade, quanto a violência e marginalidade que lhe foram apregoadas. (FERNANDES; COSTA, 2012, p.118).

A situação da Comunidade do “S” não mudou muita coisa, como os autores acima ressaltam, a substituição veio apenas para eliminar a conotação negativa que o termo favela propagava, sem maiores modificações no que tange à estruturação, ao aspecto social e econômico que são as principais problemáticas destes aglomerados urbanos, com o mínimo de infraestrutura e uma situação de vida precária, fazendo com que os seus habitantes convivam permanentemente em estado de vulnerabilidade social e de risco.

São realidades maquiadas pelo Governo que, no mais das vezes, não se traduzem em solução para as situações de penúria as quais estas famílias e comunidades estão sujeitas que, são políticas públicas ausentes de uma configuração sustentável, que buscam significar os espaços que lhes fazem parte, tornando os moradores agentes do lugar, retirando-os à força de suas moradias, de uma cultura diária já estabelecida, sem qualquer conversa, criando

resistência e estranhamentos por parte da comunidade, pois muitos dos moradores não aceitam as imposições da retirada.

Um exemplo de uma mudança brusca é o que vem acontecendo na comunidade ribeirinha do Porto do Capim, no Bairro do Varadouro, que faz fronteira com o Baixo Roger. A prefeitura de João Pessoa possui um projeto já aprovado de revitalização do espaço, em que as casas dos pescadores, residentes há muitos anos à margem do Rio Sanhaua, serão demolidas e os mesmos serão instalados em outro bairro sem qualquer identidade, pertencimento, ou elos entre o espaço e o indivíduo.

Ao longo da nossa narrativa, discutimos esse “micro” em sua conexão, relação com o macro, apresentando, principalmente no segundo capítulo, uma abordagem mais enfática sobre os elementos como o lixão, o presídio, a pedreira que compõem a paisagem social, econômica, e contribuem para a visão estigmatizada que a mídia ecoa e de que os indivíduos se apropriam.

1.1 Por entre arquivos: o que diz a memória oficial?

Era quase cinco e meia da tarde quando chegamos ao Complexo São Francisco, onde atualmente fica localizado o Arquivo da Cúria Metropolitana. O sol já se colocava em seu lugar de descanso, bem atrás da Mata Atlântica, que delinea o rio Sanhauá, ele se punha daquela varanda do complexo. Começamos a imaginar a composição de outrora, quem ali habitara, de que propriedade aquele espaço em que se localiza o Bairro do Roger, fez parte, como passou a existir aquele bairro que abriga diariamente um belo entardecer nas calçadas que avistávamos ao sairmos pelo portão dos fundos do Complexo?

Ali, no Complexo de São Francisco, começamos a obter algumas das fontes que precisávamos, como por exemplo, indícios de que, o que atualmente é administrativamente definido pela gestão municipal de Bairro do Roger, foi outrora o sítio Maria Burinhosa, em homenagem a sua dona, do mesmo nome. O sítio, segundo consta em um livro elaborado por membros da comunidade do Bairro do Roger e organizado por alunos do curso de mestrado de Biblioteconomia, no ano de 1988, nos diz:

[...] chamava-se “sítio Maria Burinhosa”, por pertencer a Dona Maria Burinhosa. Depois a propriedade foi vendida ao Sr. Antônio de Melo Muniz que, por sua vez, em 1847, a vendeu ao súdito inglês Ricardo Roggers. A partir dessa data passou a se chamar Roger. (SILVEIRA, 1988, p. 3).

O nome Roger foi em homenagem ao proprietário inglês, o senhor Ricardo Roggers, que, ao falecer, deixou o sítio em nome de sua esposa Francisca Romana Roggers, que vendeu

a propriedade, no ano de 1891, ao conselheiro Francisco de Paula Mayrink, “homem rico, residente no Rio de Janeiro, pela importância de doze mil reis (\$12.000,000) para montar ali uma fábrica de louça. Esta fábrica não foi construída e a propriedade ficou abandonada” (SILVEIRA, 1998, p. 3).

Muitos nomes de sítios, nos arredores da cidade, e outros mesmos que são as ruas e praças atuais perderam as primeiras denominações. Como exemplo, temos ABURINOZA, que era o nome pelo qual os antigos habitantes da cidade conheciam o sítio que o inglês Ricardo Rogger e sua mulher, a paraibana Francisca Romana, registraram em setembro de 1855. Com o tempo a voz popular seguiu a lei natural e, no fim do século passado, já não mais se ouviu falar em Aburinoza. Surgiu o Roger que é, atualmente, um populoso bairro. (RODRIGUEZ, 1962, p. 13).

No ano de 1896, esta propriedade foi doada à Arquidiocese Paraibana. Na cópia do registro da escritura de doação disponibilizada para consulta no acervo da Cúria, cujo original se encontra no acervo de patrimônio¹⁵, encontramos um anexo que ratifica as informações existentes no livro, em que há menções ao nome do sítio, proprietários e configurações espaciais que dizem respeito às divisas e tamanho daquele espaço geográfico. Tal citação é transcrita pelo vigário, Padre Antonio Marques, em que ele termina dizendo: “Nada mais se continha em dita declaração, que fielmente copiei do original”. A certidão original de doação foi registrada no Cartório Pedro Ulysses, hoje conhecido como Carlos Ulysses, na comarca de João Pessoa, sob número de fls. 111, ordem 412, em data de 18 de junho de 1896.

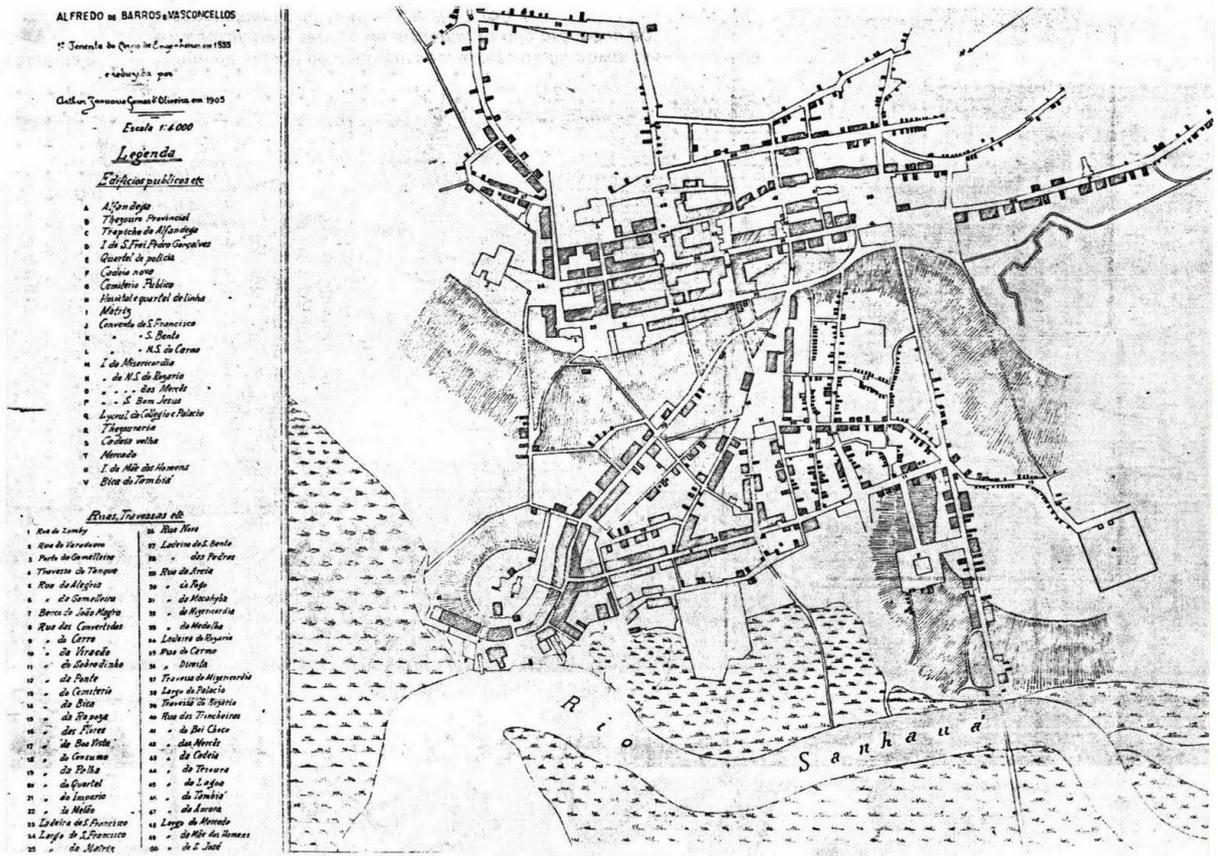
Aos 23 de setembro do ano de 1855, foi-me apresentada a declaração seguinte: Nós abaixo assinados declaramos que somos possuidores de um sítio de terras ao pé de Tambiá denominado – Aburinhosa – com 300 braças em quadro; e esta demarcado; confina ao Sul com as terras do Convento do Carmo, ao pé do muro de São Francisco e a caminho de Tambiá, (hoje na Odom Bezerra) que vai para bica do mesmo nome. A este nascente com o sítio... (nome original não consta o nome do sítio, mas depois de confrontar as terras circunvizinhas, concluímos que o então sítio era denominado Paul). Ao norte com o sítio Quebracú (que pertencia ao mesmo proprietário do Paul), e a oeste com o Rio Paraíba”. Ainda consta na mesma declaração o que segue... “Declaramos mais que possuímos uma caza de pedra e cal sita a rua da cadeia no confina ao sul com a caza do falecido Francisco de Assis Pereira Rocha, ao norte com a rua Tambiá, ao leste com o muro do Convento do Carmo e a oeste com a rua da Cadeia (no correto da Direita, atual Duque de Caxias, em cuja casa funciona atualmente a Academia Paraibana de Letras) tendo de frente 40 e de fundo 130 palmos – Parahyba 15 de setembro de 1855¹⁶.

¹⁵ Setor em que se encontra toda a documentação do patrimônio material que pertence à Igreja.

¹⁶ Tal citação encontra-se em anexo à cópia de certificação de doação registrado no Cartório Pedro Ulysses, do ano de 1973.

Confrontamos o mapa antigo com o atual do Bairro do Roger para nos situarmos geograficamente quanto a suas dimensões e transformações.

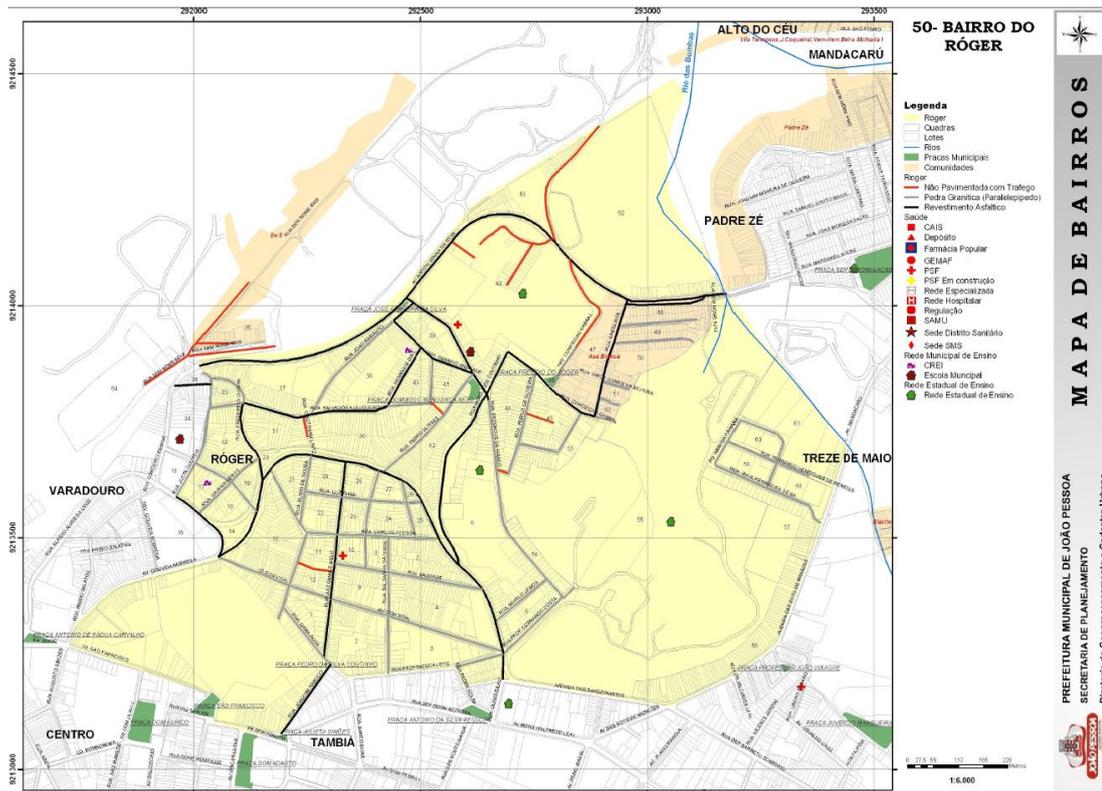
Mapa 01 – Planta da Parahyba 1855



Planta da Cidade da Parahyba levantada por Alfredo de Barros e Vasconcellos, 1º Tenente do Corpo de Engenheiros em 1855 e reduzida por Arthur Januário Gomes d'Oliveira em 1905. Escala 1:4000.

Fonte: IGHP

Mapa 02 – Mapa atual da zona norte da cidade de João Pessoa



Fonte: SUPLAN/PMJP

Atualmente, a área total do Bairro do Roger corresponde a 2,57km²; quando ainda era sítio (1855), sua área total era de 300 braças quadrado, o que equivalia a 5,48km². Percebemos, pois, que espacialmente a área diminuiu, pois houve fragmentações espaciais devido a inserção de outros bairros como no de Tambiá. Nesta Divisão, o sítio Engenho Paul passou a ser terras do Roger, parte do sítio fica localizado onde encontramos hoje o Parque Arruda Câmara, zoológico da cidade, o Centro Cultural Piollin e outras áreas por suas imediações.

Outro Sítio que compreendia a área do Roger era o Sítio Zumbi, pertencente ao revolucionário Amaro Coutinho¹⁷, e que compreendia a atual Rua Anísio Salatiel, parte da rua da areia e imediações do Porto da Capital. (PESSOA, 2012, p. 28).

As terras pertencentes a antigos sítios tornaram-se bairros e foram acompanhando o crescimento da cidade, se configurando conforme traçados urbanos que passaram a ser ruas, por sinal, pelo que conseguimos constatar, em um documento escrito a mão existente no

¹⁷ Amaro Gomes Coutinho, citado pelo autor, foi por ele considerado um *revolucionário* do século XIX, pois se constituiu em um dos líderes da Revolução Pernambucana de 1817

acervo da Cúria, poucas ruas mudaram de nome¹⁸. Abaixo construímos um quadro que demonstra as mudanças ocorridas nos nomes de algumas dessas ruas.

Quadro 02 – Nomes antigos e recentes de algumas das ruas do Bairro do Roger

NOME ANTIGO	NOME ATUAL
Rua da Travessa	Rua Carlos Pessoa
Rua Frei Caneca	Rua Luzitânia
Rua Dom Aduino	Rua Dom Vital
Rua Circular	Rua Mons. José Coutinho
Rua Joaquim Benk	Rua Ivo Soares
Rua 18 de Novembro	Rua da Saudade
Rua Genésio de Andrade Cariri de Baixo	Rua Pedro Ulisses
Rua do Fuxico	Rua 19 de Março
Av. Miramar	Av. Gouveia Nóbrega
Rua Gama e Melo	Rua Roger
Rua do Grude	Rua Olavo Bilac
Rua da Aurora	Rua Joaquim Nabuco

Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana

Conforme nos informa Pessoa (2012, p. 30),

Com relação à nomenclatura das ruas do bairro, ela foi se dando pela própria população que atribuíam a essas características que lhe pertenciam como: a Rua do grude, atual Olavo Bilac que assim era conhecida segundo seus moradores por representar a sujeira moral do bairro, encontrando-se algumas casas de repouso “cabarés”. Outros exemplos são a Rua da Cacimba, atual Salvador de Albuquerque e a Rua do Fuxico, atual 19 de março, onde corriam as informações do bairro, percebendo que esta prática representava uma relação toponímica onde a nomeação das ruas tinha para seus moradores, um representativo significado da realidade.

A Rua Gama e Melo¹⁹, por exemplo, mudou de nome para Rua Roger, mas, entre os moradores, ela ainda continua sendo Gama e Melo, a comunidade não se acostumou à mudança. Gama e Melo foi um representante da sociedade paraibana, professor, intelectual e presidente da província, conforme nos conta em poesia o poeta ALVES (1984), em que ele nos revela um pouco da figura de Gama e Melo e da situação financeira em que Gama e Melo encontra o Estado.

(...)

Além de ir pro senado

¹⁸ Procuramos identificar a relação que existia entre nomes antigos e atuais das ruas em documentos oficiais e através dos relatos dos moradores, mas não tivemos respostas.

¹⁹ Antônio Alfredo da Gama e Melo governou a província durante o período de 1896 a 1900.

Inda fez o Presidente
 Elegendo Gama e Melo,
 Homem culto e inteligente,
 Que se tornou sucessor
 De Walfredo, o Monsenhor
 Leal, correto e decente
 O professor Gama e Melo.
 Mais do que desajudado,
 Muito pouco construiu
 Em favor do seu Estado.
 Pagar o funcionalismo
 Era ato de heroísmo
 Com o cofre esvaziado.

Na foto a seguir, da Rua Gama e Melo, registra-se a presença dos aguadeiros que eram comerciantes que passavam de porta em porta vendendo água, tendo em vista que, na época da foto (1910), não existia tratamento para o consumo. A água vendida “era captada nas fontes públicas, sendo depois conduzida dentro dos barris sobre os burros. Os aguadeiros passavam pelas ruas vendendo àqueles moradores mais abastados” (SÁ, 2010, p. 88). Além do mais, nesta mesma figura, observamos na arquitetura das casas a presença dos elementos eira, beira e sobreira, típicos do período colonial, que designavam a condição social de quem ali residia, quanto mais “eiras”, maior o poder aquisitivo.

Imagem 01 – Os aguadeiros vendendo água na porta das casas na Rua Gama e Melo, 1910.



Fonte: Acervo Humberto Nobrega apud Vidal, 2004, p. 18.

Imagem 02 – Foto atual da Rua Gama e Melo



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2014

O registro em que constam as modificações dos nomes das ruas do Bairro do Roger, não foi um mero achado, a Arquidiocese Paraibana fazia controle das modificações, pois com a doação estabelecida, Dom Aduato, Arcebispo da capital à época, entre o período de 1894 a 1914, tratou de dar início ao processo de urbanização do espaço, “construiu algumas casas e providenciou abertura de ruas” (SILVEIRA, 1988, p. 4) e se fazia necessário saber quem ali residia, quem fazia uso das casas e dos terrenos.

O controle dos terrenos era feito através do pagamento do foro, que é uma taxa cobrada judicialmente para ocupação de um determinado espaço. O foro deve ser pago anualmente à Arquidiocese Paraibana, detentora dos lotes de terra, ou seja, ao inquilino era cedido o terreno em que o mesmo podia construir ou comprar apenas a casa, cabendo ao inquilino a responsabilidade de todo ano prestar contas com a Arquidiocese da Paraíba.

No livro de nº 05 do Fundo Seminário, grupo patrimônio, série registro de Patrimônio²⁰, encontramos as prestações de contas dos inquilinos da então Rua da Saudade, nele constam registros de pagamentos de 1929 a 1977. Este é apenas um dos livros de registros por rua que existem no arquivo da Cúria Metropolitana. Em cada página, há os dados

²⁰ Livro de registro que faz controle dos pagamentos estabelecidos pelos moradores.

do imóvel, o nome do responsável e as anotações dos pagamentos que foram efetuados, além disto, há também informações sobre repasse de imóveis, valores (re)acordados, falecimento dos inquilinos.

Por exemplo, no livro de nº 05, há uma observação na página 21, dedicada à casa de número 179, que tinha como inquilino o Sr. Gustavo Lima e, por conseguinte, a Senhora Antônia Aragão Lima, sua esposa, com os seguintes dizeres: “Em 22-6-53 foi expedido o título de aforamento nº 60 ao Sr. Gustavo Lima, deste terreno tem 16,50m de frente por 13 de fundos e 21 de ambos os lados. Paga C\$ 33,00 (anual)”. No ano de 1975, registra-se que o mesmo foi vendido ao Sr. Oscar Dias de Sá.

Algumas casas eram vendidas, mas não os terrenos, estes permaneciam de posse da Igreja e, após dez anos de moradia pelo mesmo inquilino, este podia solicitar – o que não era obrigatório – a compra do seu lote de terra. De acordo com o que nos coloca Pessoa (2012, p. 29)

[...] o inquilino que por três anos consecutivos não pagar a taxa correspondente ao seu imóvel, poderá ter seu terreno tomado pela arquidiocese, cabendo a ela indenizar o morador pelo que já foi edificado, fato este ainda não executado. Conforme nos foi informado por Valter Holanda, responsável pelo setor de patrimônio da Arquidiocese, poucos são os moradores que possuem a posse de seus terrenos, bem como aqueles que pagam regularmente a taxa anual referente ao uso do espaço.

Os valores designados variavam de acordo com o tamanho do lote de terra e as casas ali construídas eram simples, seu desenvolvimento se deu aos poucos, tanto é que o mesmo só se torna administrativamente bairro na década de 1940.

As condições de vida dos primeiros habitantes eram muito precárias. As casas eram de palha, sem luz elétrica e sem água. Os caminhos eram tão estreitos que só davam passagem a uma pessoa de cada vez. Não havia calçamento nem pista. O único meio de transporte era o trem. Não existe igreja. As pessoas iam rezar na Catedral ou na Igreja de São Pedro. (SILVEIRA, 1988, p. 3).

Quando a propriedade “Rogers” foi doada à Arquidiocese, faziam quatro anos que o processo de urbanização havia se iniciado na cidade. As mudanças estavam acontecendo paulatinamente desde o final do Império, pois, até a proclamação da República em 1889, muitas das cidades brasileiras, incluindo João Pessoa, possuíam características com estruturas coloniais, tanto é que, até o início do século XX, a cidade era muito verde, com um aspecto mais “rural” do que urbano.

No início do século XX, a cidade de João Pessoa, então denominada de Parahyba do Norte, apresentava uma configuração urbana que pouco a

distinguiu de uma cidade colonial; poucas eram as ruas calçadas, os serviços urbanos eram precários e o casario era bastante modesto. O processo de substituição de valores das oligarquias rurais pelos valores de uma elite urbana, recém-estabelecida na cidade, contribuiu de forma decisiva para que o poder público empreendesse ações no sentido de resolver os problemas relativos a má condição de vida na área urbana. (VIDAL, 2004, p. 3).

Em 1909, um grupo de casas foi construído a mando de Dom Adauto, no qual a rua teve seu nome, hoje a rua, segundo Silveira (1988), denomina-se de Dom Vidal. O Roger foi se desenhando aos poucos, iniciando a sua ocupação na parte alta e, posteriormente, descendo a colina para ocupar a baixa, dicotomia espacial que a caracteriza até hoje como Alto e Baixo Roger, aspecto da geografia do lugar.

O que antes era a aglomeração de comunidades, em geral ocupando espaços de antigos sítios, veio a tornar-se administrativamente o Bairro do Roger no ano de 1940. Isto ocorre porque a configuração da cidade e sua devida estruturação foi tardia, por exemplo, o saneamento e a iluminação pública foram serviços públicos conquistados a duras penas no final do século XVIII, mais precisamente no início do XIX, tanto é que, quem pudesse encontrar água entre os poços particulares, tirava proveito disto, conforme nos conta Walfredo Rodriguez (1962, p.118):

No ano de 1905, o Dr. Francisco Alves de Lima Filho, médico conterrâneo, espírito empreendedor e estudioso dos nossos problemas, conseguiu canalizar a água de um poço no Rogers que, por força da gravidade, descia a Ladeira de S. Francisco até a sua residência, na Rua da Areia. No portão de sua casa que dava para a Rua S. Pedro Gonçalves – hoje Pe. Antonio Pereira, por algum tempo, foi vendida a lata d'água de 18 litros a 40 réis.

Assim, embora não fosse oficialmente bairro, o Roger já possuía casas, ruas, becos, vielas que lhe compunham uma paisagem que contrastava com a Mata Atlântica à margem esquerda do Rio Sanhaua, lhe servindo de moldura o Estuário do Rio Paraíba.

Anos depois, mais precisamente na década de 1970, com a cidade em urbanização crescente, o espaço de moradia começa a se ampliar para outras áreas da cidade além da zona norte²¹, com a construção da Avenida Cruz das Almas e, posteriormente, com a Avenida Epitácio Pessoa em direção ao mar, deslocando a vida social para outras vias, e a zona norte foi aos poucos sendo tomada pelo comércio, como é visível até os dias de hoje.

Quem por lá permaneceu, a exemplo dos antigos moradores do Bairro do Roger, certamente tem memórias a narrar e, sendo estes relatos imprescindíveis a nossa pesquisa,

²¹ A zona norte, que corresponde na Topografia Social à 10ª Região, inclui os bairros do Roger, Tambiá e Treze de Maio.

fomos recolhê-los a partir da metodologia de história oral que permitiu que adentrássemos nas reminiscências muitas vezes intocáveis, esquecidas e silenciadas por homens e mulheres, guardiões de memória, de um passado ainda presente em um cotidiano saudosista dos então lugares de memória, das vivências e convivências de experiências em comum. Pois, como nos diz Eclea Bosi (1994, p. 75),

Ao lado da história escrita, das datas, da descrição de períodos, há correntes do passado que só desapareceram na aparência. E que podem reviver numa rua, numa sala, em certas pessoas, como ilhas efêmeras de um estilo, de uma maneira de pensar, sentir, falar, que são resquícios de outras épocas.

Sendo assim, trouxemos à tona os relatos de memória apreendidos nas narrativas dos moradores e ex-moradores do lugar, confrontando, quando possível, com as fontes oficiais até então encontradas e apresentadas também na historiografia oficial, utilizando da análise com lupa para os fatos localizados, pois, como nos coloca Revel (1998, p. 42) “(...) isto ocorre para que o autor consiga identificar as propriedades num fenômeno fortemente individualizado nas características gerais do coletivo, onde o que se busca aparece ou se esconde”.

1.2 Tecendo a História: os relatos dos moradores do lugar

A história acontece onde a vida ou a morte prevalece, ela não se finda, mas se rebusca ainda mais no centro, bem ao meio do cotidiano onde tudo acontece, se enlaça, se enrosca e pode permanecer ou transformar-se. O cotidiano não emoldura, mas dá vazão, se olhado bem de perto, dentro do que foi circunscrito, a partir da observação de menor escala, mas de visão expansiva, fomos nos arriscar ao improvável e, de lá, trouxemos as provas, as probabilidades, formulando hipóteses e indo atrás de ficarmos bem próximo do real. Tecemos narrativas com detalhes, por isto, muitas vezes, abertas e propícias a novos recortes, outras temporalidades e tantas interpretações.

No cotidiano em que nos debruçamos a investigar, a surpresa é uma cláusula, estava sempre presente na primeira esquina que dobrávamos, não cabia a nós transgredi-la. Foi assim que nos sentimos quando chegamos ao bairro pela primeira vez, a paisagem que se formava do pé da ladeira Dom Vital parecia pintada a mão: a maré baixa, o verde da Mata Atlântica e o sol, a estrela mor que guia toda esta cidade, parecendo estar sempre 365 dias no ano por aqui. Dali em diante, percebíamos que, até adentrá-lo, o Bairro do Roger tinha sido apenas visto, mas nunca enxergado por nós.

Em busca de algo em comum, mas partindo do individual, buscamos ter contato com a memória coletiva, entretanto, segundo Halbwachs (2003), até mesmo a individual não

consegue isolar-se, está ligada a diversos elementos, não consegue ser compreendida sozinha, há sempre outro, e, neste caso, “talvez seja possível admitir que um número enorme de lembranças reapareça porque os outros nos fazem recordá-las” (HALBWACHS, 2003, p. 41).

Há um ponto de encontro mesmo que a linha não seja reta, principalmente quando circunscrevemos o que buscamos, o bairro é essa delimitação, por isto, muitas lembranças se interseccionam, dialogam entre si, complementam-se através do vivido e do apreendido, pois, de acordo com Michell Pollack (1992, p. 2), os elementos constituintes da memória individual ou coletiva são os acontecimentos vividos pessoalmente, ou aqueles “acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer”.

Esta história não é sinônimo de memória, de fato, uma se opõe a outra, mas visualizamos a memória como uma espécie de matéria-prima, “fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente” (NORA, 1993, p. 9) que propicia suporte à história enquanto fonte, sendo a história uma representação do passado que busca registrar, contestar, denunciar, com aspectos críticos, com descontinuidades, enquanto a memória busca alimentar-se de

Memórias vagas, contraditórias e sem nenhuma crítica às fontes que, em tese, embasariam essa mesma memória (...) são assim, os apelos do presente que explicam por que a memória retira do passado apenas alguns dos elementos que possam lhe dar uma forma ordenada e coerente. (MOTTA 2012, p. 25).

Mas, como chegar a esta memória, como trilhar o caminho que nos leva a lugares muitas vezes nunca visitados, sequer vistos, presentes numa amalgama de sensações diversas? Não foi fácil chegar até aqui, trabalhar com a História Oral não é cortar caminhos. Houve uma resistência no processo de apreensão dos relatos, as pessoas sempre desconfiadas, ansiosas, achando que era “coisa de política”, temiam dizer seu nome, temiam mais ainda quando pedíamos para gravar.

Entre nossas andanças, muitas descobertas. Uma delas foi quando encontramos dona Claudete Rodrigues, nascida e criada no Bairro do Roger desde 1943. Por lá, segundo ela, muita coisa mudou, lembra-se das casas de palhas, feita de taipa, coladas umas nas outras, como ainda hoje podemos observar na proximidade das que foram construídas em alvenaria.

Pouca coisa aqui mudou, o Roger não cresceu como deveria crescer, ainda tem aquelas casas pegadas uma na outra que é muito antiga, aqui na Avenida Gama e Melo com a Joaquim Nabuco, pra lá na Flor das Neves²² (é Joaquim

²² Flor das Neves é o nome de uma Padaria que fica na esquina da Gama e Melo.

Nabuco, é umas casas muito antiga ainda, pega a Juiz Gama e Melo também é umas casas muito antiga. (Claudete, 71 anos).

Enquanto dona Claudete relatava, seu filho intervinha, “é que o bairro não cresceu verticalmente, não se desenvolveu, não tem prédios”, e ela ratificava, “isto mesmo, não tem prédio”. Mas, até que ponto esse crescimento vertical pode ser considerado como um desenvolvimento? Modifica-se a paisagem natural, deturpa o caminho dos ventos, destrói verdes, causa poluição e aglomera as pessoas em compartimentos isolados em que a convivência se resume, muitas vezes, a um bom dia no elevador ou na reunião do condomínio, enquanto naquele bairro, de casinhas coladas, em que todos aparentemente se conhecem, o cenário parece estar intacto, embora muita coisa, a ação do homem no espaço e no tempo, pareça já ter mudado.

Ainda nesta perspectiva de identificarmos as continuidades e as rupturas do ontem e do hoje no bairro, dona Claudete se refere à Bica, oficialmente Parque Zoobotânico Arruda Câmara, espaço zoobotânico da capital, área pertencente ao antigo Sítio Paul, e faz menção à presença de sítios nos arredores do bairro.

A Bica que era uma coisa muito fechada, as ruas tinham muito sítios, aqui nessa rua Dom Vital (aponta) era um sítio bem grande que pegava a rua quase toda, da rua Dom Vital, porque tem a ladeira... Agora não tem mais sítio não, agora é tudo casa.

É isto que também registra a historiografia paraibana quando nos relata que, até a década de 1960, muitos engenhos circulavam as pequenas urbes que tinham se formado desde os três primeiros séculos na capital e, aos poucos, iam se incorporando ao núcleo urbano e expandindo a cidade.

Ao redor do pequeno núcleo urbano havia sítios, cujos habitantes cultivavam e forneciam gêneros alimentícios para os moradores da pequena cidade. A população desses sítios foi aumentando e, aos poucos, eles foram se integrando à urbe, como novos bairros. Alguns conservaram os nomes antigos: Mandacaru, Boi Só. Outros mudaram a denominação: Jaguaricumbe transformou-se em Jaguaribe. Aburinosa hoje é Roger, lembrando o antigo proprietário, o inglês Richard Rogers (MELLO, 2008, p. 249).

O caso do Parque Arruda Câmara é exemplar para caracterizar aquele espaço e suas transformações, pois o que hoje é um zoológico, eram terras que pertenciam ao Sítio do Paul. Popularmente ficou conhecido como “Bica” devido à fonte natural que banhou e serviu por muito tempo como atrativo aos moradores e que existe até os dias de hoje.

Localizado no bairro de Tambiá, a noroeste da cidade, exuberante em natureza, oriundo de uma mata existente no então sítio do Roger e uma bica

natural, se encontra o zoo botânico da cidade, o Parque Arruda Câmara, reconhecido como bem de interesse histórico estadual pelo Instituto do Patrimônio Histórico Estadual²³, em 26 de agosto de 1980. Foi construído (após desapropriação de particulares) na gestão do prefeito Walfredo Guedes Pereira (1920-24). A fonte que lhe originou a denominação mais comum foi construída em 1782 e restaurada em 1889, é também um bem tombado de interesse histórico nacional pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Tem esse nome em homenagem ao botânico Arruda Câmara (HONORATO, 1999, p. 84-85).

Por outras vias, estas casas que foram preenchendo espaços, também substituíram aos poucos as casas de palha, feitas de taipa. O que permanecia e ainda permanece, são os impostos cobrados pela Arquidiocese Paraibana, o foro.

Aos 93 anos, seu José de Brito, mais conhecido como Seu Duda, figura popular no bairro, fundador da Escola de Samba Catedráticos do Ritmo, morador da Rua Juiz Gama e Melo, tentou nos definir e contar um pouco dessa apropriação da Igreja, embora afirmando não lembrar de muita coisa.

Esse terreno aqui era da diocese, eram dois modos de pagamento, tem foreiro e tem rendeiro. O rendeiro tem que render que a pessoa paga, agora o foreiro você pagava o foro. Sabe quanto eu pagava dessa casa aqui? Eu pagava duzentos reis por ano, isso não dava nem um cruzeiro, não dava nem um real (sorriu). Todo ano ele dizia, vai ali pagar a diocese. (Duda, 93 anos).

Naquele momento, seu Duda parecia voltar no tempo, uma coisa puxava a outra e ele começava a recordar de como comprou a sua casa, do antigo dono, segundo ele, uma figura inusitada, que fazia da casa um zoológico, em que até cobra era bicho de estimação. Com um sorriso vasto no rosto, narrava:

Quando eu vim pra cá, essa casa que nós estamos, isto aqui era um zoológico, aqui morava seu Ascendino, ele criava cobra, pavão, peru, galinha, você chegava aqui para falar com ele... ele vendia cal virgem, e você chegava aqui para comprar cal, quando der fé lá vinha uma cobra... Seu Ascendino tem uma cobra aqui... “mariquinha vai pra casa, minha filha”... Peru, galinha, tudo ele criava.

Enquanto conversávamos, outras pessoas chegavam à casa de seu Duda, sempre com familiaridade, mostrando, mais uma vez, o que nós tínhamos identificado pelas ruas, as proximidades dos vizinhos, principalmente daqueles mais antigos. À noite, as calçadas estavam sempre cheias, repletas de pessoas sentadas nas cadeiras, quando uma ou outra passava na rua, cumprimentavam-se.

²³ O Instituto ao qual a autora faz menção é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP.

No trajeto de volta para casa, ao cortar alguns bairros para chegar até o nosso, silêncio, portas trancadas e pouca gente na rua, o que demonstrava que o tempo parecia não ter passado no Bairro do Roger, embora, para seu Duda e seu filho José de Brito (64 anos), muita coisa tenha mudado.

Aqui mudou muita coisa, o carnaval continua, mas os clubes, acabaram com os clubes, tinha o Independente Esporte Clube, o Onze Esporte Clube, o Ástrea, depois o Cabo Branco, existia esses clubes todinho... Aquele pessoal todo foi embora, só tem eu aqui sobrando... (Sr. DUDA, 93 anos).

Em toda nossa conversa, a memória do carnaval foi muito forte na lembrança de seu Duda e do seu filho, pois ele viveu boa parte da sua vida buscando a alegria do carnaval. Até hoje, na frente da sua casa, encontramos uma placa dizendo ser lá a sede da Escola de Samba Catedráticos do Ritmo e isto se perpetuou de geração para geração, segundo José de Brito Filho, primogênito de Duda, eles foram influenciados por sua mãe Verbena, que adorava carnaval.

Eu sei que quando papai chegou aqui, ele colocou a gente no fogo carnavalesco porque mamãe gostava muito de carnaval, aí ficamos muito conhecidos, em João Pessoa todo mundo conhece a família Brito, por conta do carnaval e do futebol. Papai não entende nada de futebol, mas a gente jogava bem e o povo vinha pedir pra jogar no clube, essas coisas todas... Nunca partimos pra negócio ruim. (Zé Brito, 64 anos).

A festa é um fato social, agregador de emoções diversas que contribuem na construção da memória coletiva, sua prática aproxima as pessoas, pois estabelece uma relação entre o homem, o espaço e o tempo, “ela fornece o contexto, preservando a necessidade da ação e de expressão coletivas, sentimentos e emoções” (ITANI, 2003, p. 40). Mais à frente, dedicaremos um espaço para refletir sobre o carnaval enquanto movimento cultural de relevância para a comunidade do Roger.

O sentimento de pertencimento pode ser reconhecido a cada minuto de nossas conversas. São expressões firmes, certezas e reminiscências que fazem com que as narrativas dos moradores estejam embebidas de saudosismo, de afetividade, mesmo no caso de Dona Claudete, que não morando mais no bairro, por conta de insistência dos seus filhos para que ela fosse morar em um apartamento no Bessa, um dos bairros praianos da cidade, todos os dias vai até a casa do filho que fica na Rua da Saudade, além de frequentar a missa e fazer parte do grupo de casais da Igreja de Santa Terezinha²⁴. Quando lhe indagamos se, pela vontade dela, teria saído, ela nos diz certamente: “NÃO! (um não bem certo, firme), tinha

²⁴ A Igreja de Santa Terezinha é a mais antiga do Bairro, fica localizada no Alto Roger e foi construída no ano de 1934. Além dela, existe a de Santa Rita de Cássia, que fica no Baixo Roger.

ficado. Eu gosto muito daqui, o Bessa é muito perigoso... Era como uma família o canto que eu morava. A minha casa eu vendi para não voltar”.

Chama atenção a frase “vendi para não voltar”. Há um elo do indivíduo com o lugar porque nele foram estabelecidas vivências, laços de amizades, práticas corriqueiras que lhe proporcionaram bem estar, facilitando o desenrolar do cotidiano em que vínculos materiais (como a casa que ela mora) e imateriais (relações mais subjetivas) são construídas, por isto, ao nos imaginarmos fora dele, entristecemos. Lembranças materializadas neste papel em branco a partir dos relatos de memórias nos definem; o lugar vai além de um espaço vivido não apenas natural, mas físico delimitado por escalas e outras ordens, ele é reduto de experiências individuais e coletivas representadas pelos modos de vida dos indivíduos que nele habitam e que se fortalece através das tradições e costumes repassados de geração para geração.

Embora a ação do homem no tempo seja transgressora de algumas construções, a relação do lugar com o indivíduo e do indivíduo com o lugar, principalmente os que nele nascem e crescem, quase sempre é muito forte para ser esquecida: mesmo que haja silêncios, há algo para ser dito, para ser expresso.

O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (SANTOS, 1997, p. 15).

Da mesma forma, Sr. Duda, já perto dos cem anos de idade, entoando o canto de carnaval, também afirma com precisão: “Daqui não saio, daqui ninguém me tira, é aqui que eu vou morar”. Sentimento de pertencimento que pode ser definido pela identidade, algo em comum entre ele e o bairro que faz com que se fortifique esse desejo de ficar, de ser de lá com orgulho e consciência, pois Sr. Zé de Brito o reconhece como um “bairro rico em cultura”.

Todavia, ao contrário do lugar que agrega, constrói pontes e estabelece ligações afetivas, derivadas das experiências vividas, existem os não-lugares que possuem uma característica não identitária, ou seja, que não estabelecem vínculos devido à natureza transitória, em que indivíduos de passagem, não estão atentos a viver ou estabelecer qualquer tipo de relação.

Para Marc Augé (1994, p. 72), “(...) se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não lugar”, que é justamente a relação que o bairro estabelece com aquelas pessoas que não tiveram quaisquer tipos de experiência no seu espaço, apenas ouviram falar.

Durante a década de 1950, o cenário urbano da capital já começa a ser modificado, mas somente em 1960 é que isto vem a ser efetivado. Se antes a zona norte era o local mais vistoso para se morar, reduto da alta sociedade pessoense, na década de 1970, isto já não era mais assim, pois cada vez menos era visto como um espaço residencial. Ao passar dos anos, ganhou atributos preconceituosos e discriminatórios, sendo considerado por muitos como um espaço destinado a moradias simples e para segmentos sociais populares da sociedade pessoense.

A partir da década de 1940, surgiram dois vetores de expansão: as avenidas Epitácio Pessoa e Cruz das Armas. Na década de 1950, a avenida Epitácio Pessoa foi pavimentada e as camadas de maior poder aquisitivo abandonaram paulatinamente as áreas centrais. Porém, a cidade acelerou sua marcha em direção à orla marítima a partir da década 1960 em virtude das políticas federais de habitação e integração nacional. (LEANDRO, 2006, p. 22).

Segundo pesquisa de Clemente (2012), embora comercial, uma área de esvaziamento residencial e de abandono da estrutura histórica, visivelmente largada pelo poder público, o Roger ainda contava até 2010 com um maciço percentual de uso residencial superior a 1500 residências, além de 38 terrenos vagos, diferentemente do Varadouro, bairro circunvizinho em que 60% do seu uso é direcionado para serviços e comércio.

Este aspecto social responde a um dos questionamentos formulados bem no início da pesquisa, que se apresentou diante da permanência desses moradores no Bairro do Roger, daí a importância de se trabalhar com História Oral, pois ela nos permite ter contato com elementos afetivos que o documento oficial, na sua tentativa de ser neutro, embora, saibamos, que não o é, não nos permite identificar. Da mesma forma que a abordagem da Micro-História também nos auxilia nessa construção, do pitoresco, algumas vezes do quase invisível, pois tem em si “uma gama de possíveis respostas que enfatizam a redefinição de conceitos e uma análise aprofundada dos instrumentos e métodos existentes” (LEVI, 1992, p. 135) atentando-se para a relação ação e conflito.

Os relatos dos moradores são fundamentais para esta identificação, a identidade com o lugar, o vínculo afetivo que se construiu, seu cotidiano peculiar, seu aspecto interiorano, ou seja, por ser pequeno, de casas próximas, onde quase todos se conhecem, contribui na formulação das nossas hipóteses e na construção de uma narrativa histórica mais próxima da realidade e, por isto, entendemos que a permanência é por sentimento, por apego, por uma condição de familiaridade que hoje não se encontra mais na vida urbana das cidades.

Como procedimento metodológico, a história oral busca registrar – e, portanto, perpetuar – impressões, vivências, lembranças daqueles indivíduos que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade e dessa forma permitir um conhecimento do vivido muito mais rico, dinâmico e colorido de situações que, de outra forma, não conheceríamos. (ALBERTI, 2005, p. 52).

Esta operação historiográfica de cunho local permitida pela História Oral, na opinião de Gwyn Prins (1992, p. 192), “é a que melhor reconstrói as particularidades triviais das vidas das pessoas comuns” o que, de certa forma, se une à perspectiva da observação em menor escala da Micro-História, destarte, a relação entre elas valida o estudo do tempo presente.

Para a História, a interação entre o homem (o morador) e o lugar (o bairro) se compõe de relações integrantes no processo de compreensão, reflexão cultural, social e política de um determinado tempo e espaço, reveladoras de tradições, do jogo de relações estabelecidas não apenas do indivíduo com o lugar em sua materialidade, mas com os acontecimentos, com as mais diversas naturezas subjetivas expressivas nos movimentos culturais, nas artes, nas relações sociais, pois a memória movimenta a história, refazendo-a de maneira itinerante a partir do objetivo que se busca, afinal, não há sobreposição de uma à outra, por isto, a Memória e a História são indispensáveis nesta dialética.

Memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna sempre prosaica [...]. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é o absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993, p. 9).

Neste jogo conceitual em que Pierre Nora tenta diferenciar memória e história, é que encontramos os primeiros passos na compreensão dos lugares de memória, discussão que iremos trazer no próximo capítulo, pois, num processo de apreensão dos relatos de memória a partir da História Oral percebemos que isto se encontra forte na vida dos entrevistados. A memória é alimentada por lembranças conflitantes em que palavras e silêncios estão

acompanhados de um referencial simbólico de natureza tangível ou intangível que lhe dá suporte na hora do lembrar, de refazer o vivido, embora com outras dimensões.

São ritualizações do passado e do presente que nos fazem pensar que um movimento cultural como o carnaval, tal qual lembrado pelo seu Duda, forte e emblemático na memória dos moradores do Bairro do Roger, é símbolo do lugar, em que estreitas relações de afetividade foram estabelecidas com saudosismo de um tempo que, segundo ele, já não existe mais. Ao partir da memória individual, recolhida através da interpretação da percepção da realidade por parte dos moradores em questão, ocorre uma proximidade com os elementos constitutivos dos acontecimentos vividos coletivamente (POLLACK, 1992), de modo que contribuem com a História Cultural construída, interpretada a partir dos cidadãos comuns, pois, como nos coloca Burke (2008, p.19), o historiador cultural descreve os pensamentos e sentimentos característicos de uma época e suas expressões.

A estes cidadãos comuns, designados por Hobsbawm (1998) como “pessoas extraordinárias”, dedicamos o segundo capítulo. Tendo a memória como gênese de toda a construção narrativa, buscamos dar continuidade à História Local do Bairro do Roger abrindo espaço para os não moradores e suas impressões, a fim de termos contato com a visão estigmatizada (pobre, marginal, perigosa) formulada muitas vezes pela mídia e apropriada por quem não o conhece, apresentando, num segundo momento, a visão dos moradores.

Sendo a Historiografia um conjunto de territorialidades representacionais apreendidas a partir de experiências comuns, do cotidiano, da vivência do indivíduo, demarcando o modo como apreender e interpretá-las, cabe a nós comunicá-las para o outro no presente da nossa existência ou no futuro. (SILVEIRA, 2010, p. 9).

CAPITULO II

Quem te viu, como te vê? O Bairro do Roger e sua perspectiva bucólica

O título deste segundo capítulo contempla a proposta a qual nos dispusemos a construir: apresentar e analisar sobre qual perspectiva o Bairro do Roger é apreendido pelo não morador, indivíduo que não possui qualquer vínculo com o bairro, mas reside na cidade de João Pessoa, e pelos moradores e ex-moradores que possuem vivências no Bairro do Roger.

São sujeitos da sociedade que, certamente, escapariam à abordagem macro-histórica, passariam despercebidos, sem serem consultados nesta construção de uma História Local de abordagem Micro-Histórica, em que, para nós, são fontes relevantes, “extraordinárias”, indispensáveis na construção dessa narrativa histórica do Bairro do Roger, pois registrar a história do bairro, na perspectiva da História Local, produzindo fontes com a História Oral e análises da Micro-História, pode contribuir para o registro, a significação e a visibilidade da própria história do bairro, da cidade, do Estado.

Ao nos apropriarmos da denominação que criou o autor Hobsbawm (1998), em seu livro *Pessoas extraordinárias: resistências, rebelião e jazz*, em que ele apresenta e analisa alfaiates, operários, camponeses, músicos, pessoas, muitas vezes, não públicas, renegadas da História, é condição *sine qua non* para nossa discussão a definição de: quem são elas, essas pessoas extraordinárias?

Eles são tão grandes quanto você e eu. Suas vidas têm tanto interesse quanto a sua ou a minha, mesmo que ninguém tenha escrito sobre elas. Minha questão diz respeito, antes, a que, coletivamente, se não como indivíduos, esses homens e mulheres são os principais atores da história. O que realizam e pensam faz a diferença. Pode mudar, e mudou, a cultura e o perfil da história, e mais do que nunca no século XX. Essa é a razão por que dei o título a um livro sobre essas pessoas, tradicionalmente conhecidas como pessoas comuns, de pessoas extraordinárias (HOBSBAWM, 1998, p. 7).

Este registro de Hobsbawm ratifica a contribuição da Micro-História no seu exercício de escavar, procurar o que não pode ser visto “a olho nu”, atentando-se para pequenos recortes, para o despercebido, é partícipe dessa mudança na cultura e no perfil da história,

desafia tradições e fortalece o rompimento da factualidade, já proposto pela História dos *Annales*. Ou seja, em sua essência,

[...] pode revelar muito olhando com atenção para um mesmo lugar onde aparentemente nada acontece, sugere, se não um procedimento, ao menos a qualidade de uma observação ou de uma perspectiva frente aos objetos de análise. Uma atitude intelectual que se alimenta da convicção de que o olhar através do microscópio, o interesse pelo minúsculo – ou ao menos, no limite, pela miudeza, ou por aquilo que mais facilmente se negligencia –, pode revelar dimensões inesperadas dos objetos e, com sorte, perturbar convicções arraigadas no domínio da história. (LIMA, 2006, p. 13-14).

Podemos perceber isto através do olhar do não morador que cria e estereotipa a visão bucólica segundo o que aparenta, principalmente porque a mídia, na sua tentativa de espetacularizar os fatos a partir da violência cotidiana em alguns bairros, contribui com esta representação negativa de que estes bairros, a exemplo de Mandacaru, São José e o Bairro do Roger são redutos de marginalidade, de pobreza, e, claro, do presídio, símbolo de exclusão e criminalidade que lá se encontram.

Até conhecer e não apenas visualizar a existência do bairro, o nosso olhar também precisou ser ressignificado, pois estamos a todo tempo imbuídos pelo senso comum, pela veiculação de informações negativas que contribuem com o fortalecimento de estranhamentos e resistências ao que não se conhece.

Por isto, é necessário irmos além, o imaginário não pode se acomodar às informações midiáticas em suas diversas naturezas, que têm em si - apesar da sua função social denunciativa - um espírito capitalista que visa, em primeiro lugar, o lucro. Sendo assim, se as reportagens de criminalidade, de sangue e terror vendem mais que o cultural, certamente, a mídia vai procurar divulgar com mais ênfase o que lhe dá retorno.

Antes mesmo de se debruçar na pesquisa, ouvíamos as pessoas ao nosso redor questionarem: Mas, por que o Bairro do Roger? Não é o bairro do presídio, do lixão? E isto inquietou ainda mais, afinal, era preciso conhecê-lo, antes de tecermos quaisquer rotulações.

Em um primeiro momento, pensamos em trabalhar com a imprensa escrita, confrontando jornais de diversas épocas, mas sabíamos que o tempo era curto para o trabalho minucioso que é exigido, desta forma, deixamos de lado a ideia, mas não conseguimos nos desprender como um todo da mídia. Sendo assim, para darmos mais embasamento ao que dissertamos, fizemos uma pesquisa com recorte temporal dos últimos dez anos (2003 – 2013) no *Jornal da Paraíba*, que tem o acervo disponibilizado na *internet* e sede física situada no Bairro de Tambiá, que faz fronteira com o Roger. A escolha desse jornal se deu pela facilidade no acesso ao acervo, mas também por estar imerso numa área que chega a

confundir-se com a do Roger. Queríamos saber se o lugar de que eles fazem parte, influenciava de maneira positiva na propagação das informações.

Todavia, ao trabalharmos com o *Jornal da Paraíba* e o recorte temporal de dez anos (2003 a 2013), estávamos cientes das dificuldades em analisar individualmente os três mil, seiscentos e cinquenta exemplares (3650) em decorrência do curto tempo para esta pesquisa, devido aos procedimentos inerentes à construção de uma dissertação, como cumprimento de créditos, reuniões de orientação, busca por fontes, leituras, fichamentos e relatos de memórias a serem coletados e transcritos. Entretanto, também não queríamos deixar de lado a ideia de se confrontar os discursos dos não moradores do Bairro do Roger com o que a imprensa publicava, por acreditarmos que existia uma influência na formação deste “senso comum” que contribui com o fortalecimento da visão negativa sobre o bairro.

Sendo assim, consultamos o acervo do *Jornal da Paraíba* disponibilizado em seu site oficial através do instrumento de busca que filtra as informações por nós desejadas. Neste caso, buscamos conteúdos que mencionavam a expressão “Bairro do Roger” e encontramos informações das mais diversas possíveis, desde a simples menção de um endereço comercial até longas reportagens, matérias e notas curtas. Mas, vale salientar que, com relação aos anos de 2006 e 2007, não foi encontrada nenhuma informação, por isto, decidimos trabalhar com amostragem já que, para darmos conta desses dois anos, teríamos que consultar os quase setecentos (700) jornais impressos.

Durante a leitura de dissertações e monografias que têm como objeto o Bairro do Roger, tais como PESSOA (2012); NASCIMENTO (2010) e CAMPOS (2008) – dos quais, inclusive, utilizamos algumas das fontes orais por eles transcritas, principalmente os relatos das manifestações culturais do bairro – percebemos que estes autores fazem menção sobre a visão negativa das pessoas que não o conhecem, mas ouvem falar do Bairro do Roger e da participação da mídia na construção desse discurso, tanto é que o trabalho do autor Ricardo Campos é voltado para o medo e o estigma no contexto urbano do Bairro do Roger, pela consciência negativa impregnada, que formula juízos de valores dos cidadãos exógenos ao bairro e, que, de certa forma, chega a contaminar os moradores e os não moradores.

Diante destes entraves, encontra-se a memória que seleciona aquilo que quer lembrar, e, sendo ela, a matéria prima desta construção histórica, cabe a nós não apenas sediá-la, mas entendê-la, pois é ela que interage com o cotidiano e extrai das experiências, que se aproxima ou se afasta daquilo que se queira lembrar.

2.1 Em diálogo com a memória

Entedemos, conforme nos coloca Tedesco (2004) que a memória é a síntese da experiência, ela por si só não dá conta de ser o que ela representa para o ser humano e para a História. Para que o seja, é necessário que ocorra uma relação exterior ao indivíduo a partir da sua interação num determinado tempo e espaço, composto de elementos diversos que nos ajudam a memorar aquilo que se deseja. São símbolos, traços, vestígios que compõem o cenário mental do que se busca encontrar com as lembranças, ação que institui uma aproximação com o que representa o passado, com aquilo que se representa do passado.

A memória, enquanto objeto de análise, tem levado diversos campos de estudo a refletí-la, colocando-a no centro dos debates culturais por vivermos em um mundo que não se preocupa em conservá-la, estabelecendo uma espécie de contracultura que entra no sentido oposto aos processos de preservação e a tudo tenta destruir.

Desta maneira, uma das funções sociais da memória, protagonista dos cenários dos intelectuais do campo humanístico, é trabalhar num processo de resguardar e conscientizar sobre a importância do reconhecimento da memória de uma determinada sociedade no exercício de fortalecimento das identidades locais, como forma não apenas de construção histórica que ultrapasse o esquecimento, mas como maneira de contribuir com a autoestima e, conseqüentemente, com o desenvolvimento social e econômico de comunidades diversas.

Por muito tempo, o diálogo e a preocupação com a conservação dessa memória direcionava-se aos expoentes políticos, sempre vaidosos em se fazerem presentes na lembrança do povo, como forma de polir e manter sempre vivo o poder que exerceram/exercem. Monumentos construídos e erguidos em praças públicas, bustos que a História, na sua concepção de metanarrativa, com teor eurocêntrico, nos ajudava a decorar quem era que ali estava representado, embora identidade nenhuma a população tivesse com o monumento.

Nessa amalgama invisível, em que só conseguimos chegar até ela a partir das recordações escritas, desenhadas, emolduradas, faladas, imagéticas, estamos também diante do imbricado embate com o esquecimento, uma forma de não lembrar, que causa lacunas na experiência, algumas vezes acometidas da ausência de elos afetivos, de sentidos mais aprofundados, de traumas, da incapacidade de criar vínculos por falta de reconhecimento, o que acaba por não revelar marcas traduzidas pela vibração da consciência, em que os sujeitos históricos conhecem e narram o passado no presente.

Ao pensarmos na interferência dessa lembrança e no papel que ela desempenha, associamos a reflexão de Éclea Bosi (1994, p. 39) que nos diz ser a “lembrança um diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reaparição”.

Sendo assim, visualiza-se a memória a partir de uma natureza perecível, em que o espaço de tempo da experiência vivida de longa duração que, para Braudel (1990, p. 7), é um tempo lento que só pode ser observado durante centena de anos, “um personagem embaraçoso, complexo, frequentemente inédito” que vai se esfacelando com a continuidade e o distanciamento da vida, por isto, a necessidade da permanência ritualística, cultural, ensaiada e repassada com as chamadas tradições. Para mantê-la, é preciso manuseá-la, fazê-la presente, transmiti-la de geração para geração a fim de que não se perca no tempo e no espaço. Isto é o que Eclea Bosi (1993) chama de memória hábito, que é a repetição do mesmo esforço, um adestramento cultural. Daí surge a importância da manutenção recorrente a partir de um elo com o passado para determinadas sociedades.

Desse modo, a tradição configura-se como o percurso de um caminho já traçado, como ritualização, e que encontra no passado a sua legitimação. É esse passado que possui certo direito e que determina, ainda que inconscientemente em larga medida, as nossas posições e nossos comportamentos. (TEDESCO, 2004, p. 82).

Esta tradição que é um conjunto de elementos sociais, culturais, políticos criados a partir da experiência, reveladora de práticas, fonte para inúmeras pesquisas como a nossa, que a partir da oralidade, do escrito, proporciona contato com a memória narrada, afinal, como diz Bachelard (2005), o discurso, a fala, tem essa capacidade de tornar visível o que parece invisível, alimentando a História e permitindo que identidades sejam reveladas, apuradas a partir de um olhar que se interroga na busca do conhecimento. Segundo Tedesco (2004, p. 93), “a identidade se faz pouco a pouco, com base na experiência vivida, rememorada, retida anteriormente. Nesse sentido, a memória é o componente essencial para a identidade do indivíduo e sua integração social”.

A construção dessas experiências é dada a partir do coletivo, sozinho o indivíduo torna-se isolado, ausente de uma relação que estabeleça identidades. É a partir dos laços que se estabelecem com o outro e com o espaço, que nascem os reflexos, ou seja, o sujeito passa a se ver como parte da comunidade, onde reside, do grupo que frequenta, do lugar que habita, das práticas que se estabelecem. Porque houve uma vivência, relações de natureza positiva ou negativa existiram e é através delas que a memória é alimentada, pois quando se recorda, se

parte de uma experiência que se viveu como ser integrante ou que ouviu dizer. A experiência é, para Thompson (1981), um vivido experimentado como “sentimento”, como constituinte da vida cotidiana, como constitutiva de um conjunto de valores implícitos e incorporados na cultura (TEDESCO, 2004, p.105).

No desvendar dessas tradições, é que descobrimos os vícios, as formações culturais, e, através delas, busca-se refletir sobre as semelhanças, as diferenças, as peculiaridades de populações que possuem marcas legitimadas com a disseminação das tradições, dos costumes, das experimentações que deram certo (ou não, servindo de aprendizado) e que se fincaram numa determinada comunidade. Vale salientar, segundo nos coloca Hobsbawm (1997), que há uma diferença entre tradição e costume. O primeiro, a tradição, tem natureza e objetivos diferentes, a começar pela invariabilidade, impõe práticas fixas, tal como a repetição. Já o costume “tem a dupla função motor e volante. Não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente” (p. 10).

Tanto a tradição, quanto o costume são compostos por memórias, e, por assim ser, é que buscamos ter contato com os mesmos, com as impressões deixadas no tempo e no caminho que se percorreu, estabelecendo experiências, como as que foram construídas pelos moradores de um bairro, o Bairro do Roger, em que cada memória individual vai de encontro a uma que é em comum, a coletiva, que ajuda na construção desse mosaico chamado de História.

Estas memórias, tocadas a partir da oralidade, são capazes de nos levar a saudosismo, o estranhamento que se forma a partir das experiências reveladoras do passado, da interação do indivíduo com o espaço, do sentimento de pertencimento, em que consente ao sujeito morador a sentir-se parte do meio, pois dele se extraem lembranças afetivas que saúdam tempos e espaços vividos, afinal, “os acontecimentos são tempos fortes que fazem memórias fortes; a dissolução do acontecimento na banalidade do todo-acontecimento origina, com certeza, memórias fracas.” (CANDAUI, 2012, p. 101).

E quem é que nos permite ter contato com a memória? A linguagem. É a linguagem, a partir de seus símbolos, que são representações em grafia ou som, que nos permitem identificar a memória coletiva, social, que “abrange as memórias individuais” (SILVEIRA, 2012, p. 27), que é a convergência não de experiências iguais, mas de linguagens similares, por isto, quando buscamos entrevistar alguém na busca de termos contato com sua memória, certamente, principalmente na história, estaremos confrontando o dito e o não dito com outras fontes, com a narrativa de outrem. Isto não é um modo cartesiano de construção, longe de ser,

mas é uma maneira de se aproximar cada vez mais da realidade que foi vivida, de enriquecer o trabalho historiográfico, que não anseia a totalidade, mas a aproximação e coerência com o passado.

Esta linguagem que torna a memória um instrumento socializador, é representada, por exemplo, pelo chamado Patrimônio Histórico Cultural, de maneira material ou imaterial ele é o conjunto de representações de uma determinada sociedade, de um tempo que passou mas permaneceu/permanece materializado concretamente a partir das construções, ou subjetivamente nas comemorações, na culinária, no artesanato, ou seja, a partir de uma natureza expansiva e diversa que contribui com a História e com a identidade local de várias sociedades do mundo. Os Patrimônios, sejam materiais ou imateriais, “dizem sem querer dizer”, mas falam pelos vínculos afetivos, históricos que foram criados a partir de experiências vividas ou repassadas, não se limitando às construções suntuosas, “ele agora compreende os aglomerados de edificações e a malha urbana: aglomerados de casas e bairros, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjuntos de cidades” (CHOAY, 2006, p. 13).

Enquanto categoria de patrimônio, um determinado bairro precisa ser estudado a partir de sua visão histórica, que possa permear as suas marcas e os testemunhos deixados pelo tempo na vida das pessoas diante das experiências com o lugar, com as tradições culturais por lá estabelecidas e vivenciadas pelos moradores. Do mesmo modo, os aspectos materiais também são relevantes enquanto fontes, pois contribuem com a análise, a reflexão sobre as permanências e rupturas, os laços que ali foram estabelecidos e, por conseguinte, as memórias que se tornaram síntese entre o indivíduo e o lugar. “Ao apoiar-se num suporte material, numa apresentação figurada, retrato, foto, a representação induz a identificação com a coisa retratada em sua ausência” (RICOEUR, 2007, p. 438).

Enquanto espaço, os lugares de memória, por muito tempo, estiveram condicionados àqueles direcionados para guardar algum acervo de natureza não espontânea, a exemplo dos museus, dos memoriais, dos arquivos, geralmente instituições oficiais, que são intencionalmente criados para tal guarda.

Na comunidade do Bairro do Roger, o carnaval, os clubes carnavalescos, o futebol, a Gameleira, as quadrilhas de São João, são alguns dos lugares de memória, o são por encontrar nos relatos dos moradores uma memória espontânea em relação a eles. Esta percepção causa, de certa forma, um desencontro com o que Nora se refere ao dizer que:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter

aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais (1998, p. 13).

Os lugares de memória sobre os quais nos debruçamos a refletir, fazem confluência que o que nos diz Gastal (2002, p. 77):

As diferentes memórias estão presentes no tecido urbano, transformando espaços em lugares únicos e com forte apelo afetivo para quem neles vive ou para quem os visitam. Lugares que não apenas têm memória, mas que para grupos significativos da sociedade, transformam-se em verdadeiros lugares de memórias.

Lugares estes que estão embebidos de experiências refeitas no polir, no tocar, no refazer-se que as lembranças nos permitem, ao revisitarmos o passado, tempo revelador de quem somos, pois um homem sem passado é um homem sem identidade.

A memória é um conjunto de experiências isoladas que se ligam, que podem ser entrecruzadas para chegar a identidade(s) estabelecida(s). Estas experiências podem estar dentro do cotidiano, mas, na maioria das vezes, elas estão aquém dele, pois o cotidiano estabelece rotinas, permanências, que não estimulam as variações. São os encontros e os desencontros que desvendam quem nós somos, pois é numa festa, é num lugar de lazer, por exemplo, numa roda de amigos, que se deixa extravasar quem nós somos.

Aí (na memória) estão também todos os conhecimentos que recordo, seja por experiência própria ou pelo testemunho alheio. Dessa riqueza de ideias me vem a possibilidade de confrontar muitas outras realidades, quer experimentadas pessoalmente, quer aceitas pelo testemunho dos outros; posso ligá-los aos acontecimentos do passado, deles inferindo ações, fatos e esperanças para o futuro, e, sempre pensando em todas como estando presentes.(AGOSTINHO, 2009, p. 275-276).

Ao pensarmos no testemunho alheio, chegamos ao ponto de partida para a construção do próximo tópico, ou seja, quando não se vive a experiência, mas se apreende a mesma, a exemplo da mídia que não chega a ser um testemunho, mas uma informação em que as pessoas tomam para si o que está sendo repassado, guarda-se e apropria-se a imagem que foi construída pela mídia (e isto inclui jornais, revistas, televisão, redes sociais). Como podemos, então, enxergar essa memória, se não houve experiência direta?

Através da memória secundária, de segunda mão, que é absorvida a partir de relatos de memória de experiências alheias ou formuladas por informações superficiais, notícias, por leituras equivocadas que são parte do ônus proporcionado pela democracia da informação, a exemplo do que diversamente encontramos na *internet*, por isto, é necessário o

questionamento das fontes, de suas naturezas, de seus autores, do espírito de como e quem as formulas.

Entretanto, é uma memória que existe, pois quando se fala de um determinado lugar, comida, objeto, pessoas, vem uma gama de impressões que foram deixadas e que são carregadas com o indivíduo e reforçadas cada vez que não se permite ter conhecimento, contato, vivência com o que se tomou para si, mas não se “experimentou”. Dessas formulações é que surge, muitas vezes, o preconceito, a discriminação, os chamados juízos de valor, característica do chamado senso comum, “espécie de base teórica de compreensão, de saber, de atenção em relação ao que fazemos, aos papéis que cumprimos ao que se apresenta de forma repetitiva na vida cotidiana, ao que se mostra como natural, descarta a dúvida” (TEDESCO, 2004, p. 47), ancorados na superficialidade da informação midiática.

O Bairro do Roger é um exemplo dessa apropriação indevida propagada pela mídia sensacionalista, contribuindo para a construção de uma visão estigmatizada, em que os não moradores, entendidos como aqueles indivíduos que nunca tiveram quaisquer experiência com o lugar, apenas sabem da sua existência, tomam para si uma memória errônea e impressionista de que o bairro é criminoso, pobre, sujo, perigoso.

Ora, mas para que pudéssemos afirmar que estereótipos foram criados com relação ao bairro por pessoas que o desconheciam fisicamente, precisávamos ter contato com estas afirmações, e, para isto, elaboramos um instrumento de pesquisa que foi aplicado *online* com os usuários de um segmento da rede social, o *facebook*, a partir do nosso grupo de amigos que responderam e compartilharam em suas redes esta pesquisa. Nosso intuito era sabermos o que eles sabem sobre o Bairro do Roger e se a mídia contribuía em alguma das suas visões sobre o Bairro do Roger.

Para Silveira, esse estereótipo que mencionamos

[...] é uma forma de percepção, imagem/imagens mental/mentais que elaboramos acerca do Outro, de grupo e classes sociais, de forma imediata, sem muita reflexão, e que não têm rebatimento na realidade. A partir deles, formamos convicções que confundimos com fatos concretos, com conhecimento. Mas que não são conhecimentos. São diferentes das percepções que elaboramos com base na reflexão, a partir das quais formamos conceitos, por exemplo, que sintetizam conhecimentos (2014, p. 227).

A ausência desse rebatimento da realidade que alimenta a falta de conhecimento, é construto na formulação e formação dos juízos de valores, que nada mais são do que elaborar um valor positivo ou negativo sobre algo e julgá-lo segundo as impressões formadas por um conhecimento superficial. Isto acaba por criar resistências, estranhamentos por parte de quem

se inibe diante do que a televisão, os jornais propagam como uma realidade criada e transformada em “real”. “Imprensa, rádio, imagens não agem apenas como meios dos quais os acontecimentos seriam relativamente independentes, mas como a própria condição de sua existência. A publicidade dá forma à sua própria produção.” (NORA, 1988, p. 181).

A seguir, abordaremos a imagem do Bairro do Roger construída por não moradores que criam e dialogam com uma memória a partir de um discurso valorativo extremamente negativo sobre o bairro, que causam resistências ao seu adentrar. Para termos contato com o que a mídia, de fato, apresenta, fizemos um levantamento dos últimos dez anos (2003 -2013) no *Jornal da Paraíba* de natureza impressa, a fim de identificarmos a existência das informações negativas que contribuem com uma memória marginal que auxilia na criação de identidades forjadas em relação ao bairro através de fatos e acontecimentos que até podem ter acontecido, mas que são espetacularizados.

2.2 O Bairro do Roger no foco da mídia: o não morador e suas impressões

O campo da historiografia passou por várias transformações que culminaram na ampliação das temáticas e, conseqüentemente, das fontes a serem utilizadas em pesquisas históricas, entre elas, incluem-se os periódicos, ou seja, jornais e revistas que têm dado respaldo a diversas pesquisas, suprimindo lacunas e contribuindo com a memória histórica de diversos objetos e sujeitos escolhidos mundo afora.

As renovações ocorridas na historiografia são consideradas para muitos como o rompimento das amarras positivistas que fabricavam uma espécie de História estanque, cristalizada, sem que o fluxo da longa duração pudesse permear as narrativas. Esta quebra possibilitou que novos problemas e abordagens viessem à tona diante do olhar inquieto e curioso do historiador, que passou a questionar-se ainda mais sobre o social, o político, o cultural, numa perspectiva de microabordagens de que, até então, a História cronológica, factualista e metódica não fazia uso.

Estas transformações foram paulatinamente acontecendo a partir dos anos de 1930, com o advento da Escola dos *Annales* e, efetivamente, ampliadas na sua terceira geração (1968-1989) que trouxe doses mais variadas de temáticas numa perspectiva interdisciplinar, que permitiram diálogos com outras áreas, a exemplo da Linguística, das Ciências Sociais, da Antropologia. A História Cultural, tanto quanto a Nova História Cultural, permitiram que a História estivesse próxima do cidadão comum, desconhecido durante muitas décadas pelo tradicionalismo heroicizante, de cunho elitista, elementos característicos da metanarrativa.

Por volta de 1970, o cenário das pesquisas acadêmicas começava a enfrentar os discursos de alguns intelectuais que ainda resistiam ao periódico como fonte, alegando que estes estavam imbuídos de ideologias, de interesses políticos, como se as fontes de natureza oficial também não tivessem suas influências. Embora o uso dos jornais já estivesse sendo colocado em prática por alguns pesquisadores, o debate em torno da sua credibilidade enquanto fonte permanece. (LUCA, 2010)

Ao longo do tempo, estes periódicos tomaram uma proporção gigantesca de natureza e, conseqüentemente, de tiragem; o que antes era restrito às classes intelectuais, tornou-se cada vez mais próximo dos cidadãos comuns, de segmentos populares. Para Elio Flores (2007) esses periódicos são produções que fazem parte da explosão que ocorreu principalmente a partir da década de 1960 quando os estudos culturais vieram ainda mais a tona, pois começou-se a entender que era

(...) necessário explorar um campo de pesquisas inovador no que se vem designando como cultura histórica, tanto no que concerne aos saberes históricos escolares (formação do historiador e ensino de história) quanto na produção e difusão de uma tradição escrita e midiática à margem da ciência histórica propriamente dita, mas com notável disseminação na contemporaneidade. (FLORES, 2007, p.87)

A partir do uso da imprensa enquanto fonte, o olhar histórico também entrava em cena para validar as fontes que lhe seriam úteis, e a imprensa passou a fazer parte dos estudos históricos, tendo em vista que, segundo Lima (2007, p. 222),

[...] a imprensa registra, comenta, forma opiniões, distrai; através de suas palavras e imagens reencontramos valores e comportamentos perdidos. A consciência dessa riqueza documental fez aumentar a quantidade de estudos que usam a imprensa como suporte.

Nesta pesquisa a que nos propusemos, a imprensa surge como fonte na perspectiva que a entendemos como mediadora da informação, do conhecimento transmitido a uma população que, quando não se questiona, deixa-se ser influenciada pelo que a mídia dissemina através das suas informações, notícias. Negamos aqui, conforme nos coloca Capelato e Prado (1998, p.118), a ideia de que a mídia “é um mero veículo de informação, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere” afinal, há muitos interesses em jogo que vão desde os ideais políticos até a intenção de lucro que se pretende atingir com o que dissemina através da informação, da notícia.

Entendemos que a mídia busca dar continuidades ao que lhe dá retorno, moldando suas páginas para o que mais chama atenção do seu consumidor, pois lá “(...) é o lugar, por excelência, da afirmação de propósitos, do delinear de projetos e da construção de um

determinado horizonte de expectativa no leitor.” (CRESTANI, 2008, p. 327). Na Paraíba, isto não é diferente, a imprensa está no *rol* dos poderes, podendo ser considerado, como definiu Lima Barreto, como o quarto poder fora da Constituição, com mais influência decisória em aspectos dos mais diversos e relevantes.

Escolhemos, dentre a imprensa escrita que circula na cidade de João Pessoa, o *Jornal da Paraíba* que está em circulação há mais de quatro décadas, e diferentemente do que ocorria há séculos passados, em que só se podia ter o jornal através da assinatura mensal, hoje ele está em toda parte e qualquer pessoa que tenha condição, pode adquiri-lo numa banca ao lado de casa, do trabalho, sem que seja necessária uma assinatura mensal.

Além da questão da acessibilidade, já que o acervo se encontra *online*, a escolha, de certa forma, também teve influência da localização da sede do Jornal, que se encontra no Bairro de Tambiá, este chega a mesclar-se com o Bairro do Roger, levando-se a uma confusão geográfica se identificado a olho nu, por sinal, segundo nos coloca Medeiros (1994), o Tambiá compreendia o que hoje é Roger.

Essa indefinição quanto às fronteiras permeia o imaginário dos moradores do bairro. Segundo a moradora Laudereida Dias: “todo mundo considerava Roger e Tambiá uma coisa só”. A moradora também revelou que estes dois bairros, assim como seus habitantes, mantinham fortes relações. Eram servidos de uma mesma linha de ônibus: “Antigamente nós tínhamos um ônibus que passava, era Roger via Tambiá e Tambiá via Roger. Eu acho que esse elo de ligação que se fazia com o ônibus, as pessoas faziam também.” (NASCIMENTO, 2010, p. 92).

A partir disto, levantamos a hipótese de que, por estar tão perto da comunidade em estudo, o jornal pudesse ter uma perspectiva de abordagem diferente daquelas de cunho negativo identificadas na imprensa cotidianamente, como nos mostram as pesquisas de Campos e Koury, citada no tópico anterior. Este fator de abordagem negativa também é evidenciado por Pessoa (2012) em sua dissertação, que trata sobre o Bairro do Roger e suas práticas culturais quando nos diz que

(...) essas manifestações culturais possibilitam aos brincantes não oriundos do bairro e por vezes também da cidade, rever sua visão sobre ele, visão essa muitas vezes estigmatizada pela mídia como um local sujo e inseguro que acaba ocultando sua riqueza cultural. (PESSOA, 2012, p. 59).

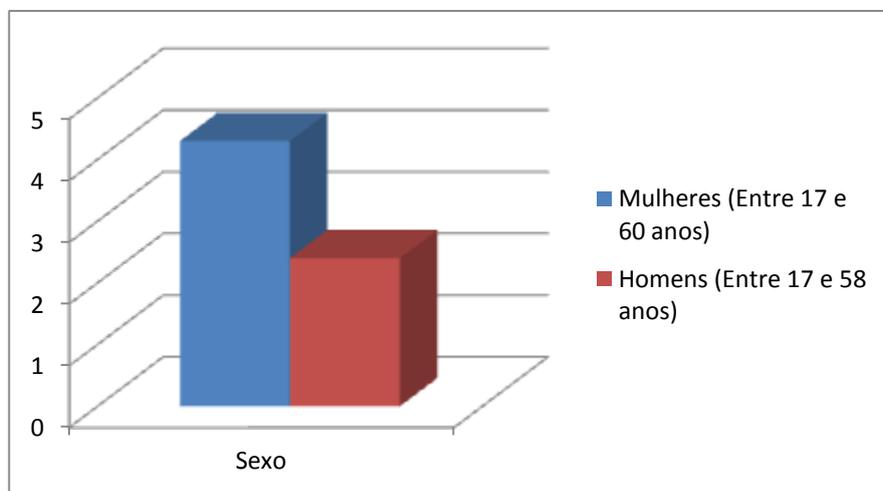
Para quem não teve vivências no bairro ou não o adentrou fisicamente, socialmente ou culturalmente, o bairro é sinônimo de pobreza, violência, criminalidade, possuindo um teor negativo que é cotidianamente transmitido nos jornais impressos e televisivos que se apropriam de elementos presentes no bairro, a exemplo do antigo Lixão do Roger e do

presídio Desembargador Flósculo da Nóbrega, além de fatores pontuais, tais como a violência, as rebeliões esporádicas, da vida precária da Comunidade do “S”, para transformá-los num cenário sensacionalista que não busca apenas denunciar, mas torná-lo espetáculo para o público que é atraído pelas notícias dos cadernos policiais manchados da mais pura crueldade diária.

Com isto, não estamos dizendo que a mídia tem excesso de poder na representação do Bairro junto à sociedade pessoense, mas ela influencia no imaginário dos moradores da cidade que criam resistência aos bairros periféricos, isolando-se dos mesmos e excluindo da margem social de convivência.

Entretanto, a fim de quebrarmos uma perspectiva que fosse de especulação possivelmente construída através de um subjetivismo inocente, aplicamos um questionário com o grupo de amigos da rede social *facebook* que, conseqüentemente, compartilharam com outros amigos de suas redes. O público do questionário corresponde aos dados do gráfico abaixo:

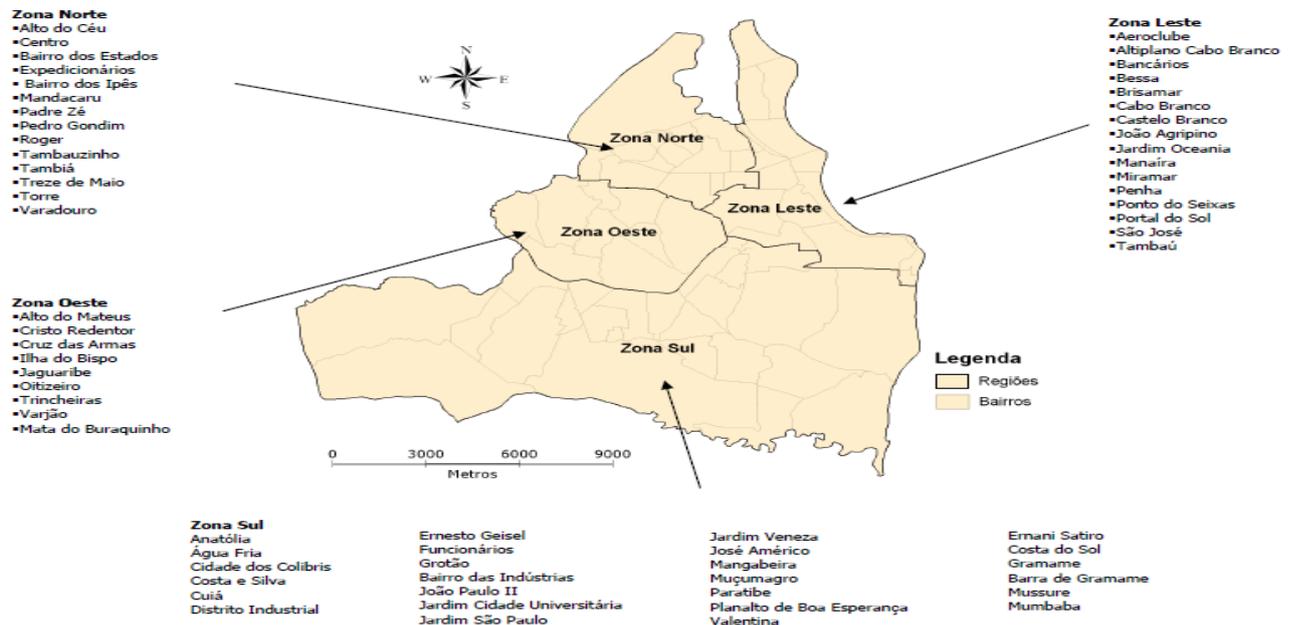
Gráfico 01 – Percepções sobre o Bairro do Roger nas Redes Sociais



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados obtidos.

Com relação aos bairros em que residiam os sujeitos que responderam o questionário, seguimos a divisão da Topografia Social que divide a cidade de João Pessoa em quatorze regiões dentro das zonas de orientação geográfica, ou seja, zona norte, zona sul, zona leste e zona oeste, conforme estão distribuídos os bairros no mapa abaixo.

Mapa 03 – Distribuição por Zona da cidade de João Pessoa



Fonte: Topografia Social de João Pessoa, 2009, p. 40.

Dos 138 pessoas que responderam ao questionário, 58 residem na Zona Leste, 13 na Zona Oeste, 24 na Zona Sul, 20 na Zona Norte, 12 pessoas designaram suas residências apenas pelo município, sendo 12 de João Pessoa e 16 de outras cidades circunvizinhas. Elaboramos o questionário e o disponibilizamos na *internet* a partir de perguntas que pudessem abrir espaço para a subjetividade, ou seja, em que as respostas não fossem influenciadas por alternativas criadas por nós.

Entre as perguntas, uma delas diz: “Quando você ouve falar no Bairro do Roger, o que vem à cabeça”? A maioria respondeu com uma perspectiva negativa, conforme transcrevemos abaixo:

“Presídio, favelização”

“Um bairro perigoso”

“Presídio, periferia, bairro antigo de João Pessoa”; “Só a Bica! Creio que seja a Única diversão!”

“PRESIDIO DO ROGER” Presídio, Perigo e abandono público já que o bairro é antigo e muito mal estruturado”

“Pobreza marginalidade, pobreza, violência, trafico de drogas”

“Sei que existe o alto e o Baixo Roger, mas não conheço. Imagino que esse é um bairro antigo, que é de periferia e que não é muito conhecido”;

“um bairro perigoso Bairro onde mora pessoas com um nível baixo de educação, um bairro perigoso”.

Das cento e trinta e oito (138) respostas por não moradores, 70% demonstraram ter uma impressão negativa do bairro, a exemplo dos trechos citados anteriormente, a violência, o

perigo, a vulnerabilidade social são apresentadas em diversas falas, além de elementos pontuais como o presídio e o lixão. Em algumas falas, é recorrente a expressão “ouvi dizer”, além do termo “imagino”. Expressões como estas demonstram a representação simbólica que foi estabelecida pelo imaginário e que contribuiu para a formação de um juízo de valor a partir do que se ouviu dizer e não do que se conhece da realidade.

[...] primeiro um espanto por que **dizem** que é um bairro perigoso”; “Sei que existe o alto e o Baixo Roger, mas não conheço. **Imagino** que esse é um bairro antigo, que é de periferia e que não é muito conhecido” (Grifos do autor). (Grifos da autora)

Os dois elementos físicos que mais aparecem no imaginário dos entrevistados, como já mencionado, são o antigo lixão do Roger instalado em 1958 e desativado em 2003 e o presídio Desembargador Flósculo da Nóbrega, construído no século XX e funcionando até os dias atuais. Dois signos de pobreza, marginalidade, criminalidade que assolam a imaginação do indivíduo por sua própria natureza. São fortes no lado simbólico de apenas existirem, deturpando e criando pré-julgamentos que são inerentes aos elementos que compõem o bairro: o lixo material, como aquilo que é sujo, que não presta, que é descartado, instalando pobreza ao seu redor, e o presídio onde se encontra o “lixo humano”, composto de ladrões, assassinos, estupradores, aqueles que foram banidos, excluídos da sociedade.

Além disto, os meios de comunicação corroboram com esta ideia de insegurança, medo, pobreza e desordem quando proporcionam visibilidade a bairros de periferia nas páginas policiais alimentando uma imagem negativa não apenas do Bairro do Roger, mas de outros bairros, como, por exemplo, o Bairro São José. Isto também pode ser observado durante o questionário aplicado com não moradores, a exemplo destas falas:

“Nos noticiários da TV o bairro é apresentado como o lugar da criminalidade, quando sabemos que moram pessoas do bem, trabalhadores. infelizmente a mídia só mostra o lado violento do bairro”;
 “As informações que ouvir sobre este bairro está presente na mídia, que o bairro é violento, mas a ligação da violência é por o bairro ser pobre e abandonado pelas autoridades”;
 “Penitenciária do Roger Violência, tráfico de drogas. O que mídia mostra”.

Nestes trechos, comprovamos o que, *a priori*, era nossa hipótese. A mídia contribui com o que os não moradores, estranhos ao lugar, pensam negativamente sobre o bairro. De fato, nosso número de amostragem é muito menor ao que deveria ser para chegarmos a esta conclusão, mas, além do questionário, pesquisamos em outras fontes, a exemplo da própria imprensa e de trabalhos bibliográficos que chegam a esta consideração.

Quadro 03 – Quantidade de notícias por ano sobre o Bairro do Roger.

Ano da Notícia	Quantidade de notícias
2003	05
2004	08
2005	03
2008	10
2009	25
2010	25
2011	35
2012	10
2013	05

Fonte: Jornal da Paraíba (2003 – 2013).

Neste quadro, apresentamos a quantidade por ano de notícias sobre o Bairro do Roger encontradas a partir do instrumento de busca disponível no acervo *online* do *Jornal da Paraíba*, sabemos que a disparidade ocorre devido às falhas do buscador, pois deve existir nos anos com menos notícias outras que não sejam só estas, mas como justificamos no início, devido ao curto tempo para trabalhar com 3.650 exemplares, optamos trabalhar por amostragem, e, a partir dela, o ano de 2011 foi o em que mais encontramos notícias sobre o Bairro do Roger seja em formato de reportagem, matéria ou nota. Todavia, nos últimos dez anos (2003-2013), constatou-se que a maioria das informações são de natureza negativa, além do mais Campos e Koury (2007, p. 7), em estudos que tratam sobre o medo e o estigma no Bairro do Roger, também constata tal evidência quando nos afirmam:

A mídia, cada vez mais rápida e ligeira, contribui para esse imaginário de medo e insegurança no bairro. Nos levantamentos em jornais, verificamos que quase a totalidade das matérias sobre Roger é estampada nas páginas policiais, e a grande maioria relativas ao presídio.

Ao iniciarmos nossa pesquisa nos deparamos, no exemplar de 26 de julho de 2003²⁵, com uma pequena chamada numa coluna social, com ar de surpresa e ironia, ao dizer: “O Bairro do Roger – ninguém imaginava – anda frequentadíssimo. Que coisa!”. Nota-se um preconceito explícito na expressão “ninguém imaginava”, afinal, o que as pessoas vão fazer num bairro que é pobre, sujo, distante, perigoso e abandonado? Pois é esta a visão que encontramos a todo tempo na mente das pessoas que não o conhecem. Deste exemplar em diante, a maioria das informações são de desastres naturais, assassinatos, assaltos à mão armada, atropelamentos, rebeliões e outras ligadas a operações no presídio de segurança

²⁵ Disponível em: <http://acervo.jornaldaparaiba.com.br/anos/2003/07_Julho/26/Vida_e_Arte/#/6/zoomed>. Acesso em 20 jan 2014.

máxima. Notícias que alimentam o imaginário de quem emite e de quem recebe, pois as notícias de natureza nua e crua são reforçadas pelo espectro do espetáculo que a sociedade busca a qualquer hora do dia.

A mídia referencia esse tipo de imagem em seus telejornais, e matérias que mostram sempre o bairro através do presídio e suas fugas, da questão do tráfico de drogas e violências; da miserabilidade e carências socioeconômicas; contribuindo para esse imaginário (CAMPOS, 2008, p.78).

Quando as frases de chamadas nas páginas do jornal trazem alguma informação sobre o presídio, não ocorre menção ao seu nome oficial: “Desembargador Flósculo da Nóbrega”, mas faz-se questão de caracterizá-lo pelo espaço que ele ocupa, ou seja, o “Presídio do Roger”, e isto já se naturalizou. Um dos exemplos no jornal é o título da matéria do dia 28 de janeiro de 2005²⁶: “Serviço de teleaudiência no Roger é reativado pela cidadania e justiça”. Da mesma forma aparece no exemplar de 16 de março de 2005, no entanto, desta vez, o termo presídio aparece na frase de chamada: “*Polícia encontra armas e drogas nas celas do presídio do Roger*”.

Na primeira chamada se oculta, por exemplo, o termo presídio e generaliza-se que as teleaudiências acontecerão no Roger. Embora, já no primeiro parágrafo, a matéria faça menção ao nome oficial do presídio, a frase de efeito é a primeira que fica na cabeça do leitor, contribuindo para o fortalecimento da visão negativa.

O nome popular que levou o presídio a ser designado pelo lugar que ele ocupa, afetou a mente das pessoas de tal modo que, quando as pessoas dizem morar no Roger, algumas desinformadas pensam que é no presídio. Isto é tão habitual que, na página do *Facebook* do Bairro do Roger, encontramos um *Hipster*²⁷ que trata sobre isto, muitos dos moradores comentavam abaixo da imagem dizendo ter passado por esta situação inúmeras vezes.

²⁶ Disponível em: <http://acervo.jornaldaparaiba.com.br/anos/2005/01_Janeiro/28/Cidades/#/4>/ Acesso em 20 Jan. 2014.

²⁷ “É uma palavra inglesa usada para descrever um grupo de pessoas com estilo próprio e que habitualmente inventa moda, determinando novas tendências alternativas.” Disponível em <<http://www.significados.com.br/hipster/>>. Acesso em 20 Jan. 2014.

Imagem 02 – Hipster sobre o Bairro do Roger



Fonte: Facebook do Hipster Pessoense

A linguagem e sua maneira de nos ajudar a criar, a formular o mundo que desejamos na nossa mente, é também uma imagem, vai de encontro ao que teoriza Guy Debord (2003) quando condiciona os seres a uma sociedade do espetáculo, em que a imagem, neste caso a linguagem, é mediadora do imaginário, da intencionalidade que se busca ao tentar impressionar, chamar a atenção do público leitor, pois o espetáculo, compreendido na sua totalidade, é simultaneamente o resultado e o projeto do modo de produção existente. Ele não é um complemento ao mundo real, um adereço decorativo. “É o coração da irrealidade da sociedade real” (DEBORD, 2003, p. 15).

Destarte, além das matérias pontuais que já se dirigem ao “Roger” e não ao presídio, encontramos informações como a que consta no dia 17 de abril de 2008²⁸, “*Homens são detidos no Bairro do Roger com dois quilos de crack*”. Na primeira leitura, a impressão que temos, é que os homens sobre os quais a matéria se refere, são moradores do Roger, entretanto, o texto completo nos mostra que estes indivíduos foram abordados na casa de um morador, mas a notícia generaliza. Nossa intenção não é apontar o dedo para quem quer que seja, mas mostrar que, muitas vezes, por não ler a informação completa, o leitor fica condicionado à primeira impressão da frase de chamada que a memória salva, corroborando mais com a associação marginalizada do bairro.

²⁸ Disponível em: <http://acervo.jornaldaparaiba.com.br/anos/2008/04_Abril/17/Cidades/#/5/zoomed>. Acesso em: 23 jan2014.

Paralelo à criminalidade, encontramos também reportagens focadas em desastres naturais e outros direcionados à falta de infraestrutura. Por exemplo, o deslizamento de uma barreira que atingiu duas casas no Bairro do Roger, em que o primeiro parágrafo do texto denota um sentido de maior atenção quando nos diz “*um dos acidentes mais preocupantes causados pela chuva ocorreu no Bairro do Roger*”²⁹. Para fazer jus ao que se diz, uma imagem que demonstra o estado de calamidade no qual o bairro se encontra, “enfeita” a matéria.

No mesmo ano, uma reportagem³⁰ também faz menção à precariedade na qual vivem algumas da família da Comunidade do “S”, que têm de conviver com dejetos fecais ao lado de suas casas. Parece denunciativa, e assim o é, mas muito mais apelativa quando usa de imagens dos moradores em total debilidade física.

Percorre, ao longo dos exemplares, uma gama de informações condicionadas a estes aspectos de vulnerabilidade social, atentando-se para o mosaico de imagens fortes que complementam o perfil sensacionalista das reportagens. Para o autor Ribeiro (2001, p. 201), “não importa a qualificação moral ou ética, mas a capacidade de indução ao consumo”, já para os autores, o que importa é vender, afinal, todos os segmentos da sociedade consomem notícias (PASCHOAL; TATTO, 2008).

Os meios de comunicação, impressos ou audiovisuais, tendem a formar, a partir de uma coletividade, uma opinião em massa que se torne comum entre os cidadãos, principalmente, como já mencionamos, entre aqueles que não possuem um nível de instrução (ao menos formal) capaz de levá-los a contestar com a experiência, de rebater as informações com o conhecimento da realidade. As notícias rotulam lugares, pessoas, fatos, situações, constituindo entre os indivíduos um espectro de naturalidade que os levam a dizer que conhece sobre alguma coisa sem, na maioria das vezes, ter frequentado o lugar ou lido alguma coisa além das informações que circulam na mídia

É o que acontece quando questionamos sobre o Bairro do Roger aos não moradores, que atestam nos seus dizeres que o bairro é pobre, perigoso, violento sem sequer terem vivido algum tipo de experiência *in loco*.

Credibilidade é algo importante e que no senso comum da população não falta (ou parece não faltar) para os meios de comunicação de massa. O cidadão ouve e percebe o discurso da mídia como algo que vem de patamar

²⁹ Disponível em <http://acervo.jornaldaparaiba.com.br/anos/2008/06_Junho/17/Cidades/#/2/zoomed>. Acesso em: 23 Jan. 2014.

³⁰ Disponível em <<http://acervo.jornaldaparaiba.com.br/popuptexto.php?index=48177&palavra=Bairro%20do%20Roger>>. Acesso em 31 Jul. 2014.

superior, de quem sabe mais, muito mais, para quem sabe pouco ou nada. Nesse sentido a mídia, em qualquer de suas manifestações, apresenta-se como ente que detém poder em grau considerável. (PASCHOAL; TATTO, 2008, p. 6).

Apesar de 80% das informações que encontramos sobre o Bairro do Roger, serem direcionadas à violência, pobreza e catástrofes, 20% das reportagens tiveram um teor positivo, direcionado ao lado cultural, pois há dois momentos no ano em que a mídia se dedica a apresentar suas manifestações culturais, a exemplo do Carnaval e do São João, que ocorrem, respectivamente, nos meses de fevereiro/março e em junho. Duas tradições que lhe configuram um caráter peculiar no seu aspecto cultural que é bastante forte, pois há uma identidade dos moradores com estas práticas culturais populares.

A cultura se torna uma forma do bairro ganhar nova visibilidade para a cidade, uma vez que nos períodos carnavalesco e junino o bairro passa a ter mais espaço na mídia da cidade, revelando um aspecto positivo que seria suas expressões produzidas pelo povo, assim ocultando, ao menos naquele momento, a visão degradante que uma considerável parcela da população que ali não reside possui, vendo-o como um bairro sujo e violento, fazendo referência ao antigo lixão da cidade, que ali se instalou durante muito tempo, e ao presídio que até o momento continua a existir no bairro. (PESSOA, 2012, p. 60).

Nas respostas do questionário, encontramos algumas que fizeram menção às manifestações culturais, atentando-se para as quadrilhas e o carnaval tradição que são destaques no bairro.

“Quadrilha Lajeiro Seco, Catedráticos do Ritmo, Escola Piolin...”

“O que me vem á cabeça é a Escola de Samba Catedráticos do Ritmo”

“Escolas de samba e o carnaval propriamente dito”

“A festa do bairro, quadrilha do bairro, Bica”

“Cultura popular e o pôr do sol”

“Carnaval, escola de samba, presídio”

Vale ressaltar que estas notícias possuem um destaque diferenciado no jornal³¹, daí a importância de se observar a diagramação, pois ela também fala. Enquanto as de violência possuem maior espaço e aumento no tamanho da fonte, as informações sobre as manifestações culturais são apresentadas de maneira recuada, com letras bem menores. Com exceção de uma das reportagens que tratam do carnaval, no Caderno Cidade, exemplar do dia

³¹ Note-se a matéria bem no final do lado esquerdo da página ocupando uma posição diferente daquelas de crime, desastre. Disponível em <<http://acervo.jornaldaparaiba.com.br/popuptexto.php?index=46838&palavra=bairro%20do%20Roger>>. Acesso em 31 Jul 2014.

22 de fevereiro de 2009³², uma matéria sobre o movimento cultural “Ala Ursa”³³ toma quase toda a página e, dentro dessa reportagem, cita-se o movimento como um dos mais tradicionais no Bairro do Roger.

Entre outras notícias, as de cunho político³⁴ também aparecem em alguns momentos demonstrando a influência que dois políticos exercem sobre o bairro, tornando-se para os mesmos um reduto de votos, afinal, como nos coloca Maquiavel (1995), estabeleceu-se a sua comunidade e através dos bons feitos que lhe concedem visibilidade, garante-se seus votos. No mais, apenas uma vez sobre o quesito esporte há uma menção sobre um campeonato de futebol que aconteceria no Campo do Onze, um dos lugares de memória da comunidade.

Estes dois políticos são Pedro Coutinho e Tavinho Santos, atualmente o primeiro é secretário do Instituto de Previdência do Município de João Pessoa – IPMJP e o segundo é suplente de senador e presidente do Esporte Clube Cabo Branco. Segundo eles, em entrevista para nossa pesquisa, suas relações com o Bairro do Roger, além de políticas, são afetivas, pois ambos foram criados no Bairro do Roger, conforme relatos abaixo:

Minha relação com o Bairro do Roger é uma relação totalmente familiar. Meus pais nasceram no Roger e, portanto, minha ligação vem totalmente da minha família. A minha família que é a família Coutinho, tem como expoente maior Zé Coutinho, e foi o Padre Zé Coutinho que enquanto vida ele teve, sua participação foi muito forte no Roger, principalmente na construção da Igreja de Santa Terezinha, padroeira do Roger, por sinal hoje primeiro de outubro é o dia da padroeira de Santa Terezinha, coincidentemente estou fazendo essa entrevista no dia da padroeira do Roger, eu acho que não é coincidência não, é coisa de Deus e de Santa Terezinha. Então a minha família é umbilicalmente ligada ao Roger e daí essa tradição com o Bairro do Roger em virtude de ter toda a minha vida e a vida dos meus pais ter sido naquele Bairro. (Pedro Coutinho).

A minha relação com o bairro do Roger vem da minha própria existência porque eu nasci e me criei no Roger, meu pai toda a sua existência foi uma liderança no bairro, inclusive presidente do Guarani esporte clube recreativo, foi dirigente do Onze Esporte Clube recreativo que são duas agremiações de esporte amador, o Onze tem 75 anos de existência e o Guarani 55 anos de existência. Em seguida meu pai foi eleito vereador na cidade de João Pessoa de 1982 a 1988 e em função de toda essa história, eu dei continuidade em 1992, me elegi vereador tendo a base política do bairro do Roger onde eu

³²

Disponível

em

<<http://acervo.jornaldaparaiba.com.br/popuptexto.php?index=12376&palavra=Bairro%20do%20Roger>>. Acesso em 24 Jan 2014

³³ Uma manifestação cultural que ocorre durante o carnaval, em que uma pessoa se fantasia de urso para pedir dinheiro nas ruas, acompanhada de uma charanga.

³⁴ Do lado direito da página Coluna Marcos Tavares, matéria intitulada “Pão e circo” fala da briga política no Roger.

Disponível

em

<<http://acervo.jornaldaparaiba.com.br/popuptexto.php?index=52049&palavra=Bairro%20do%20Roger>>. Acesso em 24 Jan 2014

sempre obtive mais de 40% da minha votação e fui representante do bairro por 20 anos com cinco mandatos de vereador onde tive a oportunidade de levar vários benefícios ao bairro principalmente em infraestrutura, o Bairro do Roger hoje é um bairro todo calçado, saneado, só não tem saneamento nas áreas mais baixas, porque o esgoto é por gravidade, então alguns trechos de algumas ruas não tem tratamento de esgoto, e por onde passa o transporte coletivo também passa saneamento. O Bairro do Roger tem três creches, tem o posto de saúde onde abrigam três equipes da unidade de saúde da família. O Bairro do Roger tem na sua infraestrutura tem um ginásio de esporte que pertence ao Guarani esporte clube recreativo, tem também no Onze Esporte Clube Recreativo o campo de futebol que não só atende ao bairro do Roger, mas toda zona norte, pois tem toda uma infraestrutura. E também o Bairro do Roger na minha existência o Roger me deu tudo, o Roger foi quem me deu projeção na cidade, me deu condições de estudar, de me formar e de ser vereador, hoje eu sou suplente de senador, do senador Vital do Rego. Fui na cidade de João Pessoa Secretário de Turismo e Esporte, então é uma relação que até hoje existe e até hoje venho como sendo representante do bairro aqui na cidade. (Tavinho Santos).

Em ambas as falas, você consegue perceber o caráter afetivo da relação, mas sem deixar passar despercebido, principalmente na segunda, o perfil político que descreve as contribuições da trajetória no bairro. Os moradores reconhecem ambas as representações, mas, até na questão política, a dicotomia também aparece, pois embora eles não considerem essa dualidade, Pedro Coutinho tem mais influência no Alto Roger, lugar, inclusive, em que sua mãe ainda reside na Rua da Saudade, e no Baixo Roger, Tavinho Santos, porém, nenhum dos dois reside mais no bairro.

Em relatos, Rosildo (61 anos), morador desde 1988, diz que algumas das vezes em que vai repassar seu endereço para alguém, é abordado com expressões de surpresa, imbuídas de preconceito: “Você mora no Roger?”. Esse “no Roger” tem ar de espanto, como se ele “tivesse sido condenado ao inferno e não soubesse”. Isto é proveniente, como nos coloca Campos (2008), das classes mais abastadas que vivem em áreas mais longínquas ao bairro, não conseguindo enxergá-los.

A população de João Pessoa, e principalmente os moradores com maior poder aquisitivo, tendem a ver o Roger como local de evitação, de perigo, relatando o medo e a cultura da violência da qual abordamos desde o capítulo primeiro. Morar no Roger pode ser atributo negativo para um cidadão de João Pessoa, pois os indivíduos da cidade estranham o outro, tentando excluí-los de seu convívio e contato, principalmente os indivíduos que são considerados provenientes de determinados lugares perigosos como o Roger. (CAMPOS, 2008, p. 79).

Interessante que a veia de pesquisador nos deixa atentos às novas informações, até mesmo em conversas despreziosas. Em um consultório médico, fomos surpreendida, ao confessar da profissão de historiador, por relatos de pessoas que começam a contar sobre o

que leram de História, o que gostam na História. Numa dessas conversas, um médico dizia ter predileção pela História da Paraíba e lembrava com certo saudosismo do tempo em que seus pais e avós moravam no centro da cidade, descrevendo e enfatizando que era um lugar de pompa, de prestígio, em que muitos permaneciam por amor, como o caso do escritor “Coriolano de Medeiros”, que chegou a escrever o livro “Tambiá da minha infância”.

Famílias tradicionais da cidade, de certo poder aquisitivo, sabem que a configuração social que se dá hoje a certos bairros de João Pessoa, como aqueles denominados como periféricos, nem sempre foi assim, pois como já se afirmou em vários momentos, o Centro era o reduto da elite da cidade, por lá médicos, advogados, engenheiros e senhores de terras residiram, por isto, reconhecem seu valor a partir da herança histórica do seu passado familiar.

No decorrer da pesquisa, ao frequentarmos o Bairro do Roger, percebíamos que os moradores estavam sempre receosos com a nossa abordagem, há um medo que ronda a sociedade atual ocasionado pela insegurança social presente em todos os lugares, não é à toa que as pessoas dos outros bairros estão cada vez mais condicionadas a cercas elétricas, muros altos, grades e sistemas de vigilância 24 horas, por receio da violência, que é uma realidade não apenas local, mas nacional.

Quando indagados sobre acharem ou não o bairro perigoso, os moradores afirmam que já não é mais como antes. Marivan (53 anos), filho de Dona Claudete, moradora antiga do bairro, sintetiza dizendo “A mesma coisa não é não, aliás, em nenhum canto é a mesma coisa, mas quando aqui estiver ruim, os outros cantos já estarão piores”. Campos (2008, p. 117), na sua pesquisa etnográfica sobre o medo e o estigma no Bairro do Roger, nos diz que “os moradores apontam o bairro como um local tranquilo, bom de viver, e que os problemas e mazelas que o afligem são causados pelos outros de fora do bairro, e principalmente de subáreas dentro do próprio bairro”.

Estas subáreas às quais Ricardo Campos se refere, correspondem à dicotomia geográfica característica da área central que divide o espaço entre Alto e Baixo Roger e que é, inclusive, elemento de preconceito e disputa interna entre os seus moradores. *A priori*, chegamos a pensar que essa rivalidade ocorria por ser o Baixo Roger uma área mais pobre, onde se encontram as comunidades periféricas do bairro, o lixão, o presídio.

Quando perguntei a Dona Claudete se ela achava o bairro perigoso, ela disse que “o mais perigoso é o Baixo Roger, principalmente naquela favela Asa Branca”. Do mesmo modo nos diz Dona Tina (72 anos): “De uns tempos pra cá tem sido perigoso, a menina ali na frente de casa foi assaltada, somente celular... e ontem a tarde foi aqui, na frente da casa de dona

Ritinha... é gente que usa essas motinhas que não é emplacada, que vem de fora”. Com relação à dicotomia espacial que corresponde ao

Aspecto de comunidade dual do bairro, que se refere à divisão do mesmo em Alto Roger e Baixo Roger é bastante válido, porém notamos que a comunidade se subdivide em alguns outros grupos, divisão elaborada pelos próprios habitantes, que enxergam uns aos outros como diferentes, pertencentes a outro estrato, apesar de morarem próximos e desfrutando das mesmas condições de existência. (CAMPOS, 2008, p. 122).

Se os moradores constroem dentro da própria comunidade seus preconceitos, isto, de certa forma, também respinga em quem está de fora e fortalece o discurso que a mídia propaga. Mas, o que percebemos, é que eles não aceitam que os outros digam que o Bairro do Roger é perigoso, sujo, pobre, mesmo que eles internamente se discriminem, característica do sentimento de pertencimento.

Tanto nas entrevistas estabelecidas por nós, como nas transcrições dos relatos orais que encontramos nos trabalhos como os de Campos (2008), Pessoa (2012), Nascimento (2010), essas evidências estão presentes nas opiniões dos moradores a partir de uma representação positiva do bairro, quando indagados sobre o seu perigo.

Gosto do bairro porque ele é tranquilo, se acontece alguma coisa é desses desobedientes, uns moleques, que vem dali, mais pra lá da linha do trem, que nos final de semana faz barulho e passa aqui em frente. Mas aqui tem a proximidade a tudo, não precisa de ônibus. Falam do presídio, mas aqui mesmo sempre deixo a porta aberta até de noite e nunca aconteceu nada. (Dona Benedita, 58 anos apud Campos, 2008, p. 117).

Tu achas o Roger um bairro perigoso?-Não! Nunca achei sempre na minha adolescência que eu saía pras festas e voltava duas... Três horas da manhã, nunca fui assaltado no Roger, nunca fui abordado por ninguém né? É como qualquer outro bairro, qualquer outro lugar, tem as pessoas que praticam as coisas erradas, mas também tem muita gente boa. (Luciano Peixoto apud PESSOA, 2012, p. 46).

O Baixo Roger possui essa visão preconceituosa por parte dos moradores do Alto, por ter sido construído bem depois, sua ocupação é da década de 1930. Sua formação se deu a partir de catadores de lixo que foram formando suas comunidades à beira do Lixão do Roger, pois o lixo era o material explorado para sobrevivência das famílias por lá instaladas. A aglomeração destas famílias foi dando corpo, de maneira precária, às favelas, hoje denominadas de comunidades, como o caso da Comunidade do “S” e a da Asa Branca.

O Baixo Roger se situa a partir da porção leste da Avenida Gouveia Nóbrega, sendo uma área de depressão, que se estende da bica aos manguezais que margeiam o Rio Paraíba, a área começou sua ocupação no início da década de 1930 e é caracterizada por abrigar uma população

carente, e muitas vezes estigmatizada por ter abrigado extinto lixão da cidade e o presídio. Nessa porção do bairro encontramos a Quadrilha Lageiro Seco, o Centro Cultural Piollin, a Casa Pequeno Davi, a igreja de Santa Rita de Cássia e o campo do Onze. (PESSOA, 2012, p. 54).

A ocupação primeira do Baixo Roger se deu através da chegada de pessoas de todos os lugares, principalmente do interior do Estado da Paraíba e que, sem alternativa, se instalavam na redondeza e iam se aproveitando das poucas oportunidades que o lixo poderia trazer. É o que diz o relato da moradora Dona Rita (50 anos), presente no trabalho de Campos (2008).

Antes de morar aqui no Roger eu morei no interior em Alagoa Grande. Eu e minha família saímos do interior porque era muito difícil e tinha problemas como falta de hospital, a seca era braba também. Aí viemos ali pro S., meu pai foi juntando umas merrecas e aos poucos fomos nos mudando aqui pra lugares melhores dentro do bairro. (CAMPOS, 2008, p. 113).

Estes tipos de migrações internas (do interior para a capital) ocasionam estranhamentos e resistências por parte dos moradores que já residem no local e se sentem invadidos, de acordo com Paiva (2013, p. 23).

Os territórios de migração se constituem enquanto ação-reação na constante disputa por inserção, pertencimento e visibilidade nos contextos urbanos ou rurais. São totalidades complexas que se constroem sobrepondo-se e ocultando outros sujeitos, outras sociabilidades, outros territórios. Por vezes são compreendidos como intrusos pela sociedade de recepção, dado que adensam e materializam a presença do outro, do estrangeiro, do invasor, daqueles que portam costumes e hábitos e culturas singulares, incomodadas ou perigosas.

Esta citação dialoga com o sentimento que existe nos moradores do Alto Roger, quando enxergam nos moradores do Baixo Roger uma descaracterização ao lugar, eliminando-os ou condenando-os no espaço em que habitam, pois entre eles há uma divisão que não é apenas geográfica, mas social, que marginaliza e contribui com a paisagem do lixo que, de certa forma, os incomodava, e com a violência que só pode vir desse lado desconhecido devido a familiaridade que é perceptível entre os moradores do Alto Roger.

Esta familiaridade fortaleceu a cultura do lugar e projetou, na memória dos moradores, lugares e experiências que se relacionam e dão cor ao Bairro do Roger, mesmo diante das dificuldades que existem, mas que são aumentadas, distorcidas quando alimentadas por um espírito de negação dos que lá nunca estiveram.

2.3. O indivíduo e o Lugar: traços de uma afetividade

Quando optamos por uma pesquisa historiográfica a partir de um enfoque micro-histórico, estávamos cientes das palavras de Revel (1998) quando nos diz que optar por este olhar não seria uma visão fatiada, nem atenuada, nem parcial da realidade macrossocial, mas uma perspectiva diferente, que nos aproximaria do que a História Local busca atender quando visa romper com a ortodoxia das macroabordagens, dos grandes feitos da História indivisa.

O contato com os relatos de memórias de cidadãos comuns, donas de casa, policiais reformados, artistas, funcionários públicos, catadores, levaram-nos a querer saber sobre o passado, sobre o presente, sobre as expectativas do futuro, atentando-se para suas identidades sociais, formadas a partir das relações espaço-temporais que são traduzidas na experiência e transmitidas pela memória. Quem era o Roger para esses moradores, sujeitos do espaço que habitam? Quem era o Roger em João Pessoa, diante da sua composição urbana?

Este último tópico nos direciona e inquieta sobre as experiências sociais, culturais, sobre os lugares de memórias, sobre os sentimentos de pertença que fincam raízes e constroem histórias, pois “abordar a reconstrução das memórias e suas significações possibilita o registro das relações que se constituem no cotidiano urbano e rural com suas peculiaridades e especificidades” (BARBOSA, 2005, p. 43).

Nesse tear que envolve elementos culturais, sociais, políticos, econômicos é que se desenvolve a História Local, enquanto abordagem, ela configura a existência ou não de uma consciência histórica desvendada a partir de sujeitos que denunciam, que se calam, que se identificam, enfrentam, constroem, estranham o cenário de que eles fazem parte, onde residem, frequentam, trabalham, revelando realidades cotidianas das comunidades, dos bairros que, lembrando o que disse Barbosa (2005), explicam

[...] os problemas por elas enfrentados, ao tempo que, em mão dupla, os problemas e questionamentos das comunidades podem suscitar a necessidade de, no exercício de compreendê-los e buscar soluções - numa práxis transformadora, se proceder a sua elaboração e registro. Então, a História Local tanto pode provocar a ação como pode ser por ela provocada no sentido de sua constituição.

No decorrer da pesquisa, problemas foram apresentados e/ou identificados, por exemplo, durante a construção do segundo capítulo, objetivamos ter contato com a visão estigmatizada do bairro formulada pelo não morador, já descrito em linhas anteriores, identificamos através dos relatos um preconceito concebido “de perto e de dentro” que, até

então, desconhecia-se, e isto ocorre por que há problemas no interior da comunidade que foram sendo desenvolvidos e não resolvidos tanto pela própria população como pelo Estado.

A divisão social que ocorre no processo discriminatório entre o Baixo e Alto Roger, é perceptível na infraestrutura, que difere em ambos os espaços, na presença das comunidades mais pobres feitas com casas mais simples, no esgoto a céu aberto, na paisagem ainda danificada pelo Lixão do Roger e na violência, no embate do tráfico de drogas presentes no Baixo Roger, enquanto que, no Alto Roger, são famílias que, embora também possam ser vistas como imigrantes, acompanharam um desenvolvimento e uma vivência social que difere da que é vista no Baixo Roger, com outro nível de Educação e formação cultural.

Esse acirramento entre o Baixo e o Alto Roger é tão forte que influência as manifestações culturais e religiosas tornando-as objetos de disputa, pois no Alto Roger a Igreja é de Santa Terezinha, criada em 1934, sua obra foi fruto das doações dos fieis que tinham seus pedidos alcançados, tornando-se paróquia em 1962 (PESSOA, 2012). No Baixo Roger, mesmo com a Igreja de Santa Terezinha já erguida, foi construída a Igreja de Santa Rita de Cássia, criando mais um embate, ou seja, quem deveria ser a Padroeira do Bairro? Sendo assim, a fim de apaziguar os rumores, cada parte tem sua padroeira, o Baixo – Santa Rita, o Alto – Santa Terezinha.

Estes entraves são fruto das conveniências de territórios, pois mesmo o Bairro sendo um só, naturalmente a divisão espacial nele estabelecida criou identidades distintas, embora ela também seja uma quando se trata de representar o bairro fora dele e não dentro dele. E por que essa intolerância entre o Alto e o Baixo Roger ocorre? Devido aos interesses, das resistências internamente criadas e estereotipadas entre os moradores, neste sentido, a conveniência

[...] reprime o que “não convém”, “o que não se faz”, ela mantém a distância, filtrando-os ou banindo-os, os sinais de comportamento ilegíveis no bairro, intoleráveis para ele, destruidores por exemplo da reputação pessoal do usuário. Isto quer dizer que a conveniência mantém relações muito estreitas com os processos de educação implícitos a todo grupo social: ela se encarrega de promulgar as “regras” do uso social, enquanto o social é o espaço do outro, e o ponto médio da posição da pessoa enquanto ser público. (DE CERTEAU, 1996, p. 49).

Estas conveniências também são refletidas nas práticas religiosas e suas manifestações culturais, pois, em momentos diferentes, ocorrem as festas profanas e religiosas das padroeiras, que são eventos esperados pelos moradores e vividos com muito fervor. No trabalho de Pessoa, encontramos os relatos de memória do morador Jorge Ramalho, de 80 anos, que revela ao pesquisador memórias dessas festas:

Eu me lembro bem, desse tempo... Cada rua tinha seu noitário, cada casa doava um prato, e a organização do evento composta pelos membros da igreja faziam acordo com as cervejarias para pagarem com 60 dias, a gente pagava com o dinheiro que arrecadávamos na festa, tinha bingo com um prêmio que era doado, parque de diversões, correio-elegante onde as mocinhas bem vestidinhas levavam numa cesta bem enfeitada os recadinhos apaixonados junto com um doce, em troca de uma pratinha, além das barracas de lanches e pavilhão no adro da igreja, onde todo lucro era revertido em obras e aquisição de equipamentos para a igreja. (PESSOA, 2012, p. 89).

Estes elementos são também características da cultura local, do chamado bairrismo, em que cada um defende aquilo que lhe pertence a partir das práticas culturais que, segundo De Certeau (1996, p. 39),

(...) diz respeito a combinação mais ou menos coerente, mais ou menos fluida, de elementos cotidianos concretos (*cardápio* gastronômico) ou ideológicos (religiosos, políticos), ao mesmo tempo passado por uma tradição (de uma família, de um grupo social) e realizados dia a dia através dos comportamentos que traduzem em uma visibilidade social fragmentos desse dispositivo cultural (...).

São nesses espaços imbricados de enfrentamentos sociais, culturais que encontramos os lugares de memórias, que descobrimos espaços sociais que transformam o Bairro do Roger num lugar culturalmente marcado por tradições que permanecem até os dias de hoje, por indivíduos que, mesmo não mais presentes, fincaram identidades não apenas nos espaços, mas nas pessoas que recordam com saudosismo antigos moradores, movimentos, fatos e acontecimentos que consentem uma identidade social, que dão corpo a uma consciência histórica interna e externa ao lugar.

Diante da pluralidade de demandas que, enquanto abordagem, a História Local permite focar, através do recorte dimensionado pelo pesquisador, proveniente da abordagem Micro-Histórica, que direciona a “escala de observação do historiador, com o intuito de perceber aspectos que de outro modo passariam despercebidos” (BARROS, 2013, p. 279), é que se tem contato com a cultura formada por elementos diversos que compõem a teia de significados traduzidos diante das experiências, que a memória sintetiza e transmite a partir dos vestígios deixados ao longo do tempo. Nesta cultura, se encontram as tradições, os costumes, as manifestações, os lugares de memória que, quando sistematizados, dão corpo a um mapeamento cultural, relicário da comunidade a que pertence e à cidade.

A consciência histórica do morador vem do reconhecimento do espaço que as práticas culturais ocupam no Bairro do Roger e na cidade de João Pessoa. Quando o morador José de Brito, 64 anos, intervém em nossa fala nos dizendo: “Esse Bairro do Roger é rico em

cultura, pois tem o Piollin, tem a Casa Pequeno Davi, tem o grupo de capoeira, tem duas Escolas de Samba, tem Escolinhas, aqui tem muita coisa de cultura.”, percebemos que era hora de abrir ainda mais as cortinas e apresentamos para os leitores o que a população externa ao bairro não consegue enxergar, pois o “espetáculo” reside muito além das manchas marginais apresentadas pela mídia.

2.3.1 O Carnaval e as Escolas de Samba

O que é o carnaval senão a libertação do corpo, da alma, da mente? As pessoas tornam-se quem gostariam de ser, e algumas se libertam de padrões e regras do dia a dia. É através das manifestações culturais como o carnaval que ocorre um extravasar, em que as pessoas permitem aproximação, barreiras são rompidas e você passa a ter experiências coletivas que se tornam registros para o baú de memórias, pessoal ou coletivo, “têm como traço a informalidade para unir e igualar as pessoas por meio dos ritos de “inversão” (da ordem), que tentam promover a igualdade” (LEITE, 2012, p. 54).

Este festejo, que deu ao Brasil o rótulo de país do carnaval, é na verdade “dos carnavais”, pois a pluralidade cultural das manifestações é notoriamente apresentada nas formas em que são configuradas e transmitidas ao público. É perceptível a diferença entre o carnaval da Bahia e o do Rio de Janeiro. São movimentos diferentes, embora, ambos sejam práticas carnavalescas. Entretanto, segundo Antônio Risério (1995), o da Bahia é a festa e o do Rio de Janeiro, o espetáculo.

Engana-se quem pensa ser o carnaval uma manifestação genuinamente brasileira, nos concederam essa identidade, mas o carnaval é fruto de um hibridismo de manifestações europeias, como afirmam “a maioria dos estudiosos que as festividades carnavalescas europeias especialmente as de Paris, Veneza e o entrudo de Portugal influenciaram a criação do carnaval brasileiro” (DELGADO, 2012, p. 43). As representações do carnaval brasileiro tomaram novas roupagens, não é à toa que ocorrem diferenças dos carnavais entre suas regiões.

No Bairro do Roger, o Carnaval é uma manifestação cultural de bastante representação entre a comunidade. Em nosso primeiro contato com os moradores, o carnaval é lembrado de maneira saudosista. Dona Tina foi a primeira a relatar que, entre as mudanças ocorridas no bairro, uma delas era a ausência do carnaval, pois da sua casa, na Rua da Saudade, conseguia ver toda a arrumação, “hoje em dia não tem mais carnaval, não é mais como antes”. Do mesmo modo, Dona Claudete nos relatou, ao dizer que a lembrança mais forte que tem do Bairro do Roger, é o Carnaval: “tinha a Dona TEKA, ela fazia a lapinha... O

primeiro carnaval foi feito pelo meu pai, só não me lembro o ano, eu já era grandinha... Era muito animado, vinham muitos grupos, escolas de samba..”.

Curioso perceber os relatos do passado, transformações tinham ocorrido e buscamos procurar saber as causas desse enfraquecimento do carnaval, que têm caráter político, econômico e de tempo, afinal, as gerações passadas foram sendo substituídas por poucas e novas que não se interessam na manutenção de suas práticas.

Na parte alta do bairro, encontra-se a Escola de Samba Catedráticos do Ritmo, na parte baixa, a Império do Samba, internamente ocorriam rivalidades, mas na hora de concorrerem aos concursos carnavalescos da cidade, tornavam-se um só, o Bairro do Roger. Na pesquisa de Pessoa (2012), ele nos diz que

As duas escolas de samba existentes no bairro merecem destaque por suas visibilidades para a cidade. A Catedráticos do Ritmo, criada pela família Brito em 1957, e a Império do Samba criada em 2005. Em ambas percebemos uma forte participação da comunidade, assim como dos brincantes das quadrilhas do bairro, mostrando uma amigável interação entre essas manifestações culturais.

A família Brito é responsável pela criação e manutenção da Escola de Samba Catedráticos do Ritmo, que começou como um Grêmio Recreativo durante o ano de 1970, segundo Sr. José de Brito Filho, atual presidente da Escola, filho do fundador, mais conhecido como Sr. Duda, o envolvimento com o carnaval se deu de maneira lenta e gradual

Como uma escolinha pequena, hoje já fazem 42 anos de vida, só a família tomando conta, até hoje a gente não deu baixa, a gente pediu apenas uma licença, porque tava todo mundo querendo tudo de graça e ninguém pode sustentar o povão. A escola chegou até mil componentes, depois foi diminuindo, porque com essas festas que existem, tudo de graça na rua, até os clubes você vê que não existe mais, mas antigamente era o clube, na rua tinha o carnaval de rua, era o mela, mela, era tudo bom, ninguém se metia em confusão, hoje ninguém pode sair de casa, até em casa é perigoso, que chegam assaltando, querendo levar o que você tem.

Nesta fala do Senhor Zé Brito, percebe-se alguns dos fatores que contribuíram com o enfraquecimento do carnaval no Roger, ou seja, a falta de apoio financeiro tanto dos moradores, como do governo, a insegurança, a substituição ou (re)significação dos espaços carnavalescos. Dona Claudete nos conta que seu pai era o responsável por deixar nas caixas de correio das casas do Alto Roger o envelope que pedia auxílio financeiro para o carnaval, cada um doava o que podia para a construção dos carros alegóricos, das fantasias, para o transporte, e o Sr. Duda ratifica: “Severino de Almeida era quem saia pedindo por aqui, todo mundo ajudava, botava as cartinhas nas casas para fazer o carnaval, porque sempre foi famoso aqui no Roger, foi o carnaval...”.

O carnaval teceu consigo fortes representatividades ao Bairro. No decorrer da nossa conversa, o Sr. Duda, morador desde 1946 no bairro, já com 93 anos, lembrou das pessoas que se tornaram conhecidas no bairro e até na cidade, moradores comuns que contribuíram com o desenvolvimento cultural do bairro, a exemplo de Severino Lima, Augustinho Tomaz, Severino de Almeida, Eulália Nascimento, Augustito Maia, Mario Teixeira, sem contar na sua esposa Senhora Verbena Brito, já falecida, que era uma das maiores incentivadoras do carnaval, juntamente com o Sr. Duda, que também era alfaiate e costurava as fantasias.

É, então os dirigentes das atividades foi se acabando tudo... Recordo de Mario Teixeira que era locutor, Severino Lima que também fazia parte, Severino de Almeida que é presidente de uma sociedade beneficente, ainda hoje existe, hoje quando abre (a ONG) é pra fazer velório. (Sr. Duda, 93 anos).

Vale salientar que o carnaval por lá ainda existe, não mais com a mesma força de antes, mas existe. A Escola Catedráticos do Ritmo não desfila há dois anos, mas as ala ursos e as festas de rua ainda tomam o espaço de maneira que o carnaval continua ao seu modo, mas com pouco envolvimento e engajamento dos moradores. Sr. Duda lembra que, além das Escolas de Samba, existiam os índios de papo amarelo, as charangas, hoje conhecidas como batucada, a barca, os ala urso e os clubes carnavalescos.

Aqui mudou muita coisa, o carnaval continua, mas os clubes acabaram com os clubes, tinha o independente esporte clube, o onze esporte clube, o ástrea, depois o cabo branco, existia esses clubes todinho... Aquele pessoal todo foi embora, só tem eu aqui sobrando. (SR. DUDA. Entrevista, 2014).

A relação do Sr. Duda com o carnaval é tão grande que, ao final da entrevista, ao perguntar se ele sentia vontade de sair do Roger, ele me canta uma estrofe de uma marchinha de carnaval: “daqui não saio, daqui ninguém me tira, onde é que eu vou morar?”. Não tem como o Sr. Duda sair do Roger, nem o Roger sair dele, o carnaval fortaleceu ainda mais essa relação afetiva, não é à toa que tentou morar no Rio, não se adaptou e regressou a sua terra.

Essa descontinuidade da tradição, mediante fatores de naturezas diversas, é fruto de um enfraquecimento econômico, da renovação da comunidade, em que os antigos vão dando lugar para os novos, mas é também fruto de uma memória não mais fortalecida a partir da repetição das práticas. Se não há interesse das novas gerações, aos poucos as manifestações, as chamadas tradições, vão desaparecendo, esfacelando a memória e relegando-a à História, que fica responsável por sua recuperação e registro.

Estas práticas culturais são fruto de um engajamento social (DE CERTEAU; GIARD & MAYOL, 1996), a consciência da importância de sua continuidade para que não caia no

campo do esquecimento, pode ser vista na família Brito quando Pessoa (2012, p. 66) nos relata que

Há o envolvimento de gerações diferentes da família Brito onde o filho mais novo de seu Brito, o Breno repassa para crianças do bairro que participam da escola a arte de tocar cavaquinho que já aprendera com o seu pai, demonstrando assim que o envolvimento para com o festejo acaba tomando a família, que por vezes veem no filho mais novo a possibilidade de manter no futuro a garantia da permanência na escola.

O autor Pierre Nora (1993, p.15) nos diz que, “à medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi”. Nesse relicário urbano, cabem as experiências que não podem ser furtadas pelo esquecimento, pelo tempo.

Do mesmo modo, no Baixo Roger, a Escola Império do Samba, premiada com cinco títulos desde 2004, data de fundação da agremiação, também tem sua relação com a comunidade e envolve-se com ações de protagonismos sociais que buscam a conscientização e a formação cidadã dos moradores. Bem mais recente que a Catedráticos do Ritmo, nasceu em 2004, a partir de fundadores que levavam a cabo a questão do gênero, da diversidade cultural, fazendo com que essa pluralidade estivesse presente nos enredos e entre os participantes.

Fernanda Bevenutti³⁵, figura emblemática no bairro, no tocante à introdução da discussão de gênero. Busca, sobretudo, a redução dos conflitos derivados do preconceito para com a participação de homossexuais e travestis na escola de Samba a qual chegou a presidir até o ano de 2010. Sendo notícia em veículos de comunicação de massa o seu engajamento. (PESSOA, 2012, p.67).

Assim como a Agremiação Catedráticos do Ritmo, a Império do Samba também passa por dificuldades financeiras, como, por exemplo, a ausência de espaço para realização dos ensaios. Da mesma forma, as escolas de samba de outros bairros, a exemplo das Escolas de Samba “Malandros do Morro” do Bairro da Torre, “Os Piratas de Jaguaribe” do Bairro de Jaguaribe. Estas escolas dão corpo ao espetáculo do carnaval tradição de João Pessoa, que acontece durante os dias de carnaval no “corredor do samba” montado na Av. Duarte da Silveira, mais conhecida como Beira Rio, para desfile das mesmas.

O que ocorre, é que tanto o governo municipal como o estadual têm apoiado muito mais as prévias carnavalescas realizadas semanas antes do carnaval. As festas de rua com dimensão e custos maiores, o chamado Folia de Rua, composto por blocos como as Muriçocas

³⁵ Fernanda Bevenutti é uma travesti que mora no Bairro do Roger, atuante nas questões de gênero, em defesa dos direitos LGBT e envolvida com a política local.

do Miramar, as Virgens de Tambaú, Cafuçú, Picolé de Manga, blocos que começaram pequenos dentro dos bairros e que hoje necessitam de espaços bem maiores, como a Av. Epitácio Pessoa devido à estrutura dos trios elétricos e a quantidade de brincantes. Ou seja, a cultura carnavalesca de João Pessoa valoriza muito mais o “espetáculo” do que o “festa”.

Um jornal local abre matéria³⁶ sobre a Catedráticos do Ritmo dizendo que “uma das Escolas de Samba mais tradicionais de João Pessoa não desfilará no ano de 2013 por falta de recursos financeiros e ajudantes”, a entrevista é concedida pelo próprio Sr. José de Brito, ao qual nos referimos anteriormente. Ele explica as condições em que se encontra a escola, fragilizada pela ausência de pessoas envolvidas e, principalmente, pela falta de apoio financeiro. Após vinte e cinco títulos, seu último desfile foi no ano de 2012, em que ficou com o quarto lugar.

Em se tratando dos clubes que realizavam bailes de carnaval, o Sr. Duda nos diz que já quase não existem mais como antes, ele recorda o Onze Esporte Clube, o Independente Esporte Clube, o Ástrea e o Clube Cabo Branco. O *Jornal da Paraíba*, no dia 30 de janeiro de 2008, traz uma pequena matéria³⁷ com o seguinte título “No Roger: Guarany faz três bailes carnavalescos”, bem abaixo da página de número três no caderno cidade, no cantinho do lado esquerdo, a “nota” começa dizendo que, “com o tema ‘A gente faz a paz’, o Guarany, do Bairro do Roger, é o único clube de João Pessoa que mantém a tradição e realiza três bailes durante o carnaval deste ano”.

Pelo tema do carnaval “a gente faz a paz”, e pela letra de alguns enredos como, por exemplo, o de 2011 da Escola Império do Samba, de título “Quem disse que o Roger não dá samba?”, percebe-se que há uma tentativa de desconstrução da imagem negativa do bairro. O enredo descreve lugares, paisagens e a cultura do lugar, que também é retratado nas fantasias e alegorias, pois sendo o carnaval uma das manifestações de mais destaques na mídia, por sinal, de maneira positiva, é uma forma de propagar o que o bairro tem de bom através da música, da dança, durante os desfiles das agremiações. Os moradores possuem consciência do lugar a que pertencem e da imagem negativa que foi construída.

2.3.2 O São João e as quadrilhas juninas

³⁶Disponível em <<http://globo.com/rede-paraiba/jpb-2a-edicao/v/jpb2jp-escola-de-samba-catedraticos-do-ritmo-nao-desfila-este-ano-em-joao-pessoa/2326212/>>. Acesso em 20 Jan. 2014.

³⁷Disponível em <<http://acervo.jornaldaparaiba.com.br/popuptexto.php?index=48508&palavra=Bairro%20do%20Roger>>. Acesso em 20 de Jun. de 2014

Na pesquisa de Pessoa (2012), ele visualiza o Carnaval e o São João como duas manifestações que possuem uma função social, sendo uma delas a sua promoção e a inserção dos moradores em atividades culturais que contribui com o processo de resocialização de crianças, adolescentes e jovens. Em Junho, não apenas o Bairro do Roger, mas toda a cidade de João Pessoa entra no clima do São João com elementos que já lhe configuram representações simbólicas da manifestação, como as bandeirolas coloridas pelas ruas, os pavilhões feitos de madeira e cobertos de lona e/ou palhas de coqueiro, as músicas juninas, o forró, os trajes matutos, as comidas típicas e as quadrilhas.

São manifestações culturais mantidas ao longo dos anos que nasceu com o intuito de comemorar o resultado das colheitas do mês de Junho, abençoadas pelas chuvas de São João e São Pedro e vivenciadas através dos rituais profanos e religiosos em que a dança, os balões, os fogos, as fogueiras, as celebrações religiosas e as superstições são repassadas até os dias de hoje e experienciadas no espaço rural e urbano, pois as festas juninas alargaram seus lugares de manifestação e hoje estão presentes nas diversas regiões do Brasil.

[...] as comemorações de São João (24 de junho) fazem parte de um ciclo festivo que passou a ser conhecido como festas juninas e homenageia, além desse, outros santos reverenciados em junho: Santo Antônio (dia 13) e São Pedro e São Paulo (dia 29). Se pesquisarmos a origem dessas festividades, perceberemos que elas remontam a um tempo muito antigo, anterior ao surgimento da era cristã. De acordo com o livro *O ramo de ouro*, de sir James George Frazer, o mês de junho, tempo do solstício de verão (no dia 21 ou 22 de junho o Sol, ao meio-dia, atinge seu ponto mais alto no céu; esse é o dia mais longo e a noite mais curta do ano) no Hemisfério Norte, era a época do ano em que diversos povos – celtas, bretões, bascos, sardenhos, egípcios, persas, sírios, sumérios – faziam rituais de invocação de fertilidade para estimular o crescimento da vegetação, promover a fartura nas colheitas e trazer chuvas. (RANGEL, 2008, p. 15).

Celebrações como estas caracterizadas pelas festas juninas fazem parte das chamadas culturas populares que sofreram mudanças, reformulações, novas roupagens fruto do hibridismo cultural trazido pela modernidade, pelo desejo de inovação, por isto, uma preocupação tão atual com a memória destas manifestações. Procura-se um fortalecimento das identidades a partir de uma consciência histórica, que ultrapasse o fenômeno das mudanças sociais e culturais que ditam uma separação entre o que somos e o que nós fomos através de um intercâmbio acelerado proveniente da globalização que tenta postular novos modelos, sucumbindo costumes, enfraquecendo tradições (BURKE, 2008). “A produção da festividade é, ainda, a composição de momentos do brincar com a experiência ritual da memória coletiva, da vivência com o passado e o presente, com a cerimônia e com as brincadeiras” (ITANI, 2003, p. 8).

No Bairro do Roger não é diferente, as festividades juninas assim como o carnaval reúnem as comunidade no processo de estruturação, desde a montagem dos pavilhões, do ensaio das quadrilhas até após a realização das festas, quando se finda o concurso de quadrilhas. O antes, o durante e o depois é acompanhado por uma coletividade que se entusiasma e vibra com a realização dos festejos.

Assim como acontece no Carnaval, em que o Alto e o Baixo Roger possuem suas Escolas de Samba distintas e rivais, acontece com as quadrilhas juninas, entretanto, desta vez, a quadrilha junina “Lageiro Seco” do Coroné Ludugero, antes chamada de “Quadrilha Junina Buraco Fundo” é criada primeiro pela comunidade do Baixo Roger no ano de 1953, pelo Senhor Graciano Ferreira, que segundo o livro organizado por Silveira (1998), foi um grande marcador de quadrilha. “Em 1962, ela foi registrada com o nome de Quadrilha Lageiro Seco do Coroné Ludugero e do Coroné Gambarra” (Silveira, 1998, p. 7). Este Segundo Coroné Gambarra, era irmão de Graciano, chamava-se Luiz Ferreira, e se constituía em “seu braço direito”, pois o ajudava a organizar a quadrilha e foi quem procedeu após a morte de Graciano no ano de 1978, por sinal, esta morte foi lastimada pelos moradores, pois o mesmo era uma figura importante para o bairro.

A quadrilha “Lageiro Seco” é uma das mais importantes da capital de João Pessoa e da Paraíba, na verdade, possui visibilidade no nordeste devido aos concursos de quadrilha regional, adquiriu reconhecimento pela sua inovação na dança, nas marcações, nas vestimentas e cenários, configurando um espetáculo junino. Em 61 anos de existência, sagrou-se campeã três vezes no concurso de quadrilha municipal, cinco vezes no estadual. Em nível regional, das 40 quadrilhas existentes em João Pessoa registradas até 2012 na Fundação Cultural de João Pessoa - FUNJOPE, a Lageiro Seco foi a única que conseguiu chegar mais perto com a classificação em terceiro lugar no ano de 2006 (PESSOA, 2012).

Do outro lado, na parte alta do bairro, existe a Quadrilha Junina Fazenda Paraíba criada em 1996, fundada por Edson Pessoa após seu rompimento com a Lageiro Seco. Ao torna-se presidente da Liga das Quadrilhas do município de João Pessoa, passou a coordenação da Fazenda Paraíba para seu irmão Luciano Pessoa, sendo duas vezes campeã municipal.

Diferente do que ocorre no Carnaval, em que a Catedráticos do Ritmo pertencente a parte alta do bairro possui mais títulos e mais visibilidade, nas festas juninas, é o contrário, a quadrilha do Baixo Roger é que tem mais destaque no bairro e na cidade. Entretanto, mesmo com as rivalidades internas, quando uma ou outra ganha um campeonato, a felicidade é uma só, o bairro se preenche de reconhecimento e orgulho.

Também tem essa divisão aqui no bairro, uma parte dos moradores gostam da Lageiro, outra da Paraíba, uma gosta da Catedráticos, outra da Império. Nos dias de concurso o bairro inteiro vai pra torcer e no resumo geral, quando um dos quatro trazem o título para o bairro, aí nessa hora todo mundo se junta, quem ganhou foi o Roger. O povo vai pra rua, saem comemorando, percorrendo as ruas do bairro, é aquela festa! (Márcio Mendes apud Pessoa, 2012, p. 81).

O desenvolvimento da festa junina começa muito antes do mês de Junho, os ensaios têm início três meses antes, há toda uma logística que vai desde a coreografia, a confecção das roupas, aos carros alegóricos (sim, as quadrilhas de hoje em dia fomentam um verdadeiro espetáculo, se aproximando do que são os carros alegóricos das escolas de samba) até a construção dos pavilhões. A comunidade envolve-se em todo o processo. Nos relatos de memória das pesquisas de Nascimento e Pessoa, eles nos revelam este envolvimento a partir da memória dos moradores:

Era interessante demais rapaz, porque era uma coisa que a comunidade fazia com gosto, se juntava homem, mulher, velho, menino e iam pegar no mangue pau para construir o pavilhão, a gente passava o dia todinho no mangue procurando os paus, aí agente trazia os mais grossos, depois fazia uma cotinha com as pessoas que participavam da quadrilha, pra comprar papel de seda e barbante pra fazer as bandeirinhas que a gente colocava com grude feito de maisena, todo mundo ajudava, até quem não dançava. Hoje a gente não vê mais isso! (Luiz Ferreira apud Pessoa, 2012, p. 72).

As mocinhas meu filho, faziam as simpatias principalmente na véspera de Santo Antônio, que é o santo casamenteiro né? Mas eu me lembro é do novenário de São João, onde toda moça que ia assistir a missa trazia do altar uma rosa que tava enfeitando o santo, aí elas faziam um pedido a ele dizendo assim: Meu senhor São João eu vou rezar uma salve rainha pro senhor me mostrar com quem eu vou me casar, aí elas colocavam a rosa debaixo do travesseiro, e diziam me amostrai um marido, aí elas sonhavam com quem iam casar, e dava “certo viu, (risos), eu fiz e acabei casando com meu finado marido. Tinha também os cumpadre e as cumadre de fogueira, a gente escolhia alguém que quisesse muito bem e dizia vou tomar minha madrinha de cumadre, aí tirava os tições cumadre, aí tirava os tições da fogueira e dizia: São João disse, São Pedro confirmou, que você fosse minha cumade que Jesus cristo mandou, aí agente pulava a fogueira e repetia isso três vezes na última a gente se abraça e comemorava, vixe! Chega eu me arrepio quando me lembro, olhe práqui (nesse momento seus olhos, enchem de lágrimas).(Dona Cota apud Pessoa, 2012, p. 72).

Tanto a fala de Sr. Kleber como a de Dona Cota são memórias imbuídas de sensações formuladas pelas experiências, dando corpo e sentindo a uma comemoração, neste caso, do São João. Pois a comemoração

Seria a necessária evocação de uma memória, que estaria ligada a fatos, a atos e a pessoas memoráveis, atos ou pessoas não só dignos de serem trazidos à lembrança, mas que deveriam ser lembrados, que não poderiam ou

não podem deixar de ser recordados. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2012, p. 11).

A recordação é um abrigo confortável ou um exílio, ou seja, ou ela alimenta a sensação saudosa do vivido com afeto, gerando emoções como a de Dona Cota, pois ao lembrarmos estamos revisitando tempos e espaços em que a relação afetiva nos afaga, tornando-se um bom lugar para estar, ou uma tortura, um retorno no tempo que não se quer mais viver, nem sentir, por isto, a recusa da memória, que força ao esquecimento.

No primeiro relato, quando Kleber descreve a participação da comunidade, ele demonstra uma das características da comemoração que é a presença do coletivo, pois ela exige a presença do outro para se realizar, “convocando a construção de uma memória coletiva, que requer o partilhamento coletivo de enunciados, imagens, concepções, fatos e personagens” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2012, p. 17).

2.3.3 A Gameleira

Ouve-se contar sobre a existência de uma Gameleira, árvore frondosa localizada no cruzamento da Rua Gama e Melo com a Dom Vital. Plantada em 1962, “pelo comerciante ali estabelecido Sizenando Paiva” (MELO, 1962 *apud* COUTINHO, 2005), tornou-se símbolo do bairro, um lugar de memória em que experiências das mais diversas foram realizadas ali, sob a sua sombra, transformando-a num ente querido que permanece até hoje na memória dos moradores.

Não se sabe ao certo do que morreu a Gameleira, suspeita-se de envenenamento, pois, para alguns, a Gameleira era um ponto de encontro para os desocupados, mas o que de fato aconteceu foi que ela caiu na madrugada do dia 14 de maio de 2000, sem machucar ninguém, nem destruir casas ou calçadas.

Nascimento (2010) também confirma o que identificamos, os moradores relembram da Gameleira como um ponto de referência, para alguns o coração do Roger. Em conversa com Sr. Duda, ele conta que a Gameleira morreu de desgosto e seu filho Zé Brito complementa: “Rapaz, essa gameleira era uma tradição tão grande aqui, era todo mundo lá na gameleira (...) Essa Gameleira não ofendeu a ninguém, caiu de noite. Teve outra coisa, a gameleira plantaram não sei quantas, mas nenhuma nasceu, não teve jeito de nascer não”.

Na foto abaixo que pertence a um antigo morador do bairro, podemos vê a Gameleira, que, por sinal, foi difícil encontrar registro da mesma.

Imagem 04 – Antigo morador perto da Gameleira



Fonte: Acervo pessoal de um ex morador, Fábio Henrique

Quando a Gameleira caiu, Sr. Duda nos conta que houve até enterro, com documento de óbito que contava toda a sua trajetória, diversas gerações passaram por lá e vivenciaram desde a venda de medicamentos, até ensaios de bandas locais. Tentamos ter contato com esse documento, mas o Sr. Duda não recorda a onde colocou.

Na pesquisa de Nascimento, ele nos mostra um texto de natureza lírica de um morador, o Sr. Claudio Romero Lira Varandas que no calor da emoção, escreve um texto relatando a representação da morte da Gameleira para ele e para o bairro.

Foi naquela madrugada fria, chuvosa do dia 14/05/2000, por incrível que pareça, o Dia das Mães, que tu não suportando mais o teu peso e idade (*provavelmente mais de um século*), resolvestes deixar órfãos teus filhos queridos [...] Sobre a sombra das tuas lindas folhas brilhantes e dos teus troncos maravilhosos, os quais já serviram de banco, costumávamos unir alguns dos nossos colegas para um excelente bate-papo, os namorados por sua vez, também lá estavam trocando suas juras de amor, e você ali, tranquila e silenciosa a nos escutar como uma verdadeira mãe [...] (2010, p. 86 grifo nosso).

Grifamos a frase: “provavelmente há mais de um século” na citação acima, porque identificamos um conflito entre o que diz a historiografia oficial, a exemplo do que escreve José Octávio de Melo ao dizer que a gameleira foi plantada em 1962 e o que existe no imaginário da comunidade, que quando ficam sabendo que a gameleira foi plantada em 1962,

ficam surpresos por acreditarem que a mesma seria centenária. Esta ideia está presente no discurso de Sr. Claudio e no de outros moradores.

Do mesmo modo, o morador Rosildo de Oliveira também escreve poesia que contempla as memórias da Gameleira, com o nome “Gamado Gameleira”, ele diz:

*Gama e Melo
Dom Vital
Gameleira
Chuva e sol
Noite e dia
Estou é gamado por ti
Em baixo homens falam
Em cima morcegos voam
Pássaros cantam dando viva ao dia
Gameleira de bobeira
Tanta história pra contar
O velho que foi novo
O novo que velho é...
Em baixo da gameleira
Reacionários e malucos
jogam fumaça pro ar
E mijam no pé.*

Além da relação afetiva com a Gameleira, o espaço também tinha uma característica de gênero, ou seja, geralmente quem frequentava eram os homens, quando perguntamos a Dona Claudete o que ela tinha para dizer sobre a Gameleira, ela prontamente diz: “A gameleira era mais para os homens, eles se reuniam ali, bebiam, ficavam mais lá, era ponto de encontro”.

A Gameleira é um típico exemplo de um lugar comum que transformou num lugar de memória, através dela os moradores estabeleceram experiências significativas para suas vidas, em que a árvore tornou-se para o bairro um símbolo, uma representação das várias vivências, hoje recuperadas através da memória, do sentimento saudoso que faz com que ela ainda exista mesmo que fisicamente não mais esteja por lá, proporcionando uma preservação espontânea, devido ao reconhecimento proveniente de uma memória coletiva.

2.3.4 O Campo do Onze.

Fundado em 1930 pelos moradores Augustinho Tomaz e Severino Lima, o Campo do “Onze”, embora ocupando espaço variado, ainda hoje existe e fica localizado no Baixo Roger. Espaço de interação dos moradores, um campo de futebol que costumeiramente sedia

campeonatos locais, peladas e eventos, como, por exemplo, a encenação da Paixão de Cristo. Dona Claudete, filha do Senhor Severino Lima o lembra com orgulho e familiaridade:

“O Campo do Onze foi o meu pai que comprou, ele era louco pelo onze... Aí depois acabou o campo, compraram o terreno, ele veio para baixo o Campo do Onze, numa rua que fica assim mais em baixo e aí construíram a cadeia no lugar em que ele era de origem” (Dona Claudete).

Primeiro nasceu o campo de futebol que ficava no terreno que hoje é a Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega, entretanto, em 1955 o mesmo passou a fazer parte de um complexo, que era o “Clube do Onze Esporte Clube Recreativo”, inclusive também passou a realizar bailes de carnaval e a ser bastante frequentado principalmente pela boemia masculina. O Campo do Onze tornou-se sede em 1958 da Agremiação Esportiva O Guarani e, até hoje, está no cotidiano dos moradores e na memória afetiva:

O campo do Onze pra mim, enquanto criança, na época pra mim foi um lugar que marcou muito que todo domingo pela manhã eu ia, eu frequentava. – E o que é que tinha lá? – Tinha jogo de futebol, tinha... Vendia dindin¹⁰, vendia coco, então eu mim interessava muito pelas guloseimas que vendia né? Pipoca... num sei o que, então meu pai ia assistir e eu não ia assistir o futebol, eu ia porque eu ia comer pipoca, era um domingo, eu ia chupar dindin, aquela coisa toda até porque era um momento de tá junto da família, meu pai e minha mãe trabalhavam o tempo todo, então meu pai era o domingo que ele tinha de juntar os filhos e levar pra algum lugar (Luciano Peixoto apud Pessoa, 2012, p. 46).

A relação das comunidades com os clubes esportivos criam laços e paixões em que bandeiras e partidos são assumidas em prol dos times locais, fortalecendo mais uma vez uma identidade que se forma através das relações construídas com o coletivo e suas práticas.

Além do Clube do Onze, existiu o Salvador Esporte Clube, que, por sinal, nasceu primeiro em 1948, criado pelo Sr. Humberto Neves. Com relação aos times de futebol, não existe apenas o Guarany, mas o Juventus, Gavião, Cruzeiro, Santa Rosa, Vasco, Flamengo, Trezinho, Veterano, Associação Futebol Clube Cruzeiro do “S”, Lusitana Esporte Clube, Granada Futebol Clube, Fluminense, Saturno, Onze da Vila, Santos, Esporte Bahia, todos eles no Bairro do Roger (SILVEIRA, 1998).

Não é só na lembrança ou pesquisa de Silveira que estes times/clubes aparecem, está na memória dos moradores, por isto, achamos importante registrar aqui.

2.3.5 A Bica – Parque Arruda Câmara.

A Bica oficialmente conhecida como Parque Zoobotânico Arruda Câmara³⁸ fundada em 1922, atualmente está sobre responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente do Município – SEMAM e é referência para moradores e não moradores, uma representação do Bairro do Roger e Tambiá, com entrada voltada para Tambiá e mais ao fundo para o Roger.

Imagem 05 – Parque Arruda Câmara mais conhecido como BICA.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2014.

Ocupa o terceiro lugar, após o lixão e o presídio a serem pontuados pelos não moradores quando aplicamos o questionário. A Bica é um lugar de memórias, pois as memórias são derivadas das diversas experiências estabelecidas num determinado tempo e espaço, assim, desde quando era lugar para banhos públicos durante o século XIX, em que as pessoas iam banha-se na fonte – que terminou se transformando em cognome do espaço, até as memórias da infância, adolescência, juventude que perpassam pelos passeios feitos com a escola nos dia da criança, os finais de semana com a família, os programas com o namorado deliciando rolete de cana até os eventos mais pontuais de pesquisa sobre fauna e flora, voltadas à educação ambiental.

Estimava-se o Tambiá, o mais salubre e aprazível bairro da Paraíba e o escolhido para os passeios domingueiros, por causa de sua fonte. É verdade que as famílias nem sempre podiam visitar a bica, como a chamavam, em

³⁸ Disponível em <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/zoobica/>> Acesso em 21 de Jun. de 2014.

virtude de acumular também a função de banheiro público, mesmo depois de sua reconstrução em 1889. Esse hábito alcançou o governo de Álvaro Machado que, remodelando a fonte, lhe deu um vigia e proibiu os banhos. (MEDEIROS, 1994, p. 26).

O nome Bica vem da presença da fonte de água potável que é fruto de uma a lenda em que

Dois apaixonados membros de tribos rivais. Aipé era filha do cacique potiguar que se apaixonou pelo guerreiro cariri Tambiá que foi aprisionado e ferido de morte teve seus ferimentos cuidados por Aipé. Com a morte dele, Aipé teria chorado cinquenta luas sobre a tumba do amado e desse pranto nasceu à fonte Tambiá.

Desta forma, a Bica é conhecida como um espaço sociocultural da cidade de João Pessoa, fundada como um parque em 1922. O nome oficial é em homenagem ao botânico brasileiro, Manuel de Arruda Câmara, sua composição natural é formada por

[...] grande biodiversidade distribuída em mais de 20 hectares, (sendo sua área original de 43 hectares). O parque hoje além de representar um ponto de lazer dos pessoenses abriga o mini-zoológico da cidade, sendo presença forte nas reminiscências dos que outrora o conheceram. (PESSOA, 2012, p. 37).

Dona Claudete relata sobre a Bica dizendo que nem sempre ela foi assim, pois era “muito fechada”. Esse caráter de ser “fechada” é que o espaço em que se encontra a Bica estaria encravado em duas áreas que eram sítios, do lado esquerdo o Sítio Paul (que, de certa forma, parte do seu espaço ainda sobrevive, onde se localiza o Centro Cultural Piollin³⁹), do lado direito a Fazenda Simão Lopes.

A impressão deixada nas entrevistas é curiosa, os moradores ressaltam a Bica quando perguntados sobre o que para eles é o Bairro do Roger, descrevem lugares e a partir deles narram experiências, todavia, quando chegam à Bica são sucintos, relatam o que por lá existe, mas por aí ficam. Diferentemente do que narra Walfredo Rodriguez à luz de suas reminiscências.

Estão remodelando a Bica. Digo remodelando, palavra em desuso, mas tudo que sei vi pela televisão. [...] Mas fiquemos na antiga Bica, no Arruda Câmara do Dr. Walfredo. Bica que foi retiro afrodisíaco das minhas carências juvenis, onde a leitura era a companhia mais excitante. (...) São leituras conservadas no tempo, vindas à luz associadas à ideia de parque, de Bica, de Arruda Câmara, essa fonte que deveria ser sagrada para a capital, não somente pela lenda que lhe dá nome [...] mas pelo refúgio histórico e

³⁹ Mais a frente trataremos sobre o Centro Cultural Piollin construído por artistas da cidade que atua a partir de oficinas, cursos, palestras para crianças e adolescentes, principalmente as que se encontra em estado de vulnerabilidade social.

obrigatório que se tornou para o povo. É a única riqueza ou luxo do povo nos seus domingos de folga. (RODRIGUES, 1997, p. 34 - 35)

Não é que as experiências deixaram de existir, elas se transformaram, mas não são tão “vivas” como as que eles contam do carnaval, do São João, das festas da padroeira. Lembram-se da Bica, citam a sua existência, mas a impressão que fica é que depois que a área passou a ser parque e foi assumido pelo governo municipal, com a cobrança de uma taxa irrisória de um real para frequentá-la, ocorreu uma (re) significação do espaço, pois o que antes era tido como um lugar natural, aberto para passeios se transformou num espaço isolado com grades e cercas.

O Parque é uma opção barata de lazer para a população de baixa renda que não tem como pagar por outros meios de diversão. O acesso ao parque é feito pelo pagamento de um real por pessoa, suas trilhas e caminhos são utilizados por muitos moradores ao se deslocarem da parte baixa do bairro para o centro ou para o alto. O seu Lago também é muito utilizado pela população do Baixo Roger para a prática da pescaria. (CAMPOS, 2008, p.102).

Experiências por lá existem, tanto é que alguns moradores do Baixo Roger recordam-se das pescarias feitas no lago que existe dentro do Parque, além dos *pic-nics* que habitualmente se presenciam por lá, mas na maioria das vezes são realizados por moradores de outros bairros, que utilizam também do cenário para contemplação e para sessões de fotografias.

2.3.6 A Pedreira.

A Região em que se encontra o Bairro Roger é rica em pedra calcária, por sinal, as construções coloniais presentes no centro, como a Igreja do Carmo, o Complexo de São Francisco e a casa em que funciona atualmente a Academia Paraibana de Letras foram feitas em pedra calcária, além de outras tantas construções presente nesta região.

Esta pedreira existe desde o início da década de 1930, tornando-se sustento para vários moradores que de lá extraíam suas rendas, mediante o trabalho em condições precárias. De lá saíram pedras e cal para a construção de muitas das casas do bairro, como relata Dona Maria das Dores Santos Lira, moradora da Comunidade do “S”, que diz: “... Meu esposo trabalhava nessa pedreira (faz sinal de indicação da direção com a cabeça)... Aí a gente fez uma casinha carregando pedra, barro pra aterrar aqui que era só água.”⁴⁰ Além das casas no

⁴⁰ Depoimento extraído do Documentário sobre a Comunidade do “S” realizado por um Francês conhecido como Murucutu e apoiado pela Casa Pequeno Davi. Disponível em: <<http://vimeo.com/43400813>>. Acesso em 31 Jul. 2014.

bairro, também foi de lá que vieram as pedras para construção da Igreja de Santa Terezinha e do Hotel Tambaú, localizado na praia de Tambaú. O Sr. Argemiro no trabalho de Victor Pessoa relata:

Na época da construção do Hotel Tambaú, era bom demais, saíram daqui mais de 3.000 caminhões, era tanto trabalho que a turma tinha que se revezar para dar conta do serviço era uma turma de dia e outra de noite (...) quanto mais à cidade crescer mais vai ter trabalho pra gente. (Argemiro citada em PESSOA, 2007).

A maneira de trabalho irregular nessa pedreira já foi capaz de causar memórias traumáticas, a exemplo da morte do pai do Sr. Argemiro, atingido após uma explosão por pedaços de rocha. Em janeiro do presente ano, a Superintendência de Administração do Meio Ambiente - SUDEMA⁴¹ suspendeu as atividades das pedreiras do Roger, alegando que elas estavam funcionando sem licença, mas os trabalhadores protestaram pela falta de trabalho e ela, segundo os moradores, foi reaberta.

Do ponto de vista positivo, alguns dos moradores do Baixo Roger relatam no documentário produzido pela Casa Pequeno Davi de autoria do fotógrafo Murucutu – falaremos mais abaixo sobre ele - que de lá conseguiam comprar o cal para caiarem suas casas com um preço mais justo do que o normal, mas o que também ficou foi a relação desconfiada e silenciosa das experiências estabelecidas por lá.

2.3.7 Lixão do Roger

O Lixão do Roger durante 45 anos foi o único depósito de lixo a céu aberto da cidade de João Pessoa instalado no ano de 1958 e desativado em 2003, administrado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) recebia mais de 700 toneladas diárias de lixo despejadas num cenário composto por uma paisagem de Mata Atlântica, Mangues e o Rio Sanhaúa. Esteve localizado no Bairro do Roger e ainda se faz presente no imaginário de quem lá transita, principalmente pela na Av. Gouveia Nóbrega sentido centro – avenida que traça os limites entre Alto e Baixo Roger – devido a visualização mais nítida de um espaço devastado e contrastante com a Mata Atlântica ao redor.

2.3.7 Lixão do Roger

O Lixão do Roger, durante 45 anos, foi o único depósito de lixo a céu aberto da cidade de João Pessoa, instalado no ano de 1958 e desativado em 2003. Administrado pela

⁴¹ Disponível em < <http://g1.globo.com/pb/paraiba/bom-dia-pb/videos/t/edicoes/v/trabalhadores-de-pedreiras-fechadas-fazem-protesto-no-bairro-do-roger/3094394/>> Acesso em 28 de Jul de 2014.

Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), recebia mais de 700 toneladas diárias de lixo despejadas num cenário composto por uma paisagem de Mata Atlântica, Mangues e o Rio Sanhaúa. Esteve localizado no Bairro do Roger e ainda se faz presente no imaginário de quem lá transita, principalmente pela Av. Gouveia Nóbrega sentido centro – avenida, que traça os limites entre Alto e Baixo Roger – devido à visualização mais nítida de um espaço devastado e contrastante com a Mata Atlântica ao redor.

Para os moradores que não sobreviviam do lixo - a exemplo dos catadores, que não aprovaram sua retirada, pois era de lá que retiravam o seu sustento - o lixão era uma ferida a céu aberto, que manchava a paisagem do bairro. Eles lutaram para a sua retirada, embora uma parte resistisse. Segundo os representantes políticos do bairro, além de uma mobilização por parte dos moradores, eles próprios tiveram participação nessa conquista, conforme relatos abaixo:

O lixão era uma ferida secular que o Roger tinha. Recordo-me de muitas passagens de pessoas que viviam, sobreviviam, nasceram, que viveram e que morreram no lixo, famílias inteiras. Eu tenho uma recordação, agora eu posso dizer, muito triste do lixão, mas se tem algo que eu pude fazer pelo Roger através do meu mandato foi ter conseguido acabar com aquele lixão. Um problema secular que atingia inúmeras famílias ali do Roger. Como eu disse, conheci famílias que nasceram, que viveram, que morreram dentro do lixo. Tenho historias interessantes que talvez se eu fosse contar aqui essa entrevista teria que durar muito mais tempo (Pedro Coutinho. ENTREVISTA, 2014)

Será que esta expressão “agora posso dizer” tem a ver com a situação atual, ou seja, do lixo não se encontrar mais ali e, desta forma, ele se sentir mais à vontade para falar da ferida? Não se sentindo responsável por isto? Ou será que o “agora posso dizer” é devido a, no presente, ser apenas uma recordação? Do mesmo modo, Tavinho Santos também relata que

Com certeza, eu tenho a satisfação de ser um dos responsáveis pela desativação do Lixão do Roger. Fui eleito em 1992, na época eu fui presidente da câmara em 1995, na gestão de Chico Franca, mas em 1996 quando Cícero Lucena foi eleito prefeito da cidade de João Pessoa, nós já vínhamos há alguns anos lutando para a desativação do Lixão do Roger, e na gestão de Cícero Lucena nós conseguimos acabar com aquela chaga social e ambiental da cidade de João Pessoa que serviu por muitos anos de tese de mestrado, de dissertações, artigos, de relatos em diversos órgãos de imprensa a nível estadual e a nível nacional, mas por uma iniciativa não só minha como vereador da cidade e representante do bairro, através de requerimento, de projetos junto a prefeitura, mas teve a sensibilidade na época do prefeito Cícero Lucena que acabou por vez o lixão e criou o aterro sanitário que fica na cidade já partindo para Recife com limites com a cidade do Conde, então isto representa muito porque além de atender a toda a questão ambiental, da política de acabar com os lixões de todo o Brasil, João Pessoa deu esse exemplo e também porque o Lixão do Roger, ele estava impregnado dentro

do Centro Histórico onde você em alguns monumentos como a Casa da Pólvora que fica na parte Alta, você olhava para o lado esquerdo e via o Estuário do Sanhauá, quando olhava para o lado direito aí via aquele Lixão e realmente deixava todos os turistas e principalmente o pessoense envergonhado de ter uma chaga social e ambiental daquela magnitude. Então, o Lixão do Roger foi muito importante não só para João Pessoa, mas especialmente para o Bairro do Roger. (Tavinho Soares. ENTREVISTA, 2014)

Durante toda a fala, estão presentes as ações efetuadas politicamente, a participação política de feitos específicos que servem para fortalecer a sua memória dentro da sociedade, afinal, são as obras que materializam a existência do político no tempo.

Podemos afirmar que o Lixão do Roger é um lugar de memórias muito mais externas ao bairro do que a ele mesmo, digo isto porque, embora o lixão estivesse situado no bairro, são poucos os moradores que tiveram experiência direta neste espaço, por isto, poucos falavam sobre ele, embora citassem a sua existência.

Fato curioso sobre o Lixão do Roger foi que no ano de 2003, a PMJP, na gestão de Cícero Lucena, através da Secretaria de Comunicação Social, a cuja frente na época estava o então secretário Carlos Cesar, com o patrocínio do Banco do Brasil, criação, edição e produção da MIX Agência de Propaganda e Publicidade e impresso na Gráfica Santa Marta, publicou no mês de agosto um livro com o título de “Lixão do Roger: o começo e o fim”. Este livro se propôs a relatar como nasceu o lixão, suas interferências negativas ao meio ambiente, através de palavras e muitas imagens que retratam a precariedade da vida dos catadores no lixo e da situação ambiental. O processo de desativação do lixão também é relatado, tanto é que no livro já constam registros das transformações que vinham ocorrendo para a implantação do referido parque ecológico.

Imagem 06 – Foto do Lixão do Roger com a presença dos catadores



Fonte: Guilherme Bergarmini⁴²

O que chama atenção nesta publicação, é o contraste entre a pobreza retratada em fotos⁴³ e o simplismo dos textos⁴⁴ que as acompanham, com a qualidade material da publicação. Nesta última é visível o esmero e requinte apresentado nas imagens tratadas e no papel kraft⁴⁵ – em gramatura variada entre 200g (capa) e 125g (miolo), além de papeis couchê fosco e vegetal. O livro é concluído com um capítulo intitulado “João Pessoa. O verde que predomina”, com fotos da orla, do centro histórico, do parque Solon de Lucena⁴⁶, da Igreja de São Francisco e do Parque Estadual de Areia Vermelha⁴⁷.

Não podemos negar que é um material bem interessante, porém não sabemos o número da tiragem da sua edição, nem a que(m) se destinou, fica bem evidente uma característica promocional da gestão municipal. Tivemos acesso a ele não em nossa pesquisa, já que não o encontramos em nenhum acervo material e/ou virtual, uma pessoa próxima a nós, sabendo que estávamos estudando o bairro, nos informou sobre um volume do mesmo que se encontrava em determinada biblioteca de uma escola pública estadual de João Pessoa.

⁴² Disponível em: <<http://guilhermebergarmini.com/lixao-do-roger/>>. Acesso em 21 Jan.2015.

⁴³ Fotos de: Gustavo Moura; Olenildo Nascimento; Cácio Murilo; João Lobo; Dirceu Tortorelo. Cabendo a José Edney Azevedo a restauração de foto aérea do Lixão.

⁴⁴ Textos de: Marcos Tavares; Juca Pontes; Maria Ferraz; Walquíria Maria; Silvana Sorrentino; Andréa Batista e Jose Valdez.

⁴⁵ Este tipo de papel é fabricado a partir de uma mistura de fibras de celulose de vários tamanhos e espessuras, provenientes de polpas de madeiras macias. É um produto nobre na papelaria já que, apesar de ter aparência próxima de papel reciclado, é considerado puro e sem contaminação, variando de uma gramatura de 80 a 200g.

⁴⁶ Esta imagem ocupa um *post* central do capítulo em quatro páginas.

⁴⁷ Detalhe para o fato de que este Parque fica situado no município de Cabedelo-PB.

2.3.8 Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega – Presídio do Roger

Construída na década de 1940, a Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega, popularmente conhecida como presídio do Roger, já teve em seu mesmo espaço uma escola, que foi transformada em cadeia e, conseqüentemente, em penitenciária.

Imagem 07 – Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega no Roger



Fonte: Folha do Sertão 2013

Embora ela seja símbolo do medo, do perigo, já que lá encontramos os excluídos da sociedade condenados a anos de reclusão devido a ações criminais, os moradores do Bairro do Roger mesmo tendo presenciado rebeliões, fugas em diversos momentos de sua existência, não se sentem inibidos com sua presença, pelo contrário, eles alegam que a penitenciária proporciona segurança ao bairro, pois o mesmo possui polícia 24 horas do dia. Ao questionarmos o Sr. Duda sobre o Bairro do Roger ser perigoso, ele nos diz: “Não, perigoso o povo diz é porque tem o presídio, mas aqui sempre foi tranquilo, esse bairro é muito tranquilo”.

Do mesmo modo nos revelam Pedro Coutinho e Tavinho Santos, pois, embora embebidos pelo caráter político de suas falas, eles também foram moradores do bairro e conhecem do povo, da sua história. Ao serem indagados sobre o presídio, eles também nos atestam aquilo que já tínhamos identificado: a sensação de segurança que o mesmo proporciona aos moradores, por isto, poucas são as mobilizações para sua desativação.

Tem o presídio, esse sim, é um problema muito sério, mas que você não vai acreditar no que eu vou lhe dizer, uma boa parte da população hoje, eles não querem que o presídio saia, por uma questão muito simples, segurança, parece uma coisa incrível isto eu estar dizendo isto, mas o presídio com a presença da polícia traz para os moradores certa segurança em relação a violência. A própria presença do presídio faz com que a população não queira sair, há um tempo nós queríamos tirar aquilo dali. Não sei se você nos seus estudos, mas onde é hoje aquele presídio era uma escola, pasmem, se transformou no presídio. É um sonho que eu tenho é de fazer com que aquele presídio se transforme numa nova Escola, mas uma parte da população não quer (Pedro Coutinho. ENTREVISTA, 2014).

Nós estamos lutando incansavelmente para a desativação do Presídio do Roger, que também é outra chaga que na década de 1950 era uma escola e se transformou num presídio, coisa que jamais poderia ter ocorrido, sempre rebeliões dentro de uma área muito adensada que é aquela zona norte da

cidade, compreendendo Mandacaru, Roger, Treze de Maio, Tambiá, Padre Zé, é uma área muito adensada que as fugas, as rebeliões deixam a população muito preocupada. Agora é uma luta que inclusive OAB, varias comissões de Direitos Humanos já pediram a extinção do Presídio do Roger. Então nós estamos trabalhando para que possamos ter em breve a desativação, e transformamos aquela grande área num Centro Cultural ou num Centro Profissionalizante para a população da cidade (...) Mas, boa tarde da população resiste, por se sentirem seguros com a presença do presídio. (Tavinho Santos. ENTREVISTA, 2014).

Recentemente, com o trabalho realizado pela Comissão da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba que colhe depoimentos de pessoas que foram torturadas, presas, mortas ou sofreram algum tipo de penalidade, censura durante a ditadura, foram entrevistados presos políticos que, durante o final da década de 60 e início da década de 70, foram reclusos da sociedade naquele presídio. A chamada para audiência pública que ocorreu em 2014 abaixo, revela os nomes de alguns deles:

Imagem 08 – Panfleto da audiência pública dos presos do Roger



COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE
GOVERNO DA PARAÍBA

Audiência Pública

Os Presos do Róger

Testemunhos

- Adauto Trigueiro
- Alberto Mágnio
- Paulo Azevedo
- Tarcísio Patrício

Dia: 29 de julho (terça-feira)
Horário: 09 hs
Local: Auditório 411 do CCHLA da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Fonte: Site Oficial da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba

Ficamos sabendo desses depoimentos durante a qualificação, no entanto, quando fomos atrás do áudio dos depoimentos, fomos informados que os mesmos só estarão disponíveis para consulta ao final do processo, pois a empresa só entregará quando houver pagamento por seu trabalho.

4. Entre outras Histórias e Memórias

Nestes tópicos anteriores, elaboramos uma reflexão apresentando alguns dos lugares que fazem parte do Bairro do Roger, tentando estabelecer um diálogo em que a relação dos moradores e dos não moradores com os espaços pudessem ser observados diante da experiência e da não experiência, em que a não experiência, a ausência de vivências e de uma relação afetiva estimulam a visão negativa sobre o bairro, alimentada ainda mais pela mídia.

O senso comum e a experiência estabelecem uma dialética que auxilia na construção da vida cotidiana, pois a imersão acaba sendo em ambos, entretanto, quando esse senso comum predomina nos discursos, ele deve ser rebatido com a experiência contida na memória, afinal, só podemos julgar algo ou alguém se o conhecemos, experimentamos, vivenciamos.

Ou seja, percebe-se que, internamente à comunidade do Alto Roger estabeleceu um senso comum com relação ao Baixo Roger, mas eles não admitem a naturalização da ideia de que o Bairro do Roger é um lugar ruim para se morar devido à sujeira, ao crime, ao perigo, -

adjetivações atribuídas por quem não tem experiências no bairro – venham a ser disseminadas, por isto são rebatidas. Para Tedesco (2004, p. 48),

A experiência permite questionar o óbvio, o comum, o acordo intersubjetivo e desenvolvido como natural e reconhecido por todos; permite resgatar a dúvida, distanciar-se do óbvio e valorizar as questões que o senso comum quer evitar; permite pensar por dentro e por fora do senso comum, dando novos significados e funções à vida cotidiana.

Ocorre que os olhares possuem direcionamentos diferentes, eles vão de acordo com aquilo que você conhece, com que se identifica ou a que pertence, ou com aquilo que você quer memorar. Tanto é que os moradores da Comunidade do “S” relatam memórias de sua comunidade sem demonstrar insatisfação, mas orgulho de ser parte integrante do lugar, da sua história, desde a construção inicial, enquanto, para quem é exógeno, para quem está “de fora e de longe”, isto causa estranhamento.

Entretanto, até que ponto esse estar de “fora e de longe” é capaz de delinear o olhar? Não seria isto um processo de conhecimento que ocasionou uma (re) significação? Ou seja, eu olho, enxergo e procuro conhecer mesmo não pertencendo ao lugar.

Foi o que ocorreu com o trabalho desenvolvido pelo fotógrafo francês Cláudio, de nome artístico “Murucutu”, quando ele se permitiu olhar a Comunidade do “S” através das expressões dos moradores, de uma paisagem revestida de Mata Atlântica, que ia além, muito além dos esgotos, das casas de taipa, da vulnerabilidade social que é inegável, mas que, por vezes, pode ser parte e não o todo de uma sociedade.

O artista não forja a realidade, mas através da sua arte, da sensibilidade que há no seu modo de olhar, ele nos direciona a enxergar o Baixo Roger de uma maneira diferente daquele que a mídia se habituou a constatar de 2003 a 2013, em que 80% das notícias contidas no *Jornal da Paraíba* são de crime, desastres, dados sobre baixa renda, reportagens sobre catadores de lixo que vivem do Bolsa Família, o que contrasta com o trabalho realizado pelo fotógrafo Murucutu.

Desperta atenção, por exemplo, uma matéria do dia 26 de dezembro de 2010⁴⁸, que traz na frase de chamada: “**Medo** de atuar em ‘**terra sem lei**’ afasta médicos, professores e **até carteiros**”. Em fonte alta e em negrito, conforme consta nas palavras aqui transcritas, a matéria elenca as comunidades (chamadas de favelas) que têm causado danos à sociedade devido à manipulação do tráfico, chegando a dizer que, na favela do S, até mesmo os policiais são impedidos de entrar. Denunciativa ou Apelativa? Ou os dois? A natureza sensacionalista,

⁴⁸Disponível em <http://acervo.jornaldaparaiba.com.br/anos/2010/12_Dezembro/26/Cidades/#/3/zoomed>. Acesso em 30 jul.2014.

impressionista, é tão enfática que as palavras que podem soar como impactantes, são grifadas, afinal, a memória se alimenta de linguagens.

Os elementos sociais e culturais à nossa volta estão imbuídos de sentidos, atribuídos pelas relações estabelecidas no decorrer da vida, tanto é que, nos depoimentos dos moradores da Comunidade do “S”, embora as dificuldades existam, há um contentamento naturalizado pelas raízes, fruto do pertencimento, de uma identidade construída pelas relações estreitas com o espaço, com as pessoas, com a História por lá estabelecida.

O documentário de nome “A História da Comunidade do ‘S’”⁴⁹, realizado pelo artista Murucutu, com o apoio da Casa Pequeno Davi⁵⁰, foi construído com base em dez depoimentos de moradores e de um membro de uma instituição religiosa, a irmã Paula Ribeiro, da ordem Franciscana, que atua na Instituição Educacional João XXIII⁵¹. Ela relata sobre sua experiência na comunidade e ratifica o discurso dos moradores de que a retirada do lixão não foi uma boa ação para eles.

“O que a retirada do lixão causou? Primeiro foi essa parte, o número de pessoas, como elas diziam, todo dia a gente tinha um trocadinho, porque tinha o lixão, e apanhava as coisas do lixo, se quisesse vender no final da tarde tinham os atravessadores e era uma situação, não eram tantas crianças, o povo, os jovens que tinham frequentavam a escola, o grupo Monsenhor João Coutinho, numa boa como se diz, iam e voltam, não tinha a avenida Airton Sena, tinha a linha do trem, mas não era tão movimentada. Não tinha água, nem luz. Juntamente com a irmã Leopoldina, eles fizeram reuniões, foram à Cagepa, foram à Saelpa, naquele tempo se chamava Saelpa, e conseguiram a água e a luz com dificuldade” (Irmã Paula Ribeiro. DEPOIMENTO presente no documentário A História da Comunidade do “S”).

“Cheguei à Comunidade do “S” em 1970, faz 42 anos, né? Quando eu cheguei à comunidade foi para me casar, me casei e fui viver essa comunidade, era mangue, essa comunidade não tinha casa, como eu também fui fazer parte dessa comunidade, a gente foi aterrar o Mangue para morar nessa comunidade. E sobrevivência, eu era separada, me separei do meu marido, e fiquei com quatro filhos, a gente trabalhava no lixão do Roger, toda comunidade, a maioria, tinha muito pouca gente que trabalhava assim de documento assinado, tinha muita pena, vergonha, mas a vergonha quando a gente tem a precisão não mexendo em nada dos outros, a gente faz de tudo para sobreviver.” (Dona Maria de Fátima da Silva Rodrigues, moradora da Comunidade do “S”. DEPOIMENTO presente no Documentário).

O que para muitos era motivo de vergonha, para outros, o Lixão do Roger era uma oportunidade, um meio de sustento da família, pois retirá-lo do seu lugar de origem, mesmo

⁴⁹ Disponível em <<http://vimeo.com/43400813>>. Acesso em 31 jul.2014.

⁵⁰ Informações retiradas do site da instituição. Disponível em:< <http://www.pequenodavi.org.br/>>. Acesso em 31 jul.2014.

⁵¹ Escola particular que realiza projetos sociais junto a comunidade do Roger. Fica localizada na Rua Professor Batista Leite, 151, Roger.

sabendo os malefícios ambientais e de saúde que ele causava, também acarretou em estranhamentos, resistências, pois ocorreu alteração no cotidiano das pessoas, em seu modo de vida. O *Jornal da Paraíba* também traz uma matéria de destaque em que se ressalta a lamentação da comunidade por conta da desativação, conforme imagem abaixo.

Imagem 09 – Reportagem sobre o fim do Lixão do Roger

JORNAL DA PARAÍBA

PARAÍBA, DOMINGO, 9 DE AGOSTO DE 2009

Cidades

Ação de vândalos coloca em risco os sítios arqueológicos da Paraíba

Página 4

CAPITAL/ Apesar de empregados, moradores das proximidades dizem que vida era bem melhor nos tempos em que eram catadores no local

Famílias lamentam o fim do Lixão do Róger

por JACQUELINE SANTOS

“Nô tinha nada pra comer hoje, não sei o que fazer. Quando existia o lixão a gente sempre tinha alguma coisa boa de comida pra comer e nunca passava fome”, diz a dona de casa Maria da Penha Franciosa, de 54 anos. Ela é uma das pessoas que mora na Comunidade do 5, em João Pessoa, próximo ao local onde funcionava o Lixão do Róger, que mesmo seis anos após ter sido desativado, ainda “sofria” inúmeras famílias no local lamentando o fim do depósito, pois o projeto de construção de um parque ecológico não teve êxito.

Hoje, Maria da Penha sobrevive de bicos em casas de família, mas garante que a vida era bem melhor nos tempos do Lixão, em especial para aqueles que ocupavam alguns barracos construídos bem ao lado, e que facilitava o acesso às montanhas de alimentos e produtos, estranhos que chegavam nos vários caminhões de lixo diariamente. A doméstica diz que é impossível pelo sustento de sete familiares que moram em sua casa, sendo quatro crianças. Quando contava com a ajuda do Programa Bolsa Família, tinha R\$ 70 para arcar com parte das despesas, como água, luz e alguns itens da conta básica. “Agora, com o benefício bloqueado, e sem o Lixão, a situação está bem difícil”, analisa.

Tudo aquilo que estavam como catadores de resíduos na área do Lixão receberam assistência na época da desativação. Otávio Soares, técnico de Operações da Autarquia Municipal Especial de Limpeza Urbana de João Pessoa (Embur), explica que foi criada uma cooperativa para abrigar os trabalhadores, os quais recebiam rendimentos mensais e partir de um salário mínimo. A Associação dos Trabalhadores de Materiais Reciclados (Astramare), como é chamada, ainda existe em nichos distribuídos em diversos bairros da capital.

Otávio Soares assegura que o acompanhamento às famílias que sobreviviam do trabalho no Lixão ainda acontece. “Foram criados os sítios de coleta seletiva para abrigá-los, mas muitos não estavam satisfeitos e decidiram voltar para a clandestini-
dade. Retinam-se, mas foram dadas condições para que eles sobrevivessem dignamente”, enfatiza.

Em 2003, foram contempladas cerca de 200 famílias que exerciam o trabalho de coleta de lixo em um grande depósito a céu aberto, convivendo com urubus, mordidas e outros animais. Os trabalhadores foram empregados nos nichos de coleta seletiva.

Uma delas é a do aposentado Antônio da Silva, que disse que com o Lixão tinha liberdade de trabalho, estabelecia o horário que considerava conveniente e ganhava acima do que ganhava hoje, trabalhando com materiais recicláveis colhidos pelas ruas de João Pessoa.

“As pessoas que foram para o Arraio (hoje não trabalham na cooperativa dentro do Arraio Sanitário Metropolitan, que funciona no Distrito Industrial de João Pessoa) ganham muito pouco e não dá para sobreviver”, querizesse Antônio, de 51 anos, enquanto carregava uma carteira cheia de materiais recicláveis, que iriam ser vendidos posteriormente. Ele recorda que, assim que o Lixão foi desativado, um galpão de reciclagem foi montado no local e os funcionários recebiam uma ajuda de custo do município.

Confirme a assessoria de comunicação da Secretaria de Desenvolvimento Social de João Pessoa (Sodes), várias atividades são desenvolvidas com o objetivo de gerar renda para a população da Comunidade do 5, no Róger, a exemplo do Centro de Referência de Cidadania (CRC), que fica no Róger, e disponibiliza cursos profissionalizantes de forma permanente. Além disso, existe no local um núcleo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Pet).

CONTINUA NA PÁGINA 3




Fonte: Acervo Online do *Jornal da Paraíba*

Outro fator que diferencia e alimenta a visão positiva do Bairro do Roger, são os espaços de resocialização através de projetos educativos, culturais, artísticos, como a Casa Pequeno Davi, que é uma instituição não governamental fundada no ano de 1985 pelos religiosos do São Vicente de Paula, e que, a princípio, servia como abrigo às crianças e adolescentes em situação de abandono, encontrados no Centro da Cidade de João Pessoa. Hoje essa instituição da sociedade civil, sem fins lucrativos, desenvolve trabalhos de (re) socialização com a comunidade do Baixo Roger, promovendo oficinas, cursos, palestras, atividades lúdicas, desenvolvidas com crianças e adolescentes em vulnerabilidade social. Esta instituição tem feito trabalhos que dão visibilidade ao Bairro do Roger, a exemplo do que foi desenvolvido com o artista Murucutu, tornando-se para os moradores um espaço de apoio e convivência social, podendo ser considerado um lugar de memórias constituído de recordações que dão forma à afetividade construída pelo lugar a partir das experiências por lá estabelecidas.

Também no Baixo Roger, localizado no antigo Sítio Paul, encontramos o Centro Cultural Piollin, antes chamado de Escola Piollin, existente há 35 anos, desde 1977, quando foi oficialmente fundada por Everaldo Pontes e Luiz Carlos Vasconcelos. Quando se instalou,

primeiramente na área do Convento de Santo Antônio, lugar que estava arrendado para o funcionamento da Escola Estadual Roger, posteriormente abandonado, deixando o lugar desocupado, foi motivo de intimações a Luiz Carlos por parte de denúncias da Arquidiocese, devido à irregularidade da invasão.

Primeiramente a Escola Piollin funcionou ao lado do Convento São Francisco, no Centro da cidade de João Pessoa, bairro vizinho ao Roger – local de sua segunda sede desde 1981, época de contrato de Comodato realizado com o Estado da Paraíba. Ainda assim, seja na primeira ou na segunda sede, a Escola sempre atendeu majoritariamente o público dos bairros circunvizinhos – Roger, Centro e Tambiá. (TEIXEIRA, 2012, p. 68).

Neste espaço, são desenvolvidas atividades no campo da arte e da cultura a partir de oficinas de teatro, circo, dança e outros. Também possui natureza não governamental, sem fins lucrativos,

Sua missão é estimular o potencial expressivo e comunicação de crianças, adolescentes e jovens prioritariamente de setores populares, visando seu desenvolvimento pessoal e sua integração social por meio da educação e de atividades artístico-culturais. O Centro Cultural também atua nas áreas de produção e difusão cultural, através do intercâmbio entre grupos artísticos da cidade e de outras regiões do país, nas áreas do estudo e da criação das artes cênicas, além da cessão de espaços físicos para as diversas atividades desses núcleos⁵².

Com relação às ações sociais, segundo Teixeira (2012, p. 23), “o Centro Cultural Piollin disponibiliza 80 vagas à comunidade, e destas, 80% são destinadas ao Bairro do Roger – onde o centro está inserido - e 20% à grande João Pessoa”. Mas, vale salientar, aparentemente, quando o Centro desenvolve atividades como o Baile do Cafuçú, que acontece todos os anos nas prévias carnavalescas e nos últimos anos tem sido realizado em seu espaço, não são os moradores da área central, principalmente do Roger, o seu maior público.

Tanto a Casa Pequeno Davi como o Centro Cultural Piollin são agentes de divulgação cultural contribuindo, inclusive, para um desenvolvimento social através da educação, cultura e arte, que são três dos elementos que tem papel no processo de (re) inserção dos indivíduos na sociedade, atuando no resgate da autoestima através de uma ocupação laboral ou de lazer. Ou seja, arte, cultura e educação são

aqueles direitos fundamentais, a partir da premissa óbvia do direito à vida, que decorrem do reconhecimento da dignidade de todo ser humano, sem qualquer distinção, e que hoje, fazem parte da consciência moral e política da humanidade. (SOARES, 2004, p.43).

⁵² Disponível em: <<http://www.piollin.org.br/>>. Acesso em 31 jul.2014.

As ações do Centro Cultural Piollin, tanto quanto as desenvolvidas pela Casa Pequeno David, também estão atuando na construção de um processo de (re) significação do bairro através de projetos voltados para a inclusão social, revigorando indivíduos e despertando neles, a partir da educação, da arte, da cultura uma nova perspectiva de vida e repassando para a sociedade que o que, aparentemente, parece estar perdido, é, na verdade, a maneira que escolhemos direcionar o olhar para o outro e para o espaço aonde ele habita.

Durante esse capítulo, ao nos propormos a apresentar o que a mídia retrata sobre o Bairro do Roger, confrontando com a visão do não morador e do morador ou ex-morador do Bairro do Roger, não buscamos apenas desconstruir a visão negativa instalada de fora para dentro e de dentro para fora, formuladas muitas vezes por quem apenas vê - no sentido de passar a vista superficialmente - mas não enxerga, pois só conseguimos enxergar algo quando temos interesse em conhecê-lo, mas contribuir com a História do Bairro do Roger através da confluência de memórias que, quando não se complementam, ajudam a esclarecer o que parecia ser escuro para uma consciência histórica.

No próximo e último capítulo, nos atentamos para o Ensino da História Local nas três escolas públicas existentes no Bairro do Roger. Ouvimos os professores de história das três escolas da rede municipal e um da estadual, ou seja, refletimos e problematizamos: até que ponto estes professores conhecem sobre a história do bairro em que eles atuam? Como eles colocam isto na prática? A História Local é inexistente nas aulas de história? As experiências cotidianas dos alunos são levadas em conta? Será que eles possuem ou têm conhecimento de algum material que trate sobre o Bairro do Roger?

Para subsidiar nossa discussão, realizamos uma consulta à legislação posta a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96, aos Parâmetros Curriculares Nacionais e às Diretrizes Nacionais da Educação no Brasil, pois o Ensino de História Local é possível e até regulamentado, então, como fazer em casos de conhecer o que já existe e, ao mesmo tempo, protagonizar novos conhecimentos sobre História Local.

CAPÍTULO III

Memórias do Bairro do Roger e sua interface com o Ensino de História.

Alguns questionamentos podem vir à tona quanto à escolha de se trabalhar com o Ensino de História só agora, no último capítulo, que não tem menor ou maior importância que os outros. Eles, os três capítulos, são parte de um todo e estão ancorados não apenas numa construção teórica e metodológica que delimita um trabalho científico, mas numa função social que busca contribuir, retornar com reflexões acerca da História Local e do Ensino de História à sociedade acadêmica, discentes, docentes, mas, principalmente, estabelecer caminhos que permitam que o professor da Educação Básica também possa ter acesso ao que foi produzido. Nossa intenção, durante todo esse percurso, foi construir um trabalho em que a linguagem utilizada pudesse ser compreendida não apenas por nossos pares, mas por todos aqueles que tivessem interesse em acessá-lo.

Poderíamos justificar que a escolha pelo Ensino de História vai ao encontro da Linha de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História da UFPB do qual fazemos parte, talvez, isto, por si só, bastaria, afinal, temos que cumprir com coesão aquilo que nos propomos ao submeter o projeto de dissertação. Todavia, nossas inquietações também são fruto da resistência, por parte de muitos historiadores, em adotar o Ensino de História como objeto de pesquisa, como elemento de reflexão nas disciplinas conteudísticas dos cursos de Licenciatura em História, que relegam as discussões sobre ensino às disciplinas de Educação.

Peço licença para voltar à primeira pessoa do singular e afirmar que lembro minimamente de ter observado, durante a graduação, preocupação dos professores do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba sobre o Ensino de História, uma preocupação que estivesse voltada para a apropriação do conhecimento do saber histórico produzido pela historiografia, pela ciência histórica, que diz respeito a parte teórica de uma licenciatura para o saber histórico escolar, ou seja, de como o aluno da graduação, futuro professor, possa fazer a mediação didática do saber acadêmico para o saber escolar, ou de que maneira o que se estudava a partir da historiografia acadêmica estava sendo construído no material didático?

Estas reflexões são maneiras de fazer o aluno graduando refletir sobre a sua futura prática, afinal, a natureza de um curso de licenciatura não é formar profissionais para lecionarem a disciplina História na Educação Básica? Então, por que não remetê-la à prática?

Em entrevista à *Revista História Viva*⁵³, a professora e pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Ana Maria Monteiro, nos fala sobre a importância dessa formação voltada para o Ensino de História e diz:

Para entrar em sala de aula, não basta conhecer história. É indispensável que o profissional tenha a dimensão do Ensino de História. Isso faz toda a diferença. Ele precisa ser capaz de reelaborar o conhecimento historiográfico. Dentro da sala de aula, cabe ao professor fazer a mediação didática, que é um processo complexo. O docente deve ter a capacidade de articular seu conhecimento com analogias que facilitem a compreensão do aluno.

Na academia, como já mencionamos, a preocupação sempre esteve centrada numa aprendizagem voltada para a apreensão teórica – que não negamos ser imprescindível – replicando modelos tradicionais que há muito se questiona. Pela própria disposição da matriz curricular do curso de Licenciatura Plena em História da UFPB, as disciplinas de educação são as últimas a serem cursadas e, para muitos, cabem a ela esse debate sobre ensino.

E o que isto acarreta? Numa insegurança por parte dos alunos que escolhem um curso de licenciatura, mas não são preparados para a sala de aula. É claro que existem outros fatores que também influenciam nesse despreparo, a exemplo da falta de identidade com a sala de aula, mas sabemos que a responsabilidade dessa reflexão é híbrida, pertence tanto às disciplinas da História em si como às de Educação. É função dos professores de História ultrapassarem as barreiras teóricas e confluírem com a prática, pois, antes de tudo, eles estão formando professores que precisam estabelecer esse diálogo do conhecimento acadêmico com o saber escolar, afinal, esta é uma relação indissociável.

O Ensino de História é o início de todo esse processo de construção do conhecimento. Não devemos fortalecer a História apenas enquanto ciência a partir das nossas produções acadêmicas, mas também como área de ensino, contribuindo para o seu desenvolvimento enquanto disciplina escolar.

É parte da nossa função social refleti-la e conduzi-la à prática, caso contrário, este trabalho será apenas um amontoado de páginas que serve como passagem para o abismo entre uma capa dura e outra, pois, como nos coloca Durval Muniz de Albuquerque Junior (2012, p. 28) “a história passa a ter a atribuição de formar, hegelianamente, consciências, de desalienar, de permitir que os sujeitos históricos adquiram a consciência de que forças inconscientes movem a ordem social e suas próprias ações”.

⁵³ Disponível em <

http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/papa_onde_vai_o_ensino_de_historia.html.> Acesso em 24 de Set de 2014.

3.1 – História Local em sala de aula: teoria, legislação e prática?

Com as mudanças proporcionadas pela Nova História, proveniente desde as discussões da terceira geração dos *Annales*, a História, não apenas como área de conhecimento, mas como disciplina, sofreu influências das novas abordagens, a ampliação das fontes, dos sujeitos, dos objetos que tomaram o lugar das narrativas heroicas, dos grandes feitos, que tornavam o Ensino de História distante e incompreensível, enfadonho, ausente de uma realidade que pudesse servir como alicerce para a apreensão de uma consciência histórica (CERRI, 2011; RÜSEN, 2007), capaz de aproximar o aluno e levá-lo a visualizar-se como sujeito da história de sua cidade, do seu bairro, do seu país, enfim, do mundo.

O livro, enquanto instrumento didático, regia (e rege) uma aula que se prende aos aportes eurocêntricos, a fim de consolidar um nacionalismo feito pelos ícones escolhidos e consagrados pela elite brasileira, pelo Estado, pela história universal, metódica, cronológica e linear, que visa à construção de uma identidade nacional criada e não construída pela relação do indivíduo com o lugar, com sua memória, com a história vivenciada e experimentada dentro de um cotidiano, repassada de geração a geração.

Não podemos afirmar que toda esta prática tenha sido substituída por uma nova, pois sabemos que ainda existem professores de história resistentes ao perfil, entretanto, isto ocorre porque na academia também há uma forma conteudística e técnica de ensino, que exige muito, mas não orienta o aluno de como trabalhar com essa perspectiva próxima, da história do cotidiano. Claro que não são todos, há educadores preocupados em formar um novo perfil de professor de História que desperte em seus alunos uma lógica histórica, a capacidade de refletir enquanto sujeitos históricos e que tratem sobre uma História Local de cidades, de bairros, das comunidades que lhe são partes, a fim de que eles possam se ver dentro da História como partícipes de um processo que é construído de maneira não hermética, desfazendo aos poucos a ideia de uma disciplina decorativa, de datas comemorativas e personagens ilustres. Afinal,

(...) aprender História é aprender sobre nós mesmos. É aprender sobre a diversidade das experiências humanas através dos tempos e nos diferentes lugares. É aprender que o homem é conjunto de suas práticas como sujeito, protagonista, e ao mesmo tempo sujeito à sua circunstância no fazer da cultura. (MONTEIRO, 2005, p. 448).

É nesta perspectiva que, segundo Nadai (2012, p.35), devemos encarar o nosso ofício como um desafio, capaz de “encontrar e esclarecer a ação e a contribuição do conjunto de agentes sociais presentes na história e não somente dos privilegiados tradicionalmente”, pois é

seguindo os passos de uma história próxima que, desde o início do século XX, tornam-se cada vez mais expansiva as abordagens, fontes e metodologias, que podemos e que devemos proporcionar o contato com uma história longe de um perfil factualista e cada vez mais próxima de uma abordagem da *história problema*, que seja analisada de baixo para cima e não só de cima para baixo.

História, memória e ensino, entrecruzamentos possíveis na superação de uma narrativa pomposa, em que os grandes ícones são monumentos emblemáticos e não devem jamais ser esquecidos, condicionando o conhecimento histórico a um campo minado, sendo vigiado, controlado por um interesse nada subliminar, exposto por uma práxis que dita o que deve ser lembrado ou não.

Estrutura compartimentada independente do conhecimento do aprendiz, desprezo pela vida diária e conhecimento do educando. Tais características levam a quatro princípios básicos: ensino altamente literário, individualista, abstrato e descontextualizado. (GERMINARI; HORN, 2006, p. 18).

Esta estrutura compartimentada é fruto de uma História perseguida e encravada numa cultura de perfil factualista que tem sido enfrentada por uma proposta de ensino que, a partir da década de 1990, foi e vem sendo revisitada e resignificada, que, mesmo a passos miúdos, tem transformado as diretrizes, os currículos e as práticas em sala de aula, embora ainda encontremos, de uma ponta a outra, ou seja, entre a teoria e a prática, um significativo receio entre as permanências e rupturas que podem questionar o que está posto, especialmente nos espaços de ensino e de aprendizagem escolar.

Sem amarras e cada vez mais expansiva no campo das mais diversas expressões, as pesquisas em Ensino de História têm defendido espaços de atuação muito mais significativos que se debruçam numa aproximação como cidadão comum, o seu conhecimento prévio, trabalhando perspectivas que contribuam com a construção do indivíduo enquanto sujeito histórico e não apenas como objeto.

Para que esta mudança acontecesse, foi preciso, de acordo com Germinari e Horn (2006, p. 18), que o currículo voltado para o Ensino de História pudesse ser organizado de maneira que o contexto social fosse visto, “dando ênfase à tradição e à apresentação oral, à concretude, às atividades grupais e à contextualização”.

Enxergando dessa maneira, a compreensão de que o que está sendo aplicado, passa de um conteúdo a ser decorado para um entendimento mais “palpável”, em que a ligação entre o ensinado e aprendido em sala de aula e o vivido permite estabelecer um elo mais firme entre

o ensino e a aprendizagem, além de contar na sua contribuição para o fortalecimento das identidades locais.

Mas, até chegar às tais transformações as quais prescreve a legislação, o Ensino de História passou e passa permanentemente por momentos de turbulências ideológicas, principalmente no período da Ditadura Militar. Os profissionais da área de História, através da Associação Nacional de Professores Universitários de História – ANPUH, realizaram lutas constantes que buscavam e buscam a quebra das amarras sistemáticas que moldavam e amordaçavam o Ensino de História frente aos interesses do Estado.

A História, juntamente com a Geografia, passou a fazer parte de um único volume de livro didático que agregava os chamados Estudos Sociais para os alunos do Ensino Fundamental. Aliás, devemos mesmo retificar o verbo utilizado, pois, no tempo presente, esta situação ainda continua, afinal, recentemente, no ano de 2013, a rede pública estadual de ensino de São Paulo fez alterações no currículo escolar dos três primeiros anos do Ensino Fundamental em que foram retiradas as disciplinas de História, Geografia e Ciências, o que nos leva mais uma vez a refletir sobre o espírito excludente que se forma em torno da disciplina História, mais uma vez relegada a planos terceiros. Vale lembrar que, nos 2º, 3º e 4º anos do Ensino Fundamental, a abordagem para o Ensino de História preceitua fortes elementos da História Local.

Outro fator que tem tornado a História Local fora do foco no Ensino de História, é a desconsideração da mesma no recente processo seletivo de acesso ao Ensino Superior através do ENEM. No decorrer do capítulo, estabeleceremos melhor a discussão.

Destarte, mesmo diante da vulnerabilidade à qual estamos expostos devido a tantas alterações que, sistematicamente, são feitas na legislação e nas prescrições no sistema de ensino brasileiro, a História enquanto disciplina conseguiu galgar novas formas de se apresentar, que estabeleceram uma quebra dos ideais positivistas. Consequentemente, na primeira metade da década de 1990, as amarras imperiosas do governo são repensadas e a disciplina História torna-se mais “flexível” às diversidades regionais, possibilitando desconstruir um caráter eurocêntrico predominante na elaboração das suas propostas curriculares existentes e nos materiais didáticos de perfil homogêneo.

As mudanças operadas no Ensino de História nas últimas décadas do século XX ocorreram articuladas às transformações sociais, políticas e educacionais de uma forma mais ampla, bem como àquelas ocorridas no interior dos espaços acadêmicos, escolas e na indústria cultural [...] discutir o Ensino de História, hoje, é pensar os processos formativos que se desenvolvem nos diversos espaços, é pensar fontes e formas de educar cidadãos, numa

sociedade complexa marcada por diferenças e desigualdades. (FONSECA, 2008, p. 15)

Estas transformações as quais se refere Fonseca (2008), estão direcionadas para o campo do coletivo, em que comunidades específicas pertencentes a uma parte da sociedade esquecida, marginalizada no esteio histórico das metanarrativas, tornaram-se demandas visualizadas, a exemplo da sociedade escravista, das comunidades de quilombolas, dos negros, da classe trabalhadora que operava numa perspectiva de oprimidos e excluídos, das questões de gênero que possibilitaram ampliar os horizontes do conteúdo a ser ministrado em sua sala de aula, despertando uma consciência histórica que, por muito tempo, tinha sido desconsiderada pelos poderes públicos, detentores do que deveria ou não ser transmitido, afinal, a História é uma disciplina vigiada.

A partir da década de 1990, com a reforma na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n°9394/96, foram ampliadas as prospecções de conteúdos, principalmente no que diz respeito às particularidades regionais, que foram incluídas e adaptadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais e, por conseguinte, nos currículos de cada região. Pelo menos é isto que a legislação instrui – para não dizer impõe – diante das especificidades locais, pois, desta maneira, pretende-se atender demandas antes excluídas frente a uma história de cunho nacional, que reunia tudo em volta dos acontecimentos do sudeste de extrema devoção.

A chamada História geral do Brasil, onde emerge os grandes feitos dos grandes homens, não dava lugar e voz ao homem comum que no seu espaço de vivência local (bairro, comunidade, município, estado, região) produz história, a partir de experiências de vida cotidianas. (FERNANDES, 1995, p.46).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação têm sofrido modificações que acabaram ampliando o campo do ensino através de um caráter plural, que começa a preencher as lacunas deixadas durante longos anos na sua gênese, principalmente no que diz respeito ao Ensino de História. Todavia, se analisarmos a LDB com um olhar mais cuidadoso, perceberemos que, muito antes dela acrescentar aos seus artigos a necessidade de uma formação específica das regiões brasileiras, que tratamos aqui como História Local, a mesma já trazia no seu Art. 2º a concepção de Educação com a finalidade “de pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Quando pensamos hoje nesse exercício de cidadania, adentramos na questão das identidades sociais, que começa a ser explorada a partir de uma cultura próxima, em comum, do cotidiano, das particularidades locais, das experiências, pois entendemos que essa cidadania só consegue se desenvolver plenamente se existir um reconhecimento do indivíduo

enquanto sujeito do lugar que ele habita, a que ele pertence, pois “é impossível construir cidadania sem as noções de historicidade, de construção do saber sobre o vivido e sobre o tempo que só o conhecimento histórico pode dar.” (FERREIRA; FRANCO, 2013, p. 130).

O exercício dos nossos deveres e direitos só são válidos quando há consciência do papel que representamos para o lugar de que fazemos parte, e isto só é possível quando ocorre a dialética local, em que o professor ensina e aprende com a comunidade escolar, com os relatos de experiência dos seus alunos, atentando-se para o diálogo interdisciplinar, em que a história não seja isolada, mas esteja em constante fluxo com as outras disciplinas.

Essa relação que enxergamos do exercício de uma cidadania efetiva com a contribuição do Ensino de História, na construção de sua concepção, nem sempre foi assim, na verdade, ainda nem é, pois é necessário quebrar a ideia de cidadania existente na Constituição Federal de 1988, em que “cidadania é a qualidade de vida do cidadão que adquire os direitos civis, políticos, sociais e conhecedores dos seus deveres”, uma visão limitada e estagnada incapaz de relacionar-se culturalmente, historicamente, com a identidade do povo e, no qual a LDB sustenta-se.

De acordo com Fernandes (1995, p. 47), o Ensino de História Local contribui na formação das identidades e da cidadania por permitir atingir algumas metas que partem do concreto para o abstrato, melhor dizendo, do conhecido para o desconhecido, do próximo para o distante, pois, segundo ele:

- O município é o lócus de formação da cidadania do aluno, que, partindo de suas experiências nesse espaço, conseguirá se enxergar como sujeito da História do seu lugar, como agente de memória, possibilitando uma melhor compreensão do espaço em que ele vive;
- Quando o aluno tem contato com as estruturas e os aparelhos de poder do seu município/estado, ele passa a ter uma formação que o prepara para ser inserido na sociedade e no mercado de trabalho, levando-o a refletir sobre seu papel, sobre o papel do Estado;
- Trabalhar com o local também possibilita que o patrimônio, os lugares de memória, sejam visualizados como fonte de pesquisa, levando-os, inclusive, a perceber a importância destes elementos, a sua cultura, a sua história, conscientizando-os da necessidade de preservação.

Tanto é que, no Art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases, encontramos no inciso III algo que ratifica a necessidade desse ensino, pois essa “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e

divulgar a cultura, o pensamento e a arte” é característica do Ensino de História Local que se propõe a estreitar o foco de sua abordagem a partir de um recorte geográfico e estudar essas particularidades que, por muito tempo, foram barradas por uma cultura elitista, vendendo a história à diversidade brasileira.

A preocupação com essa diversidade local passa a existir até mesmo no calendário escolar, conforme consta no inciso II do Art. 23 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, pois as estações do ano não acontecem de maneira uniforme no país e, para algumas localidades, é necessário que as atividades escolares sejam adaptadas as condições climáticas locais, como ocorre em alguns momentos do ano em Brasília⁵⁴, em que a baixa umidade e seus malefícios respiratórios chegam a suspender às aulas. Do mesmo modo no Nordeste, com o período de seca ou de plantio, que muda a rotina do morador do sertão, alterando tanto suas jornadas de trabalho como de estudo.

Desta forma, só é possível entender as múltiplas diferenças regionais a partir do estudo do *local* e, através desse conhecimento, ter consciência das peculiaridades e suas devidas adaptações que vão desde as questões climáticas, econômicas até o número de vagas e disposições de recursos. Sendo assim, como uniformizar essas diferenças? Por isto, é necessário que não apenas o governo tenha tal conhecimento, mas a população como um todo.

Este conhecimento vem sendo proposto pela LDB juntamente com a base de conteúdos comuns em que, segundo o Art. 26, é “complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”.

Ao tratar sobre o Ensino Fundamental, no Art. 32 a LDB propõe nos itens II e IV as seguintes diretrizes:

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Uma das formas de se trabalhar com tais diretrizes, é através da História Local, pois, como nos coloca Silveira (sd, p. 5).

⁵⁴ Esta situação pode ser constatada em algumas das informações repassadas por jornais, conforme endereços abaixo.

Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,df-incendio-em-mata-suspende-aulas-e-faz-aeroporto-operar-por-instrumentos,770386>>. Acesso em 18 de Out. 2014

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/9/15/cotidiano/20.html>>. Acesso em 18 Out. 2014.

Ao ser alterada a vida, está se alterando a historicidade, a temporalidade em que as pessoas vivem. As suas formas de sobrevivência, os seus modos de agir, os seus valores morais, as suas maneiras de ler e interpretar o mundo de um tempo que escoia. Da perspectiva da História Local, podemos pensar várias possibilidades de leitura/interpretação.

A percepção das transformações espaço-tempo de um dado local é entendido aqui como o bairro pode e deve ser trabalhado por uma perspectiva de História Local situada, em que a experiência vivida seja levada em conta, construindo uma consciência cidadã que impede que o exercício da cidadania seja ditado, tolhido pelos interesses do Estado, pois há um sentimento de pertencimento, uma identidade fortalecida pelo reconhecimento do seu papel na sociedade. E o que vem na contramão destas perspectivas “de perto e de dentro”, causando resistências e estranhamentos.

A LDB, se não expressa diretamente essa necessidade de inserção do estudo das particularidades locais, deixa nas suas entrelinhas estes espaços que nos permitem interpretar e complementar essa importância de se focar na contribuição da História Local para o fortalecimento das práticas sociais, econômicas, políticas, culturais que são elementos que dão forma à identidade, que, quando reconhecida, promove e estimula a lógica histórica através de um exercício dos direitos e deveres, nas escolhas sociais mais conscientes, pois é papel do Ensino de História contribuir na formação cidadã dos indivíduos (CATELLI, 2009, p. 16).

Paralelo a isto, subsidiados pela LDB, os Parâmetros de Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Fundamental, com publicação em 1997, inicialmente formulado em séries e ciclos, sofre alterações pela Lei 11.274 de 2006, que amplia o Ensino Fundamental em mais um ano (num total de 9 anos), deixando a nomenclatura seriada para trás, ou seja, o que antes era série, agora designa-se de anos. A antiga alfabetização passou a ser o primeiro ano do Ensino Fundamental, dividindo o antigo primeiro ciclo em Fundamental I, que vai do 1º ao 5º ano, e o Fundamental II, do 6º ao 9º ano.

A formulação destes Parâmetros é fruto da conferência que ocorreu na Tailândia no ano de 1990 com tema “Educação para Todos”, em que reformas curriculares começaram a ser colocadas em prática em diversos países, e o Brasil foi um deles que, em 1995, começou a reelaborar uma proposta mais flexível. (CERRI, 2007)

Estes parâmetros, como o próprio nome diz, servem de base para a construção dos currículos escolares, o que não significa dizer que isto seja um amarra em que não se possa extrapolar suas barreiras. A escola, assim como os professores, devem usar da criatividade, da realidade local, e adaptá-los, pois, segundo Fonseca (2007, p. 51), “o currículo vivido revela não apenas aceitação, mas resistências, tensões configuradas no cotidiano da sala de aula da

escola”. Não se tem como criar um modelo de currículo estanque, sem se basear nas dificuldades do dia a dia, nas condições específicas do cotidiano escolar, por isto, a vivência, a reflexão com base nas necessidades, é que configura os currículos, sendo os parâmetros uma maneira de nortear, orientar, encurtar caminhos.

O currículo é uma práxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças e dos jovens, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas. É uma prática, expressão, da função socializadora e cultural que determinada instituição tem, que reagrupa em tomo dele uma série de subsistemas ou práticas diversas, entre as quais se encontra a prática pedagógica desenvolvida em instituições escolares que comumente chamamos ensino. É uma prática que se expressa em comportamentos práticos diversos. O currículo, como projeto baseado num plano construído e ordenado, relaciona a conexão entre determinados princípios e uma realização dos mesmos, algo que se há de comprovar e que nessa expressão prática concretiza seu valor na prática qual se estabelece um diálogo, por assim dizer, entre agentes sociais, elementos técnicos, alunos que reagem frente a ele, professores que o modelam, etc. (SACRISTÁN, 2000, p. 15-16)

Com esta reflexão de Sacristán (2000), que pontua elementos relevantes para a construção de um currículo participativo, mais democrático e vinculado à realidade do público escolar, percebemos a necessidade de uma revisão para a base do currículo da educação brasileira, pois a publicação mais recente é a dos Parâmetros Nacionais do Ensino Médio de 2000 e as Orientações de 2004/2006, enquanto os do Ensino Fundamental ainda é da década de 1990.

No primeiro volume dos Parâmetros Curriculares Nacionais, encontramos as disciplinas de História e Geografia juntas, configuradas por uma perspectiva cognitiva piagetiana, em que, nos primeiros anos escolares, no chamado Ensino Fundamental - anos iniciais - a História começa a ser lecionada a partir do ensino da História Local, avançando nos 4º e 5º anos para uma perspectiva de comparação entre as micro e macroabordagens, em que o cenário nacional começa a ser contemplado. Como isto funciona?

Os Parâmetros propõem que, nas antigas 1º e 2º series, hoje, 2º e 3º anos, seja trabalhado, tão somente a História Local, partindo do cotidiano dos alunos, de suas vivências familiares, comunitários em que eles reside para somente, nos dois últimos anos do Ensino Fundamental, se estabelecer relações com as outras esferas locais, ou seja, com os cenários municipal e estadual, a fim de, partindo da concepção de poder social, de tempo e de espaço em que eles estão habituados a observar no seu dia a dia, possam melhor compreender as abordagens de maior escala através da identificação de diferenças e semelhanças, das transformações e continuidades. Pois, segundo Tedesco (2004),

Numa sociedade e época como a atual, de inovações contínuas e de mudanças nas práticas cotidianas, o sentido de continuidade, elemento importante da manutenção do fluxo de estabilidade em elementos identitários, não pode simplesmente repetir processos espontâneos e automáticos dos modelos e significados tradicionais.

Entretanto, questionamos: isolar inicialmente o Ensino de História Local a essa circunscrição (comunidade) também não seria uma forma de estar se exercendo uma perspectiva localista? Vejamos o que diz na íntegra a proposta dos Parâmetros para os anos iniciais:

O ensino e a aprendizagem da História estão voltados, inicialmente, para atividades em que os alunos possam compreender as semelhanças e as diferenças, as permanências e as transformações no modo de vida social, cultural e econômico de sua localidade, no presente e no passado, mediante a leitura de diferentes obras humanas. (BRASIL, 1997, p. 39).

Para Silveira, essa concepção localista trata de um ensino “centrado nas fronteiras da localidade, sem apreender as suas relações externas com outras localidades”. Entendemos que essa perspectiva inicial de se partir da História Local nos primeiros anos compreende uma adaptação cognitiva, pois partir das experiências, do próximo, das relações mais afetivas contribui para a formação inicial de uma noção daquilo que será abordado *a posteriori*, ou seja, “possibilita um diálogo com o pretérito de forma processual em uma ampliação gradativa das noções de tempo e espaço” (FORTUNA; SIMON, 2012, p. 32). Todavia, atualmente, essa percepção pedagógica é questionada, pois um exemplo é a facilidade que a *internet* provocou ao eliminar distâncias, aproximando espaços e territórios, o longe e o perto, o próximo e o distante.

O problema que enxergamos, não é a configuração desta abordagem ser ou não localista nos primeiros anos, embora ela possa tornar-se, caso o professor não esteja atento a sua maneira de ensinar, pois sabemos que há uma influência cognitiva, em que os níveis de aprendizagem por faixa etária devem ser levados em consideração. Mas, o que nos preocupa, é a ausência desse trabalho que parte da perspectiva de um ensino a partir das experiências cotidianas, de uma percepção sensível que desperte a identidade local nos anos seguintes da Educação Básica, pois o que se deduz é que o Ensino da História Local só é cumprida na primeira fase do Ensino Fundamental devido à exigência do conteúdo.

O conhecimento prévio, a realidade local, passa muito mais tempo isolada do que observada, relacionada com lógicas sociais, culturais, políticas, econômicas de perto, o que acaba por dificultar a aprendizagem e criar resistências nos alunos que visualizam na História uma disciplina de decorar fatos e datas para uma boa nota na prova, e isto precisa ser revisto.

Tanto é que, nos Parâmetros Curriculares Nacionais de História para o Ensino Fundamental series finais (6º ao 9º ano), não se observa essa ênfase à História Local, todavia, quando os Parâmetros Curriculares propõem no 6º e 7 anos o Ensino da História do Brasil, da América, é possível relacioná-los à História Local como forma de situar o aluno a partir de processos comparativos de análise, levando-o a enxergar a narrativa de maneira próxima e não distante da realidade que ele vive, como se ele fosse um mero espectador de uma realidade que não cabe no seu cotidiano, mas apenas nos livros de História, pois o Ensino de História Local vislumbra situar o indivíduo num tempo e espaço para que ele se reconheça a partir de uma operação mental que é a consciência histórica (CERRI, 2011; RÜSEN, 2007), levando-o a se encontrar dentro do coletivo.

O trabalho com eixos temáticos também é uma novidade, por sinal, uma novidade que, inicialmente, não foi bem explicitada, nem construída junto com os docentes que sabem da realidade da sala de aula e que precisam ser ouvidos nestes processos, já que eles são os principais agentes de disseminação, promoção e manutenção destes parâmetros. E no que consiste este trabalho por eixos temáticos?

O ensino temático, ao contrário do “programático”, parte de uma problematização da realidade social e histórica a ser estudada, tendo como referência o aluno real, em sua vivência concreta. Ao estabelecerem os temas, a priori, e ao “sugerirem” os conteúdos, com profusão de detalhes, os PCN projetam um aluno ideal, em sua vivência virtual. O estudante brasileiro, subjacente nos PCN de História, é o jovem, na faixa etária prevista para o nível de ensino considerado, de classe média, que mora nos grandes centros urbanos e tem acesso aos recursos produzidos pela moderna tecnologia industrial. (NEVES, 2000, p. 126).

O eixo temático que atende ao 6º e 7 anos, é “História das relações sociais, da cultura e do trabalho” e, a partir dele, se desdobram questões como relações de trabalho, de produção, de consumo, sobre lutas de classe, questões étnicas, culturais e suas influências, intercâmbios, inter-relações e confrontos, “busca a compreensão da diversidade de modos de vida, de culturas e de representações internas das sociedades e das organizações sociais”. (BRASIL, 1998, p. 47).

Nos últimos dois anos do Ensino Fundamental - anos finais, 8º e 9ºanos, o eixo temático gira em torno da “História das representações e das relações de poder”, em que os conteúdos a serem ministrados, podem começar partindo das relações de poder locais, das representações sociais, culturais, políticas da comunidade, da cidade, do Estado para se estabelecer em paralelos com a História nas outras esferas.

Esta é uma maneira de não perder o foco da História Local, neste sentido do local enquanto bairro ou cidade em que o cotidiano dos educandos encontra-se imerso, estimulando o saber histórico escolar a partir de uma reflexão sobre as estruturas sociais, políticas e culturais a que eles pertencem, pois não é incomum que, durante todo o Ensino Fundamental, a História do Brasil tenha palco limitado a determinadas regiões, a exemplo do Sudeste, como se a História ficasse circunscrita à mesma. No nosso entender, quando se isola a História do Brasil nela mesma ou a determinados territórios, limita-se a visão do aluno os fatos nacionais e isola-se aspectos importantes das Histórias Locais.

Diferente dos Parâmetros do Ensino Fundamental, os Parâmetros Curriculares do Ensino Médio são divididos em quatro áreas nas quais se desdobram as disciplinas escolares, que têm como objetivo “facilitar o desenvolvimento dos conteúdos, numa perspectiva de interdisciplinaridade e contextualização” (BRASIL, 2000, P. 7). Na quarta área se encontram as disciplinas de História, Filosofia, Sociologia e é chamada de “Ciências Humanas e suas Tecnologias”.

Em todas as áreas, são apresentadas propostas de interdisciplinaridade, que não impõe que o ensino seja aplicado a partir da divisão por disciplinas, mas através de um diálogo entre as quatro áreas e suas respectivas abordagens, “na busca por dar significado ao conhecimento escolar, mediante a contextualização; evitar a compartimentalização, mediante a interdisciplinaridade; e incentivar o raciocínio e a capacidade de aprender.” (BRASIL, 2000, p. 5).

Mas, especificamente, o que compete à área de que a História faz parte? Além de trazer a base comum exigida pela LDB, reforçando os conhecimentos já transmitidos no Ensino Fundamental, o Ensino de História para o Ensino Médio também teria a abordagem da História Local visando atender as particularidades regionais para o desenvolvimento de uma formação crítica, que visualiza a educação como elemento de desenvolvimento social.

No PCN+ publicado em 2002 e dividido em quatro volumes, no quarto volume que corresponde à área de Ciências Humanas e suas Tecnologias, a abordagem interdisciplinar de ensino é enfatizada em todos os tópicos que orienta, descreve e conceitua o desenvolvimento de habilidades e competências, que é o objetivo central da proposta por áreas. Nesta perspectiva, a área de Ciências Humanas, segundo o PCN+ v. 4 (2002, p. 25) objetiva-se “o estudo das ações e das elaborações intelectuais que os seres humanos constroem no âmbito das relações sociais que travam entre si”.

Ao longo da explanação vão sendo apresentadas as temáticas como cultura, ética, relações sociais, identidade, dominação, poder e trabalho que devem interagir com a realidade

do aluno a partir de um conhecimento que seja dinâmico para que a maneira estanque dos conteúdos programáticos seja quebrada com um processo dialógico de ensino entre as disciplinas de Filosofia, Sociologia e História e as outras das demais áreas, a fim de que o aluno possa construir uma autonomia intelectual e, com isto, “perceber-se como sujeito produtor de cultura e que atua socialmente no âmbito de relações sociais conflitantes, portanto, diversas, e em contextos variados, como, por exemplo, o do trabalho.” (BRASIL, 2002, p. 31).

Esta citação caracteriza um dos objetivos do Ensino de História Local que, por vias da história próxima, cotidiana, daquelas que perpassam pelas veias das experiências ou através daquelas que ouviu dizer ao longo do tempo na sua comunidade, cidade, estado alimentam o sentimento de pertencimento e fortalecem identidades, pois, segundo Tedesco (2004, p. 93), a construção da identidade se faz “pouco a pouco, com base na experiência vivida, rememorada, retida anteriormente. Nesse sentido a memória é o componente essencial para a identidade do indivíduo e sua integração social”.

Os relatos de memória trazidos pelo aluno para a sala de aula são maneiras de estabelecer relações para o saber histórico escolar que será apresentado a partir de fatos, temporalidades, espaços envolvidos por continuidades e rupturas que, sistematicamente, são mais bem aprendidos a partir de uma metodologia que não estabeleça comparações valorativas, mas ajudem o aluno a relacionar a experiência que ele já vivencia e lhe proporcionar um tipo de saber com aquela que foi estudada pela ciência histórica e transformada em narrativa.

Para colocar isto em prática, os Parâmetros dividem em três competências a área de Ciências Humanas, que são: *representação e comunicação; investigação e compreensão e contextualização sociocultural*. A primeira competência visa o fortalecimento do trabalho em equipe, atentando-se para a importância da linguagem e seu exercício de comunicação; a segunda leva a refletir sobre o processo de investigação para a compreensão da identidade individual e coletiva. Por último, a contextualização sociocultural objetiva desenvolver conhecimentos que lhe permitam compreender que as experiências, os modos de vida dos indivíduos, são construídos em tempos e espaços diversos a partir de uma coletividade.

Mas, o que é este trabalho por competências? Esta pedagogia foi implantada no Brasil na década de 1990 e visa adequar-se à realidade do mercado de trabalho que exige que a pessoa, além de ter conhecimento, possa ter capacidade de desenvolver habilidades nas suas profissões, atentando-se para elementos que não sobreponham o conhecimento, mas aliem-se a ele, contribuindo para autonomia profissional do indivíduo. Este processo dinamiza o ensino

em sala de aula e desperta o interesse do aluno por outras vias que não são somente de exposição de conteúdos, mas as de como colocá-los em prática. Para Perrenoud (1999, p. 7), “são múltiplos os significados de competência. Eu a definirei aqui como sendo uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles”.

A proposta de trabalhar por competências tem por objetivo dar mobilidade ao conhecimento, para que os alunos possam ser levados a refletir sobre o conteúdo ensinado e a sua experiência, onde e porque eles se encaixam. Esta é uma forma de desfazer o modelo pronto e acabado de aprendizagem, no qual o aluno não faz escola para se formar através da compreensão de um conhecimento em que ele saiba problematizar, identificar soluções, questionar-se, mas a partir do modelo tecnicista de decorar a tabuada, fórmulas, verbos, fatos e datas com repetições daquilo que se tem no livro. O ensino por competências visa criar pontes – entre o que está sendo ensinado com a experiência do aluno, despertando capacidades de reflexão, crítica, interpretação e análise.

Vale ressaltar que a proposta dos Parâmetros para a área das Ciências Humanas tem como base uma relação estrutural entre conceito, competências e habilidades, em que conceitos como os de relações sociais, dominação, poder, ética, cultura, identidade e trabalho, encontrados no quadro sinótico para desenvolvimento das competências, estão ligados “às situações-problema que envolvem a mobilização de competências relacionadas com a compreensão de que as instituições sociais são historicamente construídas/reconstruídas por diferentes sujeitos sociais” (BRASIL, 2002, p.35).

Paralelo a isto, os Parâmetros orientam que os conteúdos programáticos devem ser estabelecidos de acordo com a realidade do aluno, em que o docente possa refletir como construí-los com base também no desenvolvimento da pesquisa, despertando a consciência histórica e se desvinculando de um ordenamento pré-estabelecido, embora alguns conteúdos possam ter relação e exijam certa sequência.

Todavia, há duas questões que, de certa forma, orientam o professor, estas devem ser respondidas positivamente para que possam ser inclusas na construção do conteúdo programático. Baseado na obra de Stampacchio (1997), as perguntas são:

Os recortes permitem o trabalho contextualizado, ou seja, com questões que se relacionam com o viver em sociedade amplo e/ou particular dos educandos? Os recortes permitem o trabalho com conhecimentos e questões relacionadas a eles que possam ser apropriadas e transpostas pelo educando para situações novas? (STAMPACCHIO, 1997, p. 46).

Ou seja, são perguntas que ajudam a não cairmos no localismo, reduzindo o ensino a ilhas de conhecimentos, isoladas de perspectivas e abordagens em maior escala; que contribuam para uma visão menos pragmática e mais crítica da realidade, proporcionando a quebra de muros e berlindas intelectuais que ajudam na construção de uma consciência crítica e operante.

Mas, o que de fato a disciplina História dentro da área de Ciências Humanas vem a propor? Como a História Local é orientada?

Após apresentar e refletir sobre alguns dos conceitos a serem trabalhados no Ensino de História, tais como o conceito de passado, de cultura, de identidade, memória e temporalidades, os Parâmetros apresentam três competências: representação e comunicação; investigação e compreensão e contextualização sociocultural que podem atuar na disciplina História. E é justamente nesse exercício que a História Local deve ser focalizada, caso contrário, ela passará despercebida.

Na primeira proposta, a competência “representação e comunicação” tem como objetivo o desenvolver de atividades que estimulem a “crítica, a análise e a interpretação de fontes documentais de natureza diversa, reconhecendo o papel das diferentes linguagens, dos diferentes agentes sociais e dos diferentes contextos envolvidos em sua produção” (BRASIL, 2000, p. 74).

Indo de encontro à perspectiva do Ensino de História Local, o desenvolvimento desta competência permite o contato com fontes que estão mais palpáveis de serem trabalhadas e que podem estar em um arquivo público, no patrimônio material ou imaterial da cidade, em um acervo de periódico, na igreja ou até mesmo no relicário da família, incentivando-os a buscar respostas para questões elaboradas como aquelas que visam a análise, a interpretação da continuidade dos poderes ou de sua manutenção. Diferentemente quando temos que trabalhar com Histórias mais distantes, como a do Egito, por exemplo, cujas as fontes possuem acesso mais restrito, o que também não significa dizer que o exercício de reflexão proposto também não possa culminar numa melhor compreensão destas civilizações, pois a História das antigas civilizações também foi construída por memórias tangíveis ou intangíveis. A segunda competência “investigação e compreensão” é continuidade da primeira, na verdade, o que percebemos, é que as três competências são complementares.

Por último, dentro desse conjunto de capacidades, a competência “Contextualização sociocultural” em que como a própria expressão diz, o contexto passa a ser levado em conta e o aluno deixa de ser um mero receptor passivo de informações e começa a localizar os fatos, a reconhecer-se como sujeito da história que lhe é transmitida a partir do levantamento de

problemas, ou seja, exercitar a reflexão paralela entre aquilo que é ensinado e o que é vivido, despertando a capacidade de localização social, cultural, que ultrapassa a barreira da individualidade e leva à visão do coletivo, pois

O aluno passa a compreender a vida coletiva e a realidade social como resultantes de um conjunto de relações e elementos integrados e articulados no tempo, passíveis de serem transformados pela ação humana e de serem compreendidos, organizados e estruturados racionalmente (IDEM, p. 76).

A partir destas competências, é que se desdobram os eixos temáticos que nada mais são do que falso cognato, pois não se fecham num determinado tema, mas abrem possibilidades maiores de abrangências para aquela temática, que pode envolver diversos processos. Com os eixos temáticos definidos nos Parâmetros, abre-se a discussão para a construção dos conteúdos programáticos também norteados pelos referenciais curriculares e suas naturezas, que, como consta na LDB de maneira geral para todas as disciplinas, deve ter uma base comum e outra de acordo com as particularidades regionais.

Ao tratar da articulação dos conceitos estruturadores com as competências específicas da História, os Parâmetros nos mostram que são pilares voláteis que servem para dar forma, organizar “racionalmente o conjunto das expressões da vida humana, material e simbólica, em diferentes formações sociais” (BRASIL, 2000, p. 76). No desenrolar da preleção dessa articulação, o texto demonstra como os conceitos de temporalidade, identidade, cultura e tantos outros que podem vir a fazer parte das discussões no Ensino de História contribuem no fortalecimento da consciência histórica e no exercício da educação cidadã, de uma formação mais bem embasada em realidades que devem ser dimensionadas muitos antes de serem criadas em formas de conteúdos programáticos, pois os programas requerem que estas propostas sejam pensadas a partir da realidade do aluno e não do que o governo anseia.

Neste percurso, as orientações levam à abordagem de um ensino que seja prático e abre-se margem, mais uma vez, para a contribuição da História Local que permite um exame crítico das fontes, dos conteúdos, principalmente quando eles podem ser observados, manuseados numa proposta de aproximar o aluno, como um agente da História, do lugar de que ele faz parte, como sujeito do espaço em que ele habita.

A exploração e a sensibilidade desse contato apropria também o ensino das temporalidades porque, já no Ensino Médio, a sua cognição permite fazer contrapontos com o que é e o que não é mais, identificando continuidades e mudanças na sua família, no seu bairro, na sua cidade e relacionando-as com perspectivas mais amplas como a região em que

ele mora, o país de que ele faz parte. Por estas vias, “retirar os alunos da sala de aula e proporcionar-lhes o contato ativo e crítico com ruas, praças, edifícios públicos e monumentos constitui excelente oportunidade para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa” (BRASIL, 2000, p. 306).

As orientações dos Parâmetros para a área de Ciências Humanas e suas Tecnologias não tratam diretamente do Ensino de História Local, da sua importância e contribuição ao exercício da cidadania, da identidade, da formação de uma consciência histórica e crítica, embora, nas suas entrelinhas, perpassasse pelo debate da história próxima, do cotidiano, do ensino que parte da realidade do aluno, mas deixa que os referenciais de cada região cuidem dessa parte específica, atenuando-se os eixos temáticos para conteúdos mais gerais, que também podem ter espaço para a História Local.

O que visivelmente percebemos, é que os Parâmetros Curriculares Nacionais são documentos de prescrições com caráter sugestivo, mas temos também a impressão que eles desconsideram um elemento fundamental para fazer com que qualquer proposta elaborada para o ensino seja efetivada: a realidade da sala de aula, a formação desses professores que, inclusive, em sua maioria, não sabem lidar com o ensino por eixos temáticos por não terem contato na sua formação com esta metodologia de ensino, o que, por sua vez, causa resistências e estranhamentos.

De maneira geral, as propostas curriculares do ensino definem sentidos, conteúdos, práticas e finalidades. É nesse espaço também que se mostra a face mais visível da intervenção do Estado na educação. Está nos Programas de Curso e nos Currículos a definição do que deve e pode ser estudado e, no caso da história, o que deve ser lembrado ou apagado da memória coletiva. (BARBOSA, 2006, p. 67).

Oficialmente, as propostas, os direcionamentos, as prescrições que encontramos nos Parâmetros tanto do Ensino Fundamental como do Ensino Médio, são fugazes demais para a realidade da educação brasileira, tudo está muito certinho para uma prática que, na verdade, não se combina com a teoria, por isto a necessidade de revê-lo, afinal, dos Parâmetros do Ensino Fundamental já se passaram 16 anos da sua publicação e do Ensino Médio 14 anos, em que novas leis e resoluções foram propostas para todas as áreas do conhecimento disciplinar, inclusive para a História.

Como o próprio nome já diz, são parâmetros para construção curricular, o que não significa dizer que professores e gestores não possam pensar em outra forma de fazê-lo, buscando sempre legitimar a prática docente e estabelecer uma construção sociocultural, em que se inicie pensando quem é e de onde vem o aluno. Além do mais, existe outra

problemática que é a falta de conhecimento por parte dos educadores e, muitas vezes, até dos gestores escolares, que sabem que os PCN's existem, mas nunca leram, desperdiçando a visão crítica para um debate que funde uma nova publicação e até mesmo alguma das suas orientações para o dia a dia, proporcionando um embate entre condições ideais x condições reais.

Na Paraíba, com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais, foram elaborados os Referenciais Curriculares do Ensino Fundamental do Ensino Médio (2007) e do Ensino Fundamental (2010), mas poucos são os profissionais que possuem conhecimento da sua existência. Apesar de terem passado por editoração, impressão e divulgação, o seu uso não foi efetivado a contento devido, entre outros fatores, a troca de governos e os vaidosos impasses políticos dos quais conhecemos, afinal, como disseminar algo que se encontra carimbado como projeto da gestão passada?

Estes Referenciais foram construídos a partir de consultores específicos para cada disciplina, em sua maioria professores universitários, no entanto, também contaram com a participação de professores das escolas estaduais que, através de encontros presenciais em forma de oficinas, puderem opinar, debater, refletir sobre o seu conteúdo, sobre sua metodologia, formatando-o numa perspectiva democrática em que os profissionais da sala de aula, do dia a dia pudessem ser ouvidos, afinal, não são eles que vão levar para a prática este material?!

Considerando os Referenciais do Ensino Fundamental, especialmente o terceiro volume, que corresponde à área de Ciências Humanas, Ensino Religioso e Diversidade Sociocultural, encontramos de início uma discussão que orienta o leitor para o trabalho com conceitos estruturais, o trabalho com competências e habilidades através dos eixos temáticos, que é a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Entretanto, é perceptível que neste instrumento há uma preocupação com o extrapolar da teoria, ou seja, para que ele fosse pensado teoricamente, foi necessário partir da realidade do educando, na natureza da educação pública do estado e nas debilidades formativas dos profissionais desde a falta de formação no Ensino Médio até os déficits ocasionados pelo desvio de função, o que também acarreta na falta de identidade com a sala de aula.

No terceiro volume dos Referenciais Curriculares do Ensino Fundamental da Paraíba, encontramos as orientações, os objetivos e conteúdos para a disciplina História. Inicialmente, há uma reflexão em que as autoras reconhecem quem é o profissional de história que está em sala de aula, quais são as transformações ocorridas na ciência da história e,

consequentemente, no Ensino de História, após a década de 80, que tipo de História deve ser ensinada, de onde ela deve partir e onde ela deve chegar.

Por vias deste mesmo percurso, apresentam-se conceitos como o de história, memória, identidade, temporalidade, cidadania, poder, ética, contextualização, fonte, linguagem, método, metodologia da história e outros que norteiam toda a construção do saber histórico escolar e que são base para o desenvolvimento das competências, das capacidades de saber reconhecer, interpretar, comunicar, para que se possa usar o conhecimento que está sendo ensinado em sala de aula e que não pode, nem deve, ficar nas provas ou nos cadernos, pois o Ensino de História possui sua função, uma responsabilidade social no que diz respeito a preparar o indivíduo para a leitura do mundo à sua volta.

Com relação ao Ensino de História Local, os Referenciais Curriculares do Ensino Fundamental da Paraíba pontuam a importância do conhecimento dos lugares a que eles pertencem e isto só pode ser consentido através da memória do bairro, da cidade, do estado, do país, que em nível de escala e por etapas do cognitivo vão se estabelecendo contrapontos, comparações, para que ocorra a compreensão das transformações, das continuidades e permanências, das semelhanças e das diferenças sociais, culturais, políticas e econômicas nos quais estamos imersos. Seja qual for a esfera, somos parte dela.

Esta perspectiva de se incluir, valorizar o Ensino de História Local, é um avanço, pois o viés europeu das narrativas que caracterizou a construção da História do nosso país, distanciou e segmentou o ensino do local por muito tempo o que era interessante de saber perpassava pelo caráter político-administrativo que estava interessado em construir as referências regionais e, consequentemente, contribuir com o nacionalismo que era ditado e não construído pela identidade, pelo pertencimento, pela afetividade do indivíduo.

Com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais, os Referenciais Curriculares do Ensino Fundamental do Estado da Paraíba propõe conteúdos para o terceiro e quarto ano olhando para a História Local sem serem reducionistas:

Para o 3º ano:

- **UNIDADE I**

Nossos lugares de vivências e suas lembranças - ruas e bairros. (Os lugares e a identidade social)

- **UNIDADE II**

Cidade – uma construção de muitos tempos. (Estrutura e Organização Social: desigualdades sociais)

- **UNIDADE III**
Modos de Vida e Sobrevivência. Relações de trabalho, produção e cotidiano, relação cidade/campo)
- **UNIDADE IV**
Administração, Cidadania e Cultura. (Relações de Poder, participação política, Culturas e Diversidades Culturais).

Para o 4º ano

- **UNIDADE I**
A história que se narra – passos para a pesquisa e a história que se faz. Histórias do meu lugar
- **UNIDADE II**
O cotidiano e a formação política – tempos da Paraíba (Abrir para o Brasil)
- **UNIDADE III**
No dia-a-dia, no trabalho e na luta – tempos da Paraíba (Abrir para o Brasil).
- **UNIDADE IV**
Vive-se e aprende-se a viver na diversidade: educação, cultura, esporte e lazer na Paraíba.

Percebemos que, ao longo destes dois anos, embora nos anteriores também se perpassasse pelo Ensino de História Local quando se foca na história do cotidiano, há uma maior ênfase no desenvolvimento do olhar do aluno para os elementos históricos que são constitutivos da sua realidade social. Visualizar o bairro como parte dessa história é quebrar o hiato que sempre existiu entre a história ensinada e a história vivida. Somos todos sujeitos de um tempo e de um espaço que se desdobra em cadeias espaciais que estão contidas umas nas outras, por isto precisam ser visualizadas, estudadas, para entender as macroabordagens.

No último ano do Ensino Fundamental, que agora corresponde ao 5º ano (antes era o 4º ano), as autoras dos Referenciais Curriculares do Estado da Paraíba propõem que

[...] depois de ter percorrido quatro anos estudando a identidade pessoal e social (*o eu e o nós*) e local (a casa, o bairro, a cidade e o estado), deve agora desenvolver novas dimensões de vivência, de semelhança e diferença, para que o aluno, ao ingressar no 6º ano, tendo o Brasil como referência amplie o seu conhecimento para a dimensão de um mundo maior e multifacetado em sua diversidade econômica, política, social e cultural. (BARBOSA, FERNANDES, 2010, p. 92).

O que não significa dizer que, nos anos seguintes do segundo ciclo do Ensino Fundamental, a História Local não seja abordada no contexto da História do Brasil, o que

muda é o recorte, pois durante estes anos, segundo os Referenciais Curriculares do Estado da Paraíba,

O aluno partirá de uma história que lhe é próxima e conhecida: a história pessoal e da comunidade da qual participa, da História Local, estadual e nacional (esta última de forma introdutória) para a história mundial. Da história do tempo presente, para a história de outros tempos e de outros espaços desconhecidos. Por exemplo, o aluno parte desse tempo presente (século XXI) e espaço conhecido (Brasil) para um tempo passado (com início na Pré-História) e múltiplos espaços (cinco continentes).

No que tange aos Referenciais Curriculares do Ensino Médio do Estado da Paraíba com publicação em 2007, os mesmos se iniciam fazendo uma reflexão crítica sobre a estruturação por eixos temáticos, temas e conteúdos que, de maneira geral, foram distribuídos nos Parâmetros Nacionais e que apresentam a partir de “um caráter reducionista nas suas propostas” (SILVEIRA, CALISSI, 2007), que deve ser evitado.

Segundo os Referenciais Curriculares para o Ensino Médio da Paraíba, no capítulo referente ao Ensino de História, esta é uma fase de formação que leva o aluno a ser capaz de problematizar o conhecimento, situar, criar e ter consciência histórica para questionar, ou seja,

[...] a capacidade consciente do(a) educando(a) para mobilizar os saberes adequados como respostas às problemáticas do seu tempo/sociedade presente (atual). Dessa forma, esta etapa da Educação Básica deve possibilitar, em última instância, a formação de pessoas capazes de atuarem, crítica e criativamente, em seus contextos sociais e se inserirem, de forma qualificada, no mercado de trabalho bem como lhes possibilitar a continuidade de estudos em níveis mais elevados (Ensino Superior), se assim o desejarem (SILVEIRA; CALISSI, 2007, p. 17).

No desenvolvimento desses referenciais, são expostas discussões com relação à perspectiva de ensino conteudístico e daquele que visa construir conhecimento para que ele seja apreendido. Estes, por sua vez, são diferentes, pois, enquanto o primeiro preocupa-se em apreender o conteúdo, o segundo visualiza o ensino como a busca por conhecimento através da “construção, acumulação, inovação, reprodução e criação” (RCEM, 2007, p. 20). Esta perspectiva de diferenciar as duas abordagens situa o leitor (o professor, o gestor, a comunidade escolar) da funcionalidade técnica que um proporciona e da dimensão dialógica que o outro proporciona com a mobilidade do conhecimento que estará sempre em trânsito com a combinação entre a teoria e a prática.

Ao tentar conceituar o espaço de trabalho que se busca no desenvolvimento das três competências que os Parâmetros pontuam para o Ensino de História, os referenciais nos dizem que “(...) as competências constituem saberes e fazeres. Têm uma dimensão teórica e

prática: conhecer e compreender as noções do campo da História e aprender a aplicá-las ao exame da sociedade. Saber pensar e saber fazer”. (SILVEIRA; CALISSI, 2007, p. 26).

Quando nos deparamos com essa questão do “saber fazer”, não há como se desprender do conhecimento prévio, que é toda a experiência de vida do aluno, que, mais uma vez, deve ser levado em conta como sujeito-chave de toda a estruturação curricular, dos planos de ensino, ou seja, é a partir do público com que se trabalha que deverá começar a ser pensando. E, ao pensar nesse público, estamos nos permitindo adentrar na sua História Local, no seu passado, a fim de construirmos juntos – professor e aluno – os conhecimentos escolares em História.

Quanto ao Ensino da História Local, há uma retomada nos conteúdos programáticos, principalmente com relação ao Ensino de História da Paraíba. Esta preocupação com a perspectiva local em diversas escalas, que conjecturam uma quebra da visão homogênea que pode ser acarretada pelo processo de globalização, é interessante porque vivemos também num tempo em que a diversidade cultural está tendo mais espaço não apenas nas pesquisas e nos debates acadêmicos, mas no processo de aculturação em que duas ou mais culturas entram em contato proporcionado, por exemplo, com a atividade turística. “Torna-se imperioso que as pessoas sejam preparadas para o entendimento do que se diferencia e do que se assemelha entre as/os sociedades/grupos e culturas” (SILVEIRA; CALISSI, 2007, p. 38).

Neste documento, os consultores também mencionam uma das problemáticas que trazemos com a construção desse capítulo, que é a necessidade de se apropriar o ensino para que os bairros em que as escolas estão situadas, também sejam foco de exploração, de pesquisa, através de uma metodologia analítico-reflexiva que estimule os alunos a perceberem, inclusive, que aquele espaço também faz parte da sua história, por isto, merece ser preservado, reconhecido por eles, possibilitando que os alunos trabalhem e conheçam sobre o seu tempo histórico.

No primeiro ano do Ensino Médio, no eixo temático “Cidadania, Participação Política e Poder”, uma das sugestões de conteúdos processuais é atentar para o tema cidadania e direitos relativos a mercado, gênero, orientação sexual, identificação étnico-cultural, geração, meio ambiente e memória social nas esferas nacionais, regionais e locais. Na verdade, este local é o recorte geográfico de maior proximidade com o indivíduo que estabelece nele relações diretas, como o bairro, que é onde se desenvolve o cotidiano, a cidade em que habita, pois, segundo Giddens (1991), este é o lugar que vai além do espaço, “pois enquanto os locais permanecem fixos e neles as “raízes” são sedimentadas, o espaço poder ser cruzado num piscar de olhos – por avião a jato, por fax ou satélite”. (SANTOS, 2011, p.39).

Em sequência, no segundo ano do Ensino Médio, também há uma preocupação com a História Local, mas desta vez as sugestões de conteúdos programáticos para os eixos temáticos especificam o estudo da História da Paraíba como um conteúdo a ser explorado nos diversos meios de produção e consumo, na divisão sexual do trabalho, em temas relacionados à produção e propriedade, trabalho, representações, poder, ou seja, as transformações e as continuidades que influenciaram a formação não apenas no Brasil enquanto unidade nacional, mas de maneira específica, pois a Paraíba também tem influência nesse desenvolvimento local, que é parte da nossa cultura, da nossa identidade e é preciso conhecer a sua História, as conquistas e as influências do seu desenvolvimento social.

A sensação que fica, embora não seja isto que os Referenciais Curriculares do Ensino Médio da Paraíba, nem os Parâmetros Nacionais propõe, é que no último ano do Ensino Médio, além de ser realizada uma espécie de revisão dos conteúdos dos anos anteriores, tendo em vista que é neste momento que os alunos findaram a Educação Básica para a entrada no Ensino Superior, se faz necessária sua preparação para a realização dos processos de avaliação que levam ao acesso às universidades, em que a História Local também é (re) visitada, embora ela deva ser construída, pois os conteúdos são outros.

A maioria das universidades públicas e algumas de natureza privada aderiram para entrada no Ensino Superior, à nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, que tem uma formatação comum a todas as regiões brasileiras, sem atentar-se para a História Local nas perspectivas dos estados, das cidades - embora em alguns momentos a configuração da História do Brasil perpassasse por regiões mais pontuais como Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, através da História das Guerras, das revoltas - no entanto, ficamos a nos questionar sobre como o Ensino de História Local da Paraíba que tem em seu currículo a História Local, será ministrado nas escolas? Principalmente nas escolas particulares que, ao longo do tempo, se tornaram verdadeiras indústrias de produtos (que são os alunos) para o Ensino Superior, ou seja, a preocupação não é formar alunos para a vida, mas para que eles ingressem nas universidades e aumentem a porcentagem de aprovação, consequentemente, de visibilidade e matrículas das escolas.

Se antes, mesmo com o ensino obrigatório, a História Local já era pouco conhecida, procurada, como esse ensino será visto se ficar apenas no Ensino Fundamental, fase da educação em que, a aprendizagem é mais reflexiva, de maturação do conhecimento? Se não há orientação, sensibilização e conscientização, não há empenho, pois, como afirmamos, a maioria das escolas estão preocupadas em utilizar dos 40/50 minutos de aula para o ensino, exposição de conteúdos que sejam úteis, principalmente no Ensino Médio, para uma boa nota

no ENEM e, por conseguinte, uma aprovação nas universidades, e não no exercício da sua cidadania.

Do mesmo modo, mas em outra instância formativa, também ficamos a refletir sobre o Ensino de História da Paraíba no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Paraíba, afinal, não somos preparados para lecionar na Educação Básica? Então, a nós também não caberá mais estudar sobre a História da Paraíba? E diante deste questionamento é que conseguimos enxergar a função social de um professor de História que não deve ser reduzida ao aspecto conteudístico das disciplinas, mas deve assumir para si uma formação que esteja além dos conteúdos programáticos, dos parâmetros curriculares, a fim de darem conta de uma formação histórica que possibilite aos indivíduos capacidades de fazer uma leitura crítica da sua realidade social.

Pois, uma das tarefas contemporâneas da História é ensinar a permitir a construção de maneiras de olhar o mundo, de perceber o social, de entender a temporalidade e a vida humana. A História nos ensina a desnaturalizar, a ter um olhar perspectivo e a atentar para as diferenças, relativizando nossos valores e pontos de vista. (ALBULQUERQUE JUNIOR, 2012, p. 31).

Ainda não temos respostas para estas perguntas, mas já nos inquieta pensarmos se não for por iniciativa do professor da Educação Básica, principalmente o do Ensino Médio, assim como do interesse do aluno, o conhecimento sobre a História Local dos estados, dos municípios, das comunidades locais, dos bairros, ficará condicionado a informações panfletárias, ao desconhecimento de suas raízes, enfraquecendo ainda mais culturas e identidades.

Muito antes dessa preocupação e desta adesão do ENEM, professores do Departamento de História da UFPB já se preocupavam com o Ensino de História Local, com a produção da História Local na academia, que pudesse ser útil ao ensino nas escolas, tanto é que, na década de 1990, foi criado o projeto de extensão de nome “*Projeto de Resgate do Processo Histórico e Cultural dos Municípios Paraibanos*”, que contou com o trabalho de professores e alunos na construção da História de municípios como Serra Branca, Ingá, Pedras de Fogo e outros municípios, conforme nos relata Leite (2012, p.13).

Projeto de Resgate do Processo Histórico e Cultural dos Municípios Paraibanos por mais de 20 anos empreendeu atividades que visaram à elaboração de materiais didáticos para as escolas dos municípios paraibanos. Já foi desenvolvido nos municípios de Ingá, Pedras de Fogo, Conde, Cabedelo e Areia. Em Guarabira, Pirpirituba e Boqueirão sofreu interrupção devido a problemas relacionados a financiamento pelo poder público municipal. Os coordenadores eram oriundos do Departamento de Metodologia da Educação/Centro de Educação da UFPB – Vilma de

Lourdes Barbosa; do Departamento de História/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPB – Regina Célia Gonçalves e Paulo Giovani Antonino Nunes; e ainda contavam com o apoio de uma professora da rede pública estadual do Estado da Paraíba – Rossana Sorrentino Lianza. A criação do projeto ocorreu junto ao Instituto de Desenvolvimento Estadual e Municipal do Estado da Paraíba, vinculado a Secretária de Planejamento (1988-1992), posteriormente passou a vincular-se ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR (1998-2005).

Além da História dos Municípios, é perceptível um aumento do número de pesquisas na academia em formato de monografias, artigos, dissertações, teses com relação à História dos bairros nos últimos dez anos. Isto demonstra que as sementes das transformações ocasionadas pela Nova História Cultural estão dando frutos, e as pesquisas deixaram de se ater somente às macroabordagens para focarem também em microabordagens, na história do cotidiano, dos lugares de memória que estão além dos museus, dos patrimônios tombados, mas próximo a nossa casa, em que o sujeito da História não é apenas o político, mas o cidadão comum, as “pessoas extraordinárias”.

Com a finalidade de refletirmos sobre a História Local na cidade de João Pessoa, principalmente no enfoque na história dos bairros para aplicarmos o conhecimento do Bairro do Roger que pesquisamos, fomos atrás de consultarmos a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de João Pessoa. Por sinal, tivemos dificuldades em encontrá-lo, a Secretaria de Educação nos informava não ter conhecimento de tal material, o que dificultou ainda mais o processo, mesmo assim, conseguimos o volume que corresponde ao Ensino Fundamental – anos finais, e sobre ele fizemos nossa reflexão.

A Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de João Pessoa, com publicação no ano de 2004, aponta uma construção coletiva e de formação permanente, em que professores da Educação Básica, consultores da UFPB e UFPE, além de assessores da Secretaria de Educação e Cultura, puderam participar da elaboração.

As ações pedagógicas ergueram-se a partir de estudos e análises dos Parâmetros Curriculares Nacionais, de diversas propostas pedagógicas e científicas em debate na rede municipal de ensino, contando com assessoria das professoras da UFPB. (JOÃO PESSOA, 2004, p. 7).

Para sua elaboração, foi pensando um diagnóstico em que, através de questionário, se atentou para os seguintes aspectos: a) conteúdos essenciais para cada ano e área de conhecimento; b) Relação entre a prática educativa e a realidade do aluno; c) dificuldades encontradas nas práticas pedagógicas.

Além dos encontros da Comissão de consultores, nas formações continuadas de 2001 a 2003, a proposta foi debatida, refletida, entre os educadores, inclusive com um roteiro

experiencial através de excursões didático-pedagógicas orientadas pelos consultores a lugares de memórias, tais como a Igreja da Guia, ao Rio Sanhauá, Fazenda Santa Luzia, Cachoeira de Oricuri, Barra de Camaratuba, Centro Histórico de João Pessoa, entre outros. Nos referenciais, encontramos registros, em formato de fotografias dessas atividades.

Durante o material, verificamos uma fala redentora de como se os problemas tivessem sido resolvidos principalmente através do processo de formação continuada que, segundo os consultores, “foi o caminho empreendedor do novo, vivo e criativo na construção da proposta curricular da rede municipal de ensino” (2004, p. 16), quando, na verdade, a proposta é tardia, tendo em vista que a formação continuada já era colocada em prática há muitos anos em outras cidades.

A apresentação do material já deixa a desejar desde o sumário, quando não encontramos páginas para identificação das áreas no material. Ideologicamente, a proposta parece estar bem estruturada, entretanto, com um arcabouço ilusionista de soluções que não se estabeleceram, tanto é que poucos são os professores da rede municipal de ensino que têm conhecimento da sua existência.

Na parte que compete à História, encontramos por eixos temáticos um desenvolvimento de ensino que se direciona a uma linha do tempo que parece seguir aquela diretriz linear não apenas de orientação, mas de acomodação de ensino. A História Local é contemplada com a abordagem do lugar vivido, ou seja, em que eles estão imersos, partindo do período pré-histórico da Paraíba na antiga 5^o série, atual 6^o ano.

Vale salientar que o material não se encontra contemplado com as alterações previstas na Lei n^o 11.174, que altera o ensino para nove anos, por isto, a nomenclatura também é seriada e não anual, ou seja, o segundo ciclo, que se designa atualmente como Fundamental – anos finais, encontra-se ainda como de 5^o a 8^o séries e não do 6^o ao 9^o anos.

Em sequência, na antiga 6^o série, atual 7^o ano, direciona o ensino “as marcas do Período Colonial na realidade atual: vida e cotidiano” (2004, p. 157) a partir do eixo temático sociedade, cultura e trabalho.

Nos dois últimos anos, que correspondem aos 8^o e 9^o anos, as propostas perpassam pela História Local como forma de situar o aluno através do eixo temático “As relações de poder e as representações no contexto histórico”, que sugere como objetivo uma construção comparativa das esferas entre país e mundo, mas não se fala do local enquanto bairro e cidade.

Percebe-se que há uma tentativa de inovação na proposta com os eixos temáticos em que a prática, o sentir, o envolvimento do aluno com o espaço que ele habita, está presente,

diversificando o olhar para as culturas e para os aspectos temporais em suas permanências e transformações, mas, em muitos momentos, a proposta é muito mais idealista do que realista, maquiando a deficiência inclusive de formações.

De lá pra cá, sabemos que não houve outra publicação, mas a formação continuada tornou-se obrigatória como forma de instrumentalizar professores e funcionários das escolas no enlaço de diminuir a evasão e como requisito para o décimo quarto salário pago pelo município de João Pessoa, de acordo com a produção e participação dos professores nas atividades propostas. Além disto, programas e projetos, a exemplo do projeto de Educação Patrimonial “O Futuro Visita o Passado”, que vigorou durante os anos de 2009 a 2012, proposta de sensibilização para a preservação e conscientização do patrimônio material e imaterial e da História Local da cidade de João Pessoa, também entraram em cena, mas a prática das atividades não conseguiu ser legitimada com os professores, devido à falta de envolvimento dos educadores na sua construção, ou seja, os projetos chegam prontos para serem executados, sem quaisquer envolvimento dos educadores em sua construção, sem uma preparação e sensibilização práticas, o que acarreta em resistência e estranhamento.

Partindo dessa realidade, da dificuldade de abordagem da História Local na Proposta Curricular municipal, optamos por analisar, a partir dos relatos de experiência dos professores que lecionam nas três escolas públicas do Bairro do Roger, qual o conhecimento que possuem sobre a História do bairro em que eles atuam e que a maioria dos alunos residem. Como eles visualizam essa História Local? Qual o contato que eles possuem e a sugestão que eles fazem para este ensino? Sabemos que, no Ensino Fundamental – Anos iniciais os professores possuem formação pedagógica polivalente, por isto, entrevistamos os professores que atuam no Ensino Fundamental - Anos finais, partindo do pressuposto de que estes possuem formação em História e foram preparados para o magistério, pelo menos, teoricamente é desta forma que tem de ser.

3.2 –Relatos de professores de história das escolas da rede pública do Bairro do Roger.

A trajetória docente é árdua e um tanto quanto prazerosa. Árdua pelas dificuldades que são enfrentadas em termos de infraestrutura, de materiais e recursos didáticos, principalmente na rede pública, árdua devido à desvalorização da profissão, que ainda possui um dos piores pisos salariais, além da falta de respeito que cotidianamente professores sofrem e presenciam na escola. Mas, um tanto mais prazerosa, quando nos identificamos com o que fazemos, quando somos impulsionados a buscarmos a fazer um novo plano de ensino a cada ano para que ele seja adequado à turma, à realidade dos alunos que, mesmo diante de tanta

carência e resistência, ainda podem e devem ser o nosso primeiro foco. E como isto funciona? Na busca de novos conhecimentos através de um processo de formação contínua.

Em primeiro lugar, importa lembrar que, para ensinar História, é preciso gostar de História. Só assim fórmulas e convenções consideradas tradicionais podem ser superadas ou aprimoradas, para pôr em seu lugar um ambiente marcado pela reflexão e animado pelo debate. Para que isso ocorra, torna-se imprescindível a prática constante da leitura, já que não se pode discutir algo que se desconhece e nem é possível “produzir conhecimentos” a partir do vazio de informações. (CERRI, 2012, p. 41-42).

Esta reflexão acima nos faz lembrar que os anos de convivência escolar são uma das mais longas etapas que estabelecemos durante a nossa vida. A memória escolar é imbuída de significativas experiências (positivas ou negativas) que nos remetem a lembranças afetivas ou traumáticas, como o uso punitivo da palmatória utilizada como castigo durante o século XIX e XX nas salas de aula para alunos que não fossem disciplinados. Dentro destas memórias, está a figura do professor, representação da nossa vida escolar, em figura de “anjo ou demônio” que nos marca de alguma forma.

Ao professor de História, por muito tempo, foi delegada a função de ensinar fatos e datas, seguindo à risca o roteiro do livro que era o principal instrumento escolar de divulgação da História. Ao aluno cabia decorar o que ali estava e apresentá-lo na prova do bimestre. A História tinha como uma das funções civilizar, seguindo um modelo que visava educar e moralizar. Sendo assim, sobre os moldes de uma História Nacional, a disciplina baseava-se em

(...) construir um cidadão patriota, aquele que ama sua nação, que dela tem orgulho por tudo de grandioso que ela fez e representou no passado, que se inspira na vida e nas criações daqueles que foram responsáveis por sua constituição, defesa e governo: os heróis nacionais, que compõe o panteão da pátria, em que se deve buscar exemplos de moralidade, coragem, grandeza e sabedoria. (ALBULQUERQUE JUNIOR, 2012, p.24).

A prova disto é que muitos não esqueceram a figura de Dom Pedro I nas margens do rio do Ipiranga, em cima do seu cavalo, representando soberania, coragem, amor a sua pátria. Nem muitos menos a figura de Tiradentes, mártir do movimento separatista, enforcado por defender os seus ideais. A representação de bravura, de heroísmo dos bandeirantes que, por muito tempo, foram tratados como desbravadores das nossas terras, verdadeiros ícones da colonização.

Não, não tem como esquecermos esses ícones criados e enfeitados pela História, pelo calendário cívico e suas celebrações. Era este o tipo de história que encontrávamos na Educação, factual, que congelava episódios em história, quando, na verdade, “fatos e

acontecimentos nada são além de arranjos e montagens, mais ou menos conscientes, que podem ser demonstrados pelo fazer histórico.” (CERRI, 2012, p. 45).

As práticas docentes e a própria construção da História enquanto ciência sofreram alterações, influenciadas, inclusive, pelo desenvolvimento da tecnologia, que tem inserido novos aportes na sala de aula, novas metodologias de ensino que exigem do professor adesão e o uso adequado dos recursos (elaboração de slides, o uso do datashow, das redes sociais, de vídeos etc), segundo Rauber (2008, p. 218)

Novas tecnologias são inventadas a todo instante, demandando dos profissionais de todas as áreas um novo perfil na condução dos trabalhos. O mercado do trabalho está exigindo e valorizando homens competitivos, que saibam se utilizar da informática, *Internet*, que tenham habilidades comunicativas e cognitivas. A questão da “competência” também tem sido constantemente enfatizada e o lema “aprender a aprender” tem recebido grande destaque nos últimos tempos. Todas essas transformações interferem em várias esferas da vida social, provocando mudanças no âmbito social, político, cultural, assim como nas escolas e no exercício da profissão do docente.

Ou seja, os aportes, inclusive, são consequência das competências e das habilidades do homem no tempo, assim como o desenvolvimento de novas temáticas que surgiram e/ou foram inseridas no Ensino de História devido a estudos, debates, reflexões, a exemplo do que a Escola dos *Analles* e a Nova História Cultural proporcionaram para a História e para o Ensino de História, através dos novos espaços consentidos à historiografia. Com estas mudanças, os currículos do Ensino Básico também precisavam ser revistos, pois tem se pensando num ensino mais próximo do aluno, do seu cotidiano, exigindo que os professores da Educação Básica se adequem não apenas às temáticas, às novas abordagens, mas a uma nova forma de ensinar que rompa com a visão positivista, cíclica, de reprodução do conhecimento.

Entre essas novas abordagens, a História Local toma cada vez mais espaço, o Ensino de História passa a visualizar a perspectiva de ensino a partir do cotidiano, em que, o que estava sendo ensinado, possa também ser próximo do que o aluno vivencia, como maneira de levá-lo a compreender melhor os processos históricos, visualizando-se enquanto sujeito dos espaços que habitam, responsáveis pela manutenção, preservação dos seus patrimônios históricos, em que os objetos do seu meio social possam ser problematizados em sala de aula, pois “o Ensino de História Local torna o fazer dos agentes envolvidos no processo de ensino e aprendizagem mais ativo e dinâmico e contribui para que eles possam construir um outro sentido para a história”. (FORTUNA; SIMON, 2012, p. 38).

A História Local do qual tratamos nessa pesquisa, refere-se à do Bairro do Roger enquanto localidade, da cidade de João Pessoa, tendo em vista que, nesse tópico, nossa proposta foi ter contato com o tipo de material e conhecimento do Ensino de História Local que está sendo colocada em prática nas três escolas da rede pública situada no Bairro do Roger a partir dos relatos de memória dos professores. Os professores entrevistados são das escolas da rede municipal – Frei Afonso e João Coutinho e a escola Ana Higina da rede estadual, onde são ofertados apenas os anos finais do Ensino Médio, que vai do 6º ao 9º ano e, durante a noite, o EJA. Ao propormos entrevistar estes professores, sabíamos da dificuldade de se trabalhar com a História Local, principalmente em materiais didáticos, pois, durante a nossa pesquisa, tivemos consciência disto, devido a pouca coisa ter sido encontrada.

O Ensino de História Local encontra-se bem paramentado, orientado e prescrito, mas na prática, como isto tem sido tratado nas salas de aula? Pois sabemos da resistência de muitos professores em abordá-la devido à deficiência formativa, falta de produção de materiais didáticos sobre a História Local, livros didáticos adotados produzidos fora da localidade e até mesmo a falta de iniciativa na busca de conhecimentos por parte dos alunos, professores e gestores.

Para este trabalho, identifiquei os três professores por A, B e C, todos possuem formação superior completa e um possui pós-graduação a nível de mestrado na área da Ciências da Religião pela UFPB. Quanto aos anos de experiência em sala de aula, todos eles possuem mais ou até quatro anos de regência de ensino. Seguem alguns dados mais específicos na tabela a seguir:

Quadro 04 – Ensino de História Local

Professores	A	B	C
Nível de Escolaridade	Superior Completo	Superior Completo	Pós-Graduação (Mestrado)
Ano de Conclusão	2009	1999	2000
Onde Courseou	UVA	UFPB	UFPB
Tempo de Sala de Aula	4 anos	14 anos	14 anos
Contrato de Trabalho	Temporário	Temporário	Efetivo
Experiência de Trabalho por nível/modalidade de Ensino	6º ao 9º e EJA.	6º ao 9º e EJA.	Educação Básica e Educação Superior
Atualmente Leciona nos Anos da Educação Básica	6º ao 9º e EJA.	6º ao 9º	6º ao 9º
Turno	Manhã	Tarde	Manhã

Um dos problemas que encontramos nas salas de aula, parece ter sido sanado: pelo menos nestas escolas não é esta a realidade, pois não encontramos professores que não possuem formação superior completo, tanto é que, não apenas nestas escolas, mas em outras da rede pública, encontramos professores com mestrado e até mesmo com doutorado. Esta mudança de cenário tem acontecido devido à expansão universitária com oferta de mais cursos e vagas para pós-graduações – especialização/mestrado/doutorado e, conseqüentemente, a procura dos professores por uma melhor qualificação e remuneração.

Elaboramos um roteiro de entrevista que nos subsidiasse a ter contato com o “vivido” e o “concebido”, conforme orienta Almeida Neto (2011). Que tipo de História Local é concebida, vivida em sala de aula, sobre a História da comunidade em que a escola se situa e em que a maioria dos alunos residem? Ou seja, que tipo de conhecimento os professores têm sobre essa história? Quais são os esforços que estão sendo desempenhados para esse ensino?

Ao serem indagados sobre a identidade estabelecida com o que fazem, com o gostar de desempenhar o que se propuseram no dia a dia da sala de aula, todos eles responderam que tinham identidade com o que faziam, embora as dificuldades enfrentadas no cotidiano, devido a embates com alunos, à falta de estrutura, recursos e a remuneração, sejam fatores desestimulantes. Este é um discurso que prevalece entre os professores e que, de acordo com Almeida Neto (2011, p. 23).

Ao pensar sobre o Ensino de História nas últimas décadas a interpretação benjaminiana⁵⁵ serviria de epítome, pois ilustra bem a condição de seus professores, angústia do olhar sobre o passado, observação dos despojos, vontade de reconstrução, medo da repetição dos erros, desejo de intervir na transformação.

A condição de ensino para a História Local se torna ainda mais complicada porque, como já vimos, há uma falta de produção de materiais com esta abordagem. Na análise da legislação, percebemos que o Ensino de História Local está prescrito nos currículos tanto nos Parâmetros Nacionais como nos Referenciais Estaduais e Municipais do Ensino Fundamental e Médio, mas há uma carência na prática deste ensino. O que ocorre é que muitos professores exploram superficialmente o conteúdo por estarem presentes no livro e não buscam outras possibilidades para além deste material. As iniciativas de trabalhar com a História Local nas escolas até existem, mas isto se dá de maneira pontual, geralmente como tema dos desfiles cívicos ou em forma de projetos que costumam explorar aqueles elementos tradicionais da

⁵⁵ O autor se refere ao texto de Walter Benjamin, “Sobre o Conceito da História”, publicado em 1940 em que ele faz uma análise “ao quadro *Angelus Novus* de Paul Klee, que em sua visão representa o “anjo da história.” (ALMEIDA NETO, 2011, p. 23).

História Local, dos patrimônios materiais, pontos turísticos. Vejamos as falas dos professores quanto a isto:

“Não tenho essa informação sobre a origem (história) do Bairro, mas posso procurar me informar com a população local, eu perguntarei a outros profissionais que são mais antigos na escola e posso perguntá-los”.
(Professor C)

“O conhecimento histórico é que a cidade nasceu aqui, ali no Porto do Capim, no Rio Sanhauá, aqui é onde a cidade nasceu, o Centro Histórico. Os Barcos em 1500 atracavam aqui, é a porta de entrada de João Pessoa, é realmente onde ela nasce”. (Professor B)

Dedutivamente, percebemos que uma das dificuldades nesse Ensino da História Local também está relacionada à falta de interpretação sobre que “local” é este que se propõe ensinar, por isto, a dimensão que os professores fazem está focada no local estritamente enquanto cidade, estado oriente-se que o cotidiano, a história próxima, também seja levada em conta. Isto é consequência da formação acadêmica distante da sala de aula do Ensino Básico, que já comentamos em páginas anteriores.

O aluno do curso de Licenciatura em História não é formado para ensinar na Educação Básica, embora esse seja o objetivo de um curso de licenciatura. Todavia, não ocorre apropriação, adequação dos conteúdos, das abordagens, das metodologias, das dimensões através de um exercício de reflexão, de análise, que também é responsabilidade do docente em história e não somente dos professores de Pedagogia.

A formação inicial do professor de história, nos cursos de licenciatura, é parte da educação permanente do profissional, ou seja, processo educativo que se desenvolve ao longo da vida dos sujeitos e transcende os limites da escolaridade formal por meio de currículos educacionais. (FONSECA, 2007, p. 25).

Ou seja, o Ensino da História Local, mesmo sendo indicado na LDB e nos Parâmetros, na sala de aula ainda está fora de cena, principalmente porque o entendimento desse local ainda é confuso, e isto é muitas vezes repercussão da formação superior, tanto é que nas disciplinas como as de História da Paraíba, que cursamos na Universidade, pouco se trabalha essa dimensão do que se considera como local, não se inclui o bairro, a comunidade, mas claro que isso depende da abordagem do professor, mas em grande parte esta se circunscreve à história política. Isto ocorre, inclusive, devido ao desenrolar da História da cidade, do estado, que perpassa por alguns espaços que se tornaram bairros, mas não há essa dimensão que o local pode começar da calçada das casas, das praças, das mercearias, que são

lugares de memórias e que fazem parte do dia a dia da vida dos alunos, dos cidadãos comuns, agentes da história de sua localidade.

Ensinar história requer do professor a habilidade de buscar sentido e significado para o conhecimento que ministra e isso significa superar a mera transmissão de informações, já que essa não tem por finalidade o desenvolvimento intelectual, mas, ao contrário, deforma a capacidade de pensamento histórico do aluno e a possibilidade de consolidar habilidades de análise da própria realidade social. (BARBOSA, 2006, p. 67).

Ou seja, embora o governo tenha que subsidiar esse ensino proporcionando condições para sua realização, o professor também pode buscar dar sentido a sua prática, quebrar a factualidade do ensino que ainda persiste nas salas de aula da Educação Básica e ir além, o ganho no ensino certamente será mais efetivo, pois nem sempre temos que ficar à mercê daquilo que a escola pode nos proporcionar.

Um trabalho simples para o Ensino de História Local é ter contato com a memória dos moradores do lugar e com os familiares dos alunos, é uma forma de dar oportunidade para que os educandos se sintam pesquisadores de uma memória que é a mesma dos livros de História, porém tratadas por métodos e técnicas que subsidiam a História enquanto ciência. Esta é uma maneira deles entenderem a representação que há na memória coletiva, comum a sua comunidade, a sua cidade. Entre os três professores, somente um demonstrou tomar alguma iniciativa neste sentido, de trabalhar com a História Local do Bairro do Roger.

Uma certa vez, entrevistamos (eu e os alunos) moradores mais antigos, para colhemos informações para a aula. Em uma dessas entrevistas conversamos com os presidentes de duas escolas de samba. Eles falaram sobre as dificuldades no início da escola, apoio, eventos, local com rua ou prédios para a realização das festas. Neste trabalho foi autorizada a gravação de vídeos e a reprodução das fotografias mais antigas da Escola de Samba (Professora A)

Os outros dois falaram da existência de projetos que abordam a História da cidade, do bairro, mas não souberam ao certo especificar materiais ou outras atividades desenvolvidas com a comunidade. Este ano, por exemplo, o Projeto História da Paraíba da Escola Frei Afonso não foi contemplado devido ao evento da Copa do Mundo no Brasil, que foi foco principal das atividades. O que fica claro, é o teor genérico da História Local, de que o espaço em que o Bairro do Roger está localizado é o mesmo onde se desenvolveu a cidade e, por isto, ao tratar sobre sua colonização, sua ocupação, tratando-se da História do mesmo, conforme percebemos nesta fala: “Costumo desenvolver a história do bairro com o desenvolvimento da cidade, por ela ter começado aqui”. (Professor B).

Este pensamento demonstra o comodismo da prática, leia-se: se eu trato da colonização que aconteceu por essas bandas, eu também trato sobre o bairro. Pensar desta maneira não é apropriado, pois o bairro possui características que o fizeram bairro administrativamente. No período da colonização e até mesmo depois dela, o espaço geograficamente existia, mas não era bairro, o exemplo disto é que, antes de tornar-se, ele foi Sítio Maria Burinhosa e disto, muitos dos que ali vivem, não sabem.

Barbosa (2005) nos diz que o desenvolvimento de atividade, como as que foram estabelecidas pela Professora A, é uma forma

(...) de caracterizar no Ensino de História, o enfoque na ação do aluno não como aprendiz passivo, mas, como construtor de saberes e de sujeito capaz de, através da recuperação da memória de pessoas comuns e de grupos específicos não contemplados até então pela historiografia tradicional, desenvolver ações práticas na sociedade em que vive, o que tornaria a aprendizagem da história mais significativa.

Na verdade, uma das coisas que nos chamou atenção durante as idas às escolas, ao menos na Escola Frei Afonso, no que pudemos presenciar, é que nem mesmo existem os livros de história para todos os alunos, tanto é que, ao término das aulas, os livros são recolhidos para que os alunos do outro turno possam utilizá-los. E o que isto quer dizer? O aluno se não possui o livro nem para estudar em casa, como terá estímulo para pesquisar por outros meios, se o mínimo não é lhe consentido?

Para que essa ausência do livro em casa possa, de certa forma, ser superada, os professores devem incentivá-los a procurar na biblioteca da escola e do estado (já que o município de João Pessoa não conta com uma biblioteca pública) e pesquisar na *internet* informações sobre aqueles conteúdos que estão sendo ministrados no bimestre, afinal, mesmo que os alunos tenham acesso aos livros, eles não devem ser o único recurso didático com que professores e alunos possam lidar cotidianamente, por isso essas propostas devem coexistir.

Desde a Educação Básica, esse aluno deve ser incentivado a refletir sobre o que aprende, a desenvolver seu pensamento através da escrita, caso contrário, isto será refletido no Ensino Superior e na vida profissional, impedindo ou dificultando o desenvolvimento de habilidades e competências.

No mais, é preciso estar atento ao Ensino da História Local para que o estado multicultural no qual vivemos hoje, possa ser amplamente visualizado, pois o espaço escolar é um lugar de afirmação de identidades diversas, pois assim serão incorporadas tradições culturais e sociais de grupos, características econômicas e culturais de realidades locais (FONSECA, 2007). Caso contrário, o Ensino de História ampliará apenas o seu tipo de

abordagem no currículo, mas o seu ensino continuará tendo os mesmos moldes tanto na sala de aula como na construção dos materiais didáticos, em que a História a ser ensinada é escolhida e formada por aqueles mesmos personagens das metanarrativas.

Os professores consultados se mostram cientes da importância do trabalho com a História Local, principalmente o professor B vincula o Ensino de História Local sempre à História da cidade que é pertinente, mas que não é só ela, pois estaremos a executar aquele mesmo localismo, bairrismo do qual já tratamos. Quando trabalhamos partindo do local enquanto comunidade não deixando de interligá-la às outras instâncias com as quais o bairro se encontra, estamos também a efetuar um processo de conscientização, valorização e preservação da cultura local, da história do lugar em que se vive, o que, voluntariamente, ao permitir fortalecer elos entre o indivíduo e o lugar, desperta o sentimento de pertencimento e ações espontâneas de preservação, ou seja, se valoriza, se cuida, se dissemina porque se reconhece. “O Local é nosso espaço de atuação. É onde fazemos história. Abrir mão de sua compreensão, para fugir das vicissitudes, é abdicar da possibilidade de imprimirmos sentido e consequência coente às nossas ações”. (NEVES, 1997, p. 25).

Esta abordagem do local é possível através do ensino por competências, em que problematiza e se foca no social, como influência das novas formas de produção historiográfica, sendo este local **objeto** e **referência** para o conhecimento (IDEM, grifo nosso).

O desafio para resolver este problema parte também do governo visualizar a importância de uma formação que conduza esse Ensino de História Local. Não adianta prescrever, é preciso conscientizar, incluir, pois continuar valorizando o local apenas com projetos e programas construídos de cima para baixo não vai resolver, enquanto o ensino da sala de aula continuar o mesmo, distante da realidade do educando e sem o envolvimento do educador. Quando questionamos os professores sobre a possibilidade de incluir a História Local, em que o bairro pudesse ser visualizado, explorado, eles disseram o seguinte:

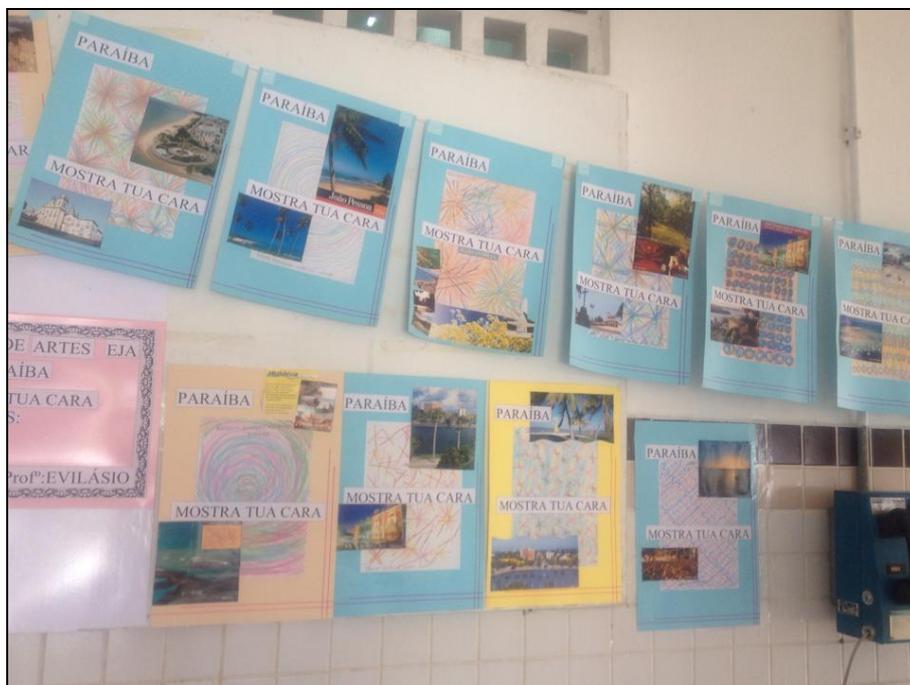
Tem possibilidade, não só a possibilidade como a necessidade de se utilizar isto e seria muito bem vindo tanto pelo corpo docente, como pelo corpo discente, eles gostariam bastante porque existem outras áreas de atuação extra escolar que a população local participa, como a Casa Pequeno Davi que é por lá, a Escola Piollin. Então nós temos, nossos alunos têm contato com essas outras instituições, e que eu acho que seria muito bem recebido, de bom grado maiores informações sobre a origem do bairro. Seria bem trabalhado e difundido. (Professor C)

A gente já fez isso, acho que há uns dois a três anos quando a gente fez o projeto História da Paraíba, mas como esse ano teve Copa, teve eleição, teve outros projetos, então não dá, em trinta dias não dá para fazer e montar um

projeto. A gente tem o projeto das nações. No projeto da História da Paraíba a gente desenvolve a questão da cultura material, imaterial, a questão da Baía da Traição, a questão do próprio bairro. Teve um ano que a gente quis fazer sobre a História do Bairro do Roger, mas as informações são poucas, até mesmo na *internet*, depois eu vou até repensar pra o ano que vem essa questão de entrevistar, agora eles trazem, entendeu? Tem muitos descendentes de índio, o pai foi índio, o avô foi índio e assim vai indo.(Professor B).

Sobre este projeto de História da Paraíba, sua natureza é interdisciplinar, todavia, o modelo seguido é aquele que já mencionamos, a História vista a partir dos monumentos no sentido de grandes construções, ícones do patrimônio material da cidade, do estado. Em uma de nossas idas à Escola, encontramos uma exposição de nome “Paraíba mostra tua cara” logo no *hall* de entrada, elaborada pelos alunos do EJA com orientação do professor de Artes, com gravuras, que atestam o perfil tradicional tendo ênfase as grandes construções, pontos turísticos, conforme as colagens expostas nas cartolinas. Não se verifica um trabalho do cotidiano, em que elementos da comunidade pudessem estar presentes, configurando aquela perspectiva de monumento, de patrimônio, como campo de memória e representação tradicional.

Imagem 10 – Foto da Exposição “Paraíba mostra a tua cara”



Fonte: Arquivo Pessoal

Há consciência sobre a necessidade deste ensino do local como referência, como objeto, mas as fragilidades precisam ser vencidas. É preciso (re)significar este saber a partir das formações continuadas, de um processo de sensibilização que trabalhe junto com os professores esta perspectiva do bairro enquanto localidade que possui memórias que podem e

devem ser exploradas, para que a comunidade escolar se interesse pelo ensino e atue na construção do conhecimento e na ação cotidiana da comunidade na qual se insere a escola, ou seja, no Bairro do Roger.

De fato, parafraseando a mostra promovida pelo professor de Artes, não é somente a Paraíba que precisa mostrar a sua cara, é a História Local como um todo, rompendo as amarras tradicionais e o comodismo que não permite inovação, iniciativas que extrapolem os referenciais, os currículos, mas, se ao menos a legislação fosse cumprida, já era um grande avanço.

Pensando nessa carência de formação, tanto quanto na falta de conhecimento de materiais, foi que pensamos em elaborar um guia de fontes que pudesse auxiliar na busca de informações, de conhecimento, de ideias que mobilizem o Ensino de História Local, principalmente da História do Bairro do Roger. Indo mais além, elaboramos também um cordel a partir das memórias dos moradores, das diversas fontes aqui produzidas, a exemplo dos depoimentos colhidos, enquanto material didático que venha a ser divulgado tanto entre os moradores, como entre os alunos das escolas do bairro.

Durante a pesquisa, localizamos alguns trabalhos que tratam especificamente sobre o bairro e sobre História Local, como livros, dissertações, documentários, vídeos, artigos, e a partir deste material, construímos um Guia de Fontes conforme pode ser visto no APENDICE 1. Assim, este estudo e pesquisa se justifica pela necessidade e dificuldade que encontramos na elaboração do texto, com relação às fontes bibliográficas e documentais, pois nosso objetivo é que ele se torne um material de consulta e apoio para professores e alunos e aqueles que desejarem conhecer mais sobre o Bairro do Roger, tendo em vista que esse material coletado é desconhecido pelos professores das escolas pesquisadas e da grande parte dos moradores.

Nossa proposta foi sistematizar o que encontramos sobre o Ensino de História dos Bairros de João Pessoa, e em especial, sobre o Bairro do Roger. Indicamos acervos (onde estão) e fontes (o que são), a exemplo do documentário, de outras informações encontradas na *internet*, trabalhos acadêmicos (artigos, TCC, monografias, dissertações, teses), além da historiografia clássica.

No dicionário Aurélio (2010) encontramos várias definições para a expressão “Guia”, entretanto, a que mais se adéqua ao nosso trabalho diz respeito a um “livro que contém indicações úteis”, “publicação que pretende o ensino prático de algo”, ou seja, uma elaboração de um instrumento pontual que contribua com a direção, a condução de uma

determinada busca. A palavra “fontes” entra como a parte específica, vinculada a um determinado assunto, neste caso, ao Bairro do Roger.

É claro que no guia de fontes não se encontra tudo que há sobre o município de João Pessoa e o Bairro do Roger, pois pode ser que existam tantas outras em arquivos pessoais ou até mesmo em processo de construção, mas nos esforçamos para encontrar os referenciais nos repositórios da UFPB, nos acervos físicos da Universidade Federal da Paraíba, da Cúria Metropolitana e da rede mundial de computadores e da *internet*, que nos permite atingir espaços dos mais diversos possíveis. Todavia, afirmamos que as produções aqui encontradas demonstram que o interesse de estudo pelo local, não apenas na historiografia, tem crescido nos últimos anos, principalmente após a década de 1990, conforme pode-se verificar na sistematização dos quadros referentes ao apêndice citado.

Tanto é que resolvemos fazer um mapeamento nos bancos de dados de Teses e Dissertações da UFPB, a chamada BDTD, e no próprio acervo da biblioteca, para identificarmos outros trabalhos que também desenvolveram suas temáticas em localidades da cidade de João Pessoa, tais como bairros e comunidades. Limitamos-nos ao acervo da Biblioteca Central da UFPB, devido ao tempo e também por este não ser o foco principal do nosso trabalho, embora saibamos que é importante ter contato com tais produções.

Alguns trabalhos, desde os títulos já especificam que o seu objeto de estudo é o Bairro do Roger, porém há outros que contemplam o bairro devido ao recorte espacial ser o mesmo em que ele está inserido, a exemplo de trabalhos realizados no Centro Histórico da cidade de João Pessoa, do processo de urbanização que começou pela zona norte da capital e foi se desenvolvendo a partir da década de 1950 para outras áreas. Sendo assim, estes trabalhos também estar presentes por trazerem informações importantes sobre características culturais, geográficas, arquitetônicas, ambientais, econômicas e sociais do Bairro do Roger.

Por fim, a elaboração do cordel, que é um tipo de literatura popular construída a partir da memória oficial e dos moradores. Este cordel pode ser considerado como material histórico, literário, didático para a comunidade do bairro como um todo e, principalmente, para a comunidade escolar. É uma forma de retornar ao Bairro do Roger e mostrar o que foi produzido com a participação dos moradores, a fim de que eles se reconheçam nos relatos e se enxerguem como sujeitos da História de seu bairro e como cidadãos extraordinários da cidade em que moram e/ou estudam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História do Bairro do Roger é um mosaico mnemônico em que as memórias das mais diversas naturezas se unem para compor um cenário rabiscado de afetividades, de saudosismos, de esquecimentos, de experiências, de continuidades e rupturas. Evoca a atenção no trabalho ora concluído o aspecto histórico de uma construção marcada pela seletividade das fontes, sejam aquelas que nos deram suporte teórico e metodológico, sejam as escritas historiográficas sobre o lugar, sejam aquelas por nós produzidas através do aporte que nos deu a História Oral. Trata-se, portanto, como afirma Barbosa (2005), pelo seu aspecto constitutivo, de uma história do Bairro do Roger no município de João Pessoa, outras se delinearão e outras mais poderão ser tracejadas a partir de perspectivas diferentes em seus aportes e recortes. Todas elas se constituindo, assim, no escopo da história e da memória.

Transformações ocorreram ao longo do tempo, elas são nítidas nas falas dos moradores, são notórias no espaço, na sua circunvizinhança. É claro que já não há mais as relações sociais de antes, a vulnerabilidade da segurança é um fator que atordoia, que está presente em quase todos os relatos de memórias quando nos apontam o medo, a insegurança de atos corriqueiros como pequenos furtos diários, mas não há como negar a peculiaridade do lugar. A rotina saudável das calçadas, da proximidade entre os vizinhos, que mesmo com suas diferenças, vivenciam o lugar em que a noite é uma festa sem motivos, uma comemoração noturna na porta de suas casas para “jogar conversa fora”, que, por sinal, não podem, nem devem ser “jogadas fora” como o jargão propõe, pois são: vida, cotidiano, sentimentos, e memórias!

O questionamento inicial sobre a permanência daquelas pessoas no bairro, localizado na zona norte da cidade, aparentemente relegado pelo poder público, visto na ausência de urbanização, nos casarios abandonados, na falta de políticas públicas para sua revitalização, foi alimentado pelo sentimento de pertencimento que ficava exposto nas falas dos moradores, embora muitos também ali permaneçam devido às condições financeiras que não são favoráveis para mudanças, tendo em vista os altos preços imobiliários em outros bairros da cidade. Mas a fala de Pedro Filho, morador da Rua Carlos Pessoa, sintetiza um pouco do sentimento dos outros moradores: “mesmo se eu ganhasse na Mega-Sena, daqui não saía, eu comprava um quarteirão inteiro”. A relação entre eles é estreita, é sinestésica, há um laço que se desdobra muito além da visão negativa, bucólica, que os outros, *estrangeiros* ao lugar, impõem ao bairro por falta de conhecimento.

Se antes nós apenas víamos o bairro, hoje nós enxergamos, percebemos aquela comunidade como parte que só agrega a identidade histórica da cidade à qual nós pertencemos, não somente por estar fisicamente inserida num espaço de conquista, de desenvolvimento da cidade de João Pessoa, mas por sua cultura, pelo seu povo, que é signo e símbolo da gente pessoense, dos sujeitos históricos deste reduto em suas conexões com os demais espaços e em diversas temporalidades.

Mesmo diante das dificuldades com as fontes, das poucas documentações encontradas na Cúria, das esparsas produções bibliográficas, a História do Bairro do Roger pode ser sentida, tocada não apenas pelos documentos oficiais, mas principalmente pelos relatos de memória que fortalecem a produção historiográfica e nos fazem refletir sobre a contribuição da História Oral à História enquanto fonte e metodologia. Sem ela, certamente essa pesquisa não teria sido a mesma. Do contrário, sabemos da necessidade de novos estudos, inclusive sobre o Centro Popular de Documentação e Informação Utilitária do Baixo Roger – CIPRO. Sobre ele, obtivemos informações superficiais já no final da pesquisa, e mesmo com alguns esforços, poucas coisas foram encontradas. O que sabemos é que ele foi um projeto desenvolvido na década de 1990 por alunos e professores do Mestrado em Biblioteconomia da UFPB, mas isto ficará para uma pesquisa futura.

Quando nos propusemos a fazer esse estudo, logo de início encontramos duas dissertações no campo da sociologia que abordavam a cultura no Bairro do Roger, e nossa preocupação era dar um olhar diferente enquanto objeto de pesquisa, um olhar que pudesse enxergar o seu lado cultural, mas que fosse além e visualizasse as interferências políticas, sociais, a relação do local com o morador e o não morador, a visão endógena circulada e apropriada por aqueles que não conhecem o lugar e, principalmente, de construirmos um material que pudesse ser útil as escolas do bairro, a comunidade do Roger, pontuando os lugares de memória a partir das experiências dos indivíduos, dos seus relatos e, por sua vez, que também viessem a servir aos nossos pares. Nesta proposta de atingir um público diverso, foi que nos preocupamos em retornar a comunidade através de um cordel e de um texto dissertativo que não perdesse seu rigor científico, mas que também tivesse uma linguagem mais fluída, de fácil acesso, pois não era nossa intenção torná-lo mais um trabalho catalogado e pouco consultado nos acervos e bibliotecas da UFPB.

Estudar o Roger foi um desafio constante, uma formação continuada enquanto pesquisadora/professora/funcionária de uma Biblioteca setorial e enquanto ser humano, que precisa se (re)inventar, se refazer a cada descoberta que só acresce ao conhecimento que venha a ser partilhado, construindo e reconstruindo nossas visões já formuladas que devem

estar num constante fluxo de aprendizagem entre o receber e transmitir durante a caminhada profissional e de vida.

Somado a isto, a intenção era que fosse um trabalho que acrescesse a historiografia paraibana, principalmente a historiografia dos bairros na cidade de João Pessoa que necessita ser cada vez mais visualizada nas pesquisas acadêmicas e também pelas escolas, como forma de trabalhar as identidades locais, as memórias dos moradores na busca de um exercício de cidadania que construa sentimentos de pertencimentos individuais e coletivos, quebrando estereótipos, desfazendo preconceitos e proporcionando uma consciência histórica que contribua na compreensão do presente (RÜSEN, 2010).

No espaço conjugado de contribuições proporcionadas pela interdisciplinaridade, este trabalho teve diversas interferências de outras áreas que em estudos pertinentes a temática acrescentaram ainda mais a pesquisa, como trabalhos desenvolvidos em Geografia, Sociologia, Engenharia Urbana, Arquitetura e Urbanismo, por sinal, esta última – no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPB, encontramos muitos trabalhos focados nos bairros da cidade de João Pessoa que tratam sobre o seu processo de urbanização, que a partir da sua estreita relação com a História, devido a necessidade de contextualização histórica para compreensão das continuidades e rupturas dos espaços e tempos diversos acabou por acrescentar informações importantes ao nosso objeto de pesquisa, com ênfase para aqueles estudos desenvolvidos na zona norte da cidade, no seu Centro Histórico.

Se as inquietações iniciais foram importantes para delinear esta pesquisa, outras tantas também nasceram no seu caminhar, a exemplo da imagem negativa que encontramos em maior quantidade no Jornal da Paraíba dentro do nosso recorte, levando-nos a questionarmos se em outras décadas tinham o mesmo teor. Mas, pelo tempo de dois anos, não daríamos conta de trabalharmos com a imprensa enquanto fonte, confrontando jornais de diversas épocas para, quem sabe, chegarmos neste aspecto, a um ponto mais preciso.

No entanto, da mesma forma que novos questionamentos foram surgindo, também fomos surpreendidos por outros problemas que não sabíamos que existia, a exemplo do preconceito interno estabelecido por uma dicotomia que não é apenas espacial, mas social, em que os moradores do Alto Roger relegam os do Baixo Roger e criam disputas culturais, políticas e sociais que acabam por contribuir com o fortalecimento do preconceito daquelas pessoas que não conhecem o lugar.

Assim, partindo das nossas escolhas teóricas e metodológicas, da seleção de fontes escritas e das produzidas através dos depoimentos colhidos, procedemos à construção de uma

história do Bairro do Roger em um exercício historiográfico que tem como função principal o conhecimento dos espaços geográficos em suas inter-relações e de tempos históricos que nos revelam permanências e rupturas no cotidiano dos sujeitos históricos, sejam a partir de experiências individuais, seja no tecer do dia a dia em comunidade. É este conhecimento que, ora produzido, se torna público na perspectiva de contribuir com a visibilidade da história local, em suas diversas e possíveis interfaces, exatamente para aqueles que viveram, vivem e/ou se importam com este local – o Bairro do Roger!

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Santo. De Civitate Dei, XII, XII. In: LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução de Bernardo Leitão et al. 5.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009. 544p.
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, C. B. (Org). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-202.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. A necessária presença do outro – mas, qual outro?: reflexões acerca das relações entre história, memória e comemoração. In: ARAÚJO, Edna; NÓBREGA, Elisa Mariana; SANTOS, Matinho Neto; BARBOSA, Vilma (Orgs.). *Historiografia e(m) diversidade: artes e artimanhas do fazer histórico*. João Pessoa: Editora da UFCG/ANPUH-PB, 2010, p. 11-25.
- _____. Fazer defeitos na memória: para que servem o ensino e a escrita da história?. In: MONTEIRO, Ana Maria; ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís; GONÇALVES, Márcia de Almeida (Orgs.). *Qual o valor da História hoje?*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 21-39.
- ALMEIDA NETO, Antônio Simplício de. *Representações Utópicas no Ensino de História*. São Paulo: Editora Unifesp, 2011.
- ALVES, Luiz Nunes. *História da Paraíba em verso*. Fortaleza: BNB, 1984.
- ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- AUGÉ, Marc. *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papyrus, 1994.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BARBOSA, Cônego Florentino. *Monumentos Históricos e Artísticos da Paraíba*. João Pessoa, PB: A União, 1994.
- BARBOSA, Vilma de Lurdes. *Contribuições para pensar, fazer e ensinar História Local*. 2005. 247p. Tese (Doutorado em Educação). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.
- _____. Ensino de História Local: redescobrimo os sentidos. In *Revista Saeculum*. João Pessoa, 2006, p. 57-85.
- _____. e FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva. História. In. Governo do Estado da Paraíba. Secretaria de Educação e Cultura. Gerência Executiva da Educação Infantil e Ensino Fundamental. *Referenciais Curriculares do Ensino Fundamental: Ciências Humanas, Ensino Religioso e Diversidade Sociocultural*. Governo do Estado da Paraíba. Secretaria de Educação e Cultura. Gerência Executiva da Educação Infantil e Ensino Fundamental. – João Pessoa: SEC/Grafset, 2010. p. 41-156.

- BARROS, José D'Assunção. *A expansão da História*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade – lembranças de velhos*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- _____. A pesquisa em Memória Social. In *Revista Psicologia USP*. São Paulo, v. 4, 1993, p. 277-284.
- BRASIL, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico*. 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 13 Jul. de 2014.
- BRASIL, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico*. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em 13 Jul. de 2014.
- BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Tradução de Carlos Braga e Inácia Canelas. Lisboa: Editorial Presença, 1986.
- BURKE, P. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- CABRAL, Heitor et al. *História da Paraíba e sua capital*. João Pessoa: Imprell Editora, 2010.
- CAMPOS, Ricardo; KOURY, Mauro. *Bairro do Roger: História, Memória e Estigma, sob a ótica dos medos corriqueiros*. Disponível em: <<http://www.prac.ufpb.br/anais>>. Acesso em 03 Jun. de 2013.
- CAMPOS, Ricardo. *Sociabilidade, Medo e Estigma no contexto urbano contemporâneo: o Bairro do Roger na cidade de João Pessoa – PB*. 167p. Monografia (Departamento de Ciências Sociais). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008.
- CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.
- CAPELATO, Maria Helena; PRADO; Maria Lígia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980.
- CATELLI, Roberto Junior. *Temas e Linguagens da História: Ferramentas para a sala de aula no Ensino Médio*. São Paulo: Scipione, 2009.
- CERRI, Luiz Fernando. *Ensino de História e consciência histórica. Implicações didáticas de uma discussão contemporânea*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2006.
- CLEMENTE, Juliana Carvalho. *Vazios Urbanos e imóveis subutilizados no Centro Histórico da cidade de João Pessoa-PB*. 123p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana e Ambiental). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2012.
- CRESTANI, J. O perfil editorial da revista A Estação: Jornal ilustrado para a família. *Revista Anpoll*, Vol. 1, nº 25, 2008. Disponível em: <<http://www.anpoll.org.br/revista/index>>. Acesso em 28 Jul. 2014.

DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do Cotidiano*. Morar, cozinhar. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

DELGADO, Ana Karenina Chaves. O carnaval como elemento identitário e atrativo turístico: análise do projeto folia de rua em João Pessoa (PB). *Revista Cultur*, v.6 , n°4, 2012, p. 37-53.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Um lugar na escola para a História Local. *Ensino em Revista*, Uberlândia, v. 4, n° 1, 1995, p. 43-51.

FERNANDES, Tania Maria; COSTA, Renato Gama. As comunidades de Manguinhos na história das favelas do Rio de Janeiro. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, UFF, v.27, n° 34, 2012, p. 117-136.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. *Aprendendo História*. Reflexão e Ensino. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

FERRO, Marc. *A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação*. São Paulo: IBRASA, 1983. 306p.

FONSECA, Selva Guimarães. Revisitando a História da disciplina nas últimas décadas do século XX. In: *Didática e Prática de Ensino de História*. Campinas: Papirus, 2008, p. 121-126.

_____; SILVA, Marcos. *Ensinar História no século XXI: Em busca do tempo entendido*. Campinas: Papirus, 2007.

FORTUNA, Cláudia Prado; SIMON, Cristiano Biazzo. São Jerônimo da Serra: patrimônio, História Local e cidadania. In: CERRI, Luiz Fernando; GONÇALVES, Nádia Gaiofatto; MOLINA, Ana Heloísa; TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino (Orgs.). *Ensino de História e Educação*. Olhares em Convergência. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2012, v.2.

FLORES, Élio Chaves. Dos feitos e dos ditos: História e cultura histórica. *Saeculum – Revista de História*, ano 13, n. 16 – João Pessoa: Departamento de História/ Programa de Pós-Graduação em História/ UFPB, jan./jun.2007, p. 83-102.

GASTAL, Susana. Lugar de memória: por uma aproximação teórica ao patrimônio local. In: GASTAL, Susana (Org.). *Turismo: investigação e crítica*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 69-82.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

GERMINARI, Geyso Dongley; HORN, Geraldo Balduino. *O Ensino de História e seu Currículo*. Teoria e método. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e açucars: política e economia na Capitania da Paraíba, 1585-1630*. Bauru, SP: Edusc, 2007.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauros, 2003.

HOBBSBAWM, Eric. *Pessoas extraordinárias: resistências, rebelião e jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____;RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Fabíola; MEIHY, José Carlos Sebe B. *História Oral: como fazer, como pensar*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

HONORATO, Rossana. *Se essa cidade fosse minha*. João Pessoa: Editora Universitária-UFPB, 1999.

ITANI, Alice. *Festas e Calendários*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

LEANDRO, Aldo Gomes. *O Turismo em João Pessoa e a construção da imagem da cidade*. 198 p. Dissertação. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2006.

LEITE, Fabiolla Stella Maris de Lemos Furtado. *Em defesa da História Local: Guia de fontes para a história de Serra Branca*. 45p. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

_____. *Pessoas que lembram: lazeres nas memórias e histórias de moradores de Serra Branca – PB (1940-1970)*. 203p. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2012

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: Burke, Peter. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMA, Luciano. *História e poder nas páginas de um jornal: 1971/2011*. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/assessoria_imprensa/mostra_noticia.php?codigo=12875>. Acesso em 20 Jan. 2014.

LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 111-153.

MARTINS, Amílcar Viana Filho. *Como escrever a história da sua cidade*. Belo Horizonte: ICAM, 2005.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Cultrix, 1995.

MEDEIROS, Coriolano. *Tambiá da minha infância – Sampaio*. João Pessoa: A União, 1994.

MELLO, José Octávio de Arruda. *História da Paraíba*. João Pessoa: A União, 2008.

MICELI, Paulo. Uma pedagogia da história? In: BITTENCOURT, Circe; DAVIES, Nicholas; MICELI, Paulo; NADAI, Elza; PINSKY, Jaime (Orgs.). *O Ensino de História e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 37- 52.

MOGENDORF, A Escola de Frankfurt e seu legado. *Revista Verso e Reverso*, v. 26, n 63, 2012, p. 152 -159.

MONTEIRO, Ana Maria F. C. Ensino de História e história cultural: diálogos possíveis. In *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e Ensino de História*. SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). Rio de Janeiro, Mauad, 2005.

MOREIRA, Márcio Macêdo. *Entre Britos e Gaudêncios: cultura política e poder familiar nos Cariris Velhos da Paraíba. (1930-1960)*. 205p. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2012.

MOTTA, Márcia Maria Mendes. História, Memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 21 -36.

NASCIMENTO, Ana Carolina Aires Vieira. *A construção do informal: uma análise morfológica das favelas da cidade de João Pessoa*. 259p. Dissertação. (Mestrado em Engenharia Urbana e Ambiental). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2012.

NASCIMENTO, Mayk Andreele do. *Memória, cultura popular e enraizamento*. Uma análise dos costumes e práticas culturais dos bairros do Roger e Tambiá em João Pessoa – PB. 132 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010.

NEVES, Joana. Entre o criticado e o legitimado: ANPUH, AGB e os Parâmetros Curriculares Nacionais. In: *Contra o Consenso: LDB, DCN, PCN e reformas no ensino*. João Pessoa: Sal da Terra, 2000. p. 73-81.

_____. História Local e construção da identidade social. In: *Revista Saeculum*. João Pessoa, 1997, p. 13 – 28.

NOGUEIRA, Regina Celly. As singularidades do bairro na realização da cidade. *Revista Geografares*, Vitória, v. 1, n° 1, 2000, p. 109-116.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, 1993. n.10, p. 8-28.

_____. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques. e NORA, Pierre. *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 179-193.

PAIVA, Odair da Cruz. *Historias da (I)migração: imigrantes e migrantes em São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XX*. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2013.

PERRENOUD, Philippe. *Construir as competências desde a escola*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas Sul, 1999.

PASCHOAL, Ademar; TATTO, Luiz. Reflexões sobre o poder da mídia na formação da sensação de insegurança. In: Anais do I Seminário de Políticas Públicas no Paraná: escola de governo e universidades estaduais, Paraná, 2008, v1. Disponível em: <<http://www.escoladegoverno.pr.gov.br>>. Acesso em 20 Jan. 2014.

PESSOA, Victor Chacon da Silva. *Bairro do Roger em João Pessoa-PB: o lugar e suas práticas culturais*. 111 p. Dissertação. (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2012.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, v. 5, n.10, 1992.

PRINS, Gwyn. História Oral. In: Burke, Peter. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 163-198.

RAMOS, Maria Elisa Teté. O Ensino de História e a questão do multiculturalismo depois dos parâmetros curriculares nacionais. In: CERRI, Luis Fernando (Org.). *Ensino de História e Educação: olhares e convergência*. Ponta Grossa: UEPG, 2007, p.93 – 111.

RANGEL, Lúcia Helena Vitalli. *Festas Juninas, festas de São João: origens, tradições e histórias*. São Paulo: Publishing Solutions, 2008.

RAUBER, Pedro. Profissão professor: exigências atuais – uma análise. In: *Revista Jurídica UNIGRAN*. Dourados, v. 6 n. 11, 2004, p. 213 – 224.

RIBEIRO, J. L. Midiocracia: Torpor e Torpezas. *Publicado na Lumina*. Juiz de Fora, Facom/UFJF - v.4, n.2, 2001, p. 187-196.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

RISÉRIO, Antônio. Carnaval: as cores da mudança. *Revista Afro-Ásia*. Bahia: CEAO, n. 16, 1995, p. 90-106.

REVEL, Jacques. *Jogos de Escala: a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1998.

_____. *Proposições. Ensaio de história e historiografia*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2009.

RODRIGUEZ, Walfredo. *Roteiro sentimental de uma cidade*. São Paulo: Brasiliense 1962.

RÜSEN, Jörn. *História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora UnB, 2007.

_____. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. 1ª reimpressão. Brasília: Editora UNB, 2010.

SÁ, Nirvana Ligia Rafael de. O Caminho da água na cidade: O serviço de abastecimento de água na Cidade da Parahyba do Norte durante o século XIX e início do século XX. In: CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim; KULESZA, Wojciech Andrzej. (Orgs.). *A Escola e*

a Igreja nas Ruas da Cidade. 1. ed. João Pessoa - PB: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2010, v. 01, p. 83-104.

SACRISTÁN, Cimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOS, Adalberto. *Tradições populares e resistências culturais: políticas públicas em perspectiva comparada*. Salvador: EDUFBA, 2011.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SEABRA, Giovanni Farias; NAU, Cláudia. *Lixão do Roger: habitat urbano do homem urubu*. Disponível em <<http://www.biblioteca.sebrae.com.br/>> Acesso em 30 Mai 2014.

SILVEIRA, Dirce Gomes et al. *História do Baixo Roger*. João Pessoa: UFPB, 1988.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Ambiente Escolar e Direitos Humanos. In. FLORES, Elio Chaves; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; MELO, Vilma de Lurdes e (Orgs.) . *Educação em Direitos Humanos & Educação para os Direitos Humanos*. João Pessoa: Editora UFPB, 2014, p. 203-231.

_____. Memória e Ensino de História. In BEZERRA, Josineide da Silva; CEBALLOS, Rodrigo. *História, Memória e Comemorações*. Campina Grande: EdUFCG, 2012, p. 27-64.

_____. História e Historiografia: entre o nacional e o regional. In ARAÚJO, Edna; NÓBREGA, Elisa Mariana; SANTOS, Martinho Neto; BARBOSA, Vilma (Orgs.) . *Historiografia e(m) diversidade: artes e artimanhas do fazer histórico*. João Pessoa: Editora da UFCG/ANPUH-PB, 2010, p. 9-28.

_____; CALISSI, Luciana. Ciências Humanas e suas tecnologias: conhecimentos de história. In. *Referenciais Curriculares para o Ensino Médio na Paraíba*. Paraíba. Secretaria da Educação e Cultura. Coordenação de Ensino Médio. João Pessoa: A União, 2007. p. 81-167.

SOARES, Maria Victoria Benevides. Cidadania e direitos humanos. In: CARVALHO, José Sérgio (Org.). *Educação, cidadania e direitos humanos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

TEIXEIRA, Mariana Marques. “*Olha o público cansado de esperar, o espetáculo não pode parar!*”: uma história da Ecola Piollin e suas experiências educativas (1977-1984). 201p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Paraíba. João Pessoa, 2012.

THOMPSON, Paul. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *A Voz do Passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Topografia Social da cidade de João Pessoa-PB. Disponível em:

<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2012/04/TOPOGRAFIA-SOCIAL-DE-JOAO-PESSOA_2009.pdf>. Acesso em 28 de Jul 2014.

VAINFAS, Ronaldo. *Micro-história*. Os protagonistas anônimos da História. Rio de Janeiro: Campos, 2002.

VIDAL, Wylanna Carlos Lima. *Transformações urbanas: a modernização da capital Paraibana e o desenho da cidade, 1910-1940*. p. 95. Dissertação. (Mestrado em Engenharia Urbana). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2004.

WEBER, Max. Comunidade e sociedade como estruturas de socialização. In: FERNANDES, Florestan. (Org.). *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p. 140-143.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília. DF: Senado, 1988.

BRASIL. *Lei nº 9.394/ 69 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, Ministério da Educação, 1996.

BRASIL.Presidência da República. *Lei n. 11.274/2006*. Brasília, 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia*. Brasília, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental*. Brasília: MEC/SEF, v. 1, 1998.

BRASIL Ministério da Educação, Secretaria da Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais do ensino médio*. Brasília: Ministério da Educação, 2000.

APENDICE I

Guia de Fontes

- Trabalhos encontrados no Banco de Dados da Universidade Federal da Paraíba.

TÍTULO	AUTOR (A) /ANO	NATUREZA
Informação e Cidadania na Penitenciária e Presídio do Roger	Josinaldo José Fernandes Malaquias (1999)	Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – UFPB. Disponível em: < https://sistemas.ufpb.br/sigaa/public/biblioteca/buscaPublicaAcervo.jsf >.
A Morte e os rituais fúnebres no bairro do Roger. João Pessoa.	Sandra Regina Rodrigues dos Santos (2001)	TCC. Departamento de Ciências Sociais/UFPB. Disponível em: < http://www.cchla.ufpb.br/grem/Orientacoesconcluidas.html >.
Transformações urbanas: a modernização da capital Paraibana e o desenho da cidade, 1910-1940.	Wynna Carlos Lima Vidal (2004)	Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana/UFPB. Disponível em: < http://www.ct.ufpb.br/pos/ppgecam/images/arquivos/dissertacoes/2002/09-2002.pdf >.
O Turismo em João Pessoa e a construção da imagem da cidade	Aldo Gomes Leandro (2006)	Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFPB. Disponível em: < http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes/aldo_leandro.pdf >.
Sociabilidade, Medo e Estigma no contexto urbano contemporâneo: o bairro do Roger na cidade de João Pessoa – PB	Ricardo Bruno Cunha Campos (2008)	Monografia. Departamento de Ciências Sociais. CCHLA/UFPB. Disponível em: < http://www.cchla.ufpb.br/caos/n13/ricardocampos.pdf >.
O centro principal de João Pessoa: espacialidade, historicidade e Centralidades.	Andréa Leandra Porto Sales (2009)	Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFPB. Disponível em: < http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes/andrea_sales.pdf >.
Qualidade da água do estuário do Rio Sanhauá na Paraíba e conflitos de usos existentes na área de influência do antigo lixão do Roger.	Magdalena Duarte da Costa (2009)	Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana e Ambiental-UFPB Disponível em: < http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/processaPesquisa.php?listaDetalhes%5B%5D=122&processar=Processar >.
A cidade no despertar da era higiênica: A Cidade da Parahyba e o Movimento Higienista (1854 - 1912).	Nirvana Lígia Rafael de Sá (2009)	Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFPB. Disponível em: < http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes/nirvana_ligia.pdf >.
Memória, Cultura Popular e enraizamento: uma análise dos costumes e práticas culturais dos bairros do Roger e Tambiá em João Pessoa – PB.	Mayk Andreele do Nascimento (2010)	Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Sociologia- UFPB. Disponível em: < http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_arquivos/22/TDE-2011-05-24T165335Z-1045/Publico/arquivototal.pdf >.
Influência do antigo lixão do Roger, João Pessoa, nas águas subterrâneas locais.	Giulliano de Souza Fagundes (2010)	Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana e Ambiental-UFPB. Disponível em: < http://www.ct.ufpb.br/pos/ppgecam/images/arquivos/dissertacoes/2008/08-2008.pdf >.
O presídio do Roger como gerador do comércio informal: atividade que movimentava a economia no Bairro do Roger.	Aline Cristine Cardoso da Silva (2010)	Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFPB. Disponível em: < https://sistemas.ufpb.br/sigaa/public/biblioteca/buscaPublicaAcervo.jsf >.

Orçamento Democrático em João Pessoa: A experiência do Bairro do Roger.	Adailson Regis de Oliveira (2011)	TCC. Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal. Modalidade à distância. Disponível em: < http://portal.virtual.ufpb.br/bibliotecavirtual/files/oraamento_democratico_em_joao_pessoa_a_experiancia_do_bairro_do_roger_1343922449.pdf >.
A Cidade Alta como paisagem: Repensando a conservação do Centro Histórico de João Pessoa.	Rafaela Mabel Silva Guedes (2012)	Dissertação. Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo UFPB. Encontra-se apenas catalogada online no site do PPGAU, estando disponível apenas na versão impressa in loco.
Vazios urbanos e imóveis subutilizados no Centro Histórico tombado da cidade de João Pessoa – PB	Juliana Carvalho Clemente (2012)	Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana e Ambiental – UFPB. Disponível em: < http://bdt.biblioteca.ufpb.br/tde_arquivos/4/TDE-2012-10-30T113207Z-1777/Publico/arquivototal.pdf >
“Olha o público cansado de esperar, o espetáculo não pode parar!”: uma história da Escola Piollin e suas experiências educativas (1977-1984).	Mariana Marques Teixeira (2012)	Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação/UFPB. Disponível em: < http://bdt.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2609 >
A construção do informal: uma análise morfológica das favelas da cidade de João Pessoa	Ana Carolina Aires Vieira Nascimento (2012)	Dissertação. Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana e Ambiental/UFPB. Disponível em:
Zonas especiais de interesse social: a institucionalização da Segregação sócio-espacial em João pessoa – PB	Thiago de Almeida Lima (2012)	Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFPB. Disponível em: < http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes/thiago_lima.pdf >.
Estratigrafia e paleoambientes em rochas da formação gramame nas pedreiras do Roger em João Pessoa – PB.	Daniel da Silva Oliveira (2014)	Monografia. Departamento de Geociências. CCEN/UFPB. Disponível em: < http://rei.biblioteca.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/688/1/DSO11082014.pdf >.

- Fontes encontradas em repositórios de outras instituições, anais, periódicos científicos e *sites* de busca da *internet*.

TÍTULO	AUTOR/ANO	NATUREZA
Tentativas de ação cultural como prática discente.	Ana Maria Ataíde Polker (1990)	Trabalho apresentado na 45ª Conferência Internacional da FID. Disponível em: < http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/POLKE%20Tentativas%20de%20acao%20cultural.pdf >.
Ação Cultural e Cidadania: uma história sem fim.	Francinete Fernandes de Sousa; Rosires de Andrade Carvalho; Vanildo Mousinho Marinho (1994)	Artigo publicado na Revista Informação e Sociedade. Disponível em: < http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/191/1412 >.
Experiência de serviços de informação para comunidades economicamente desfavorecidas na cidade de João Pessoa.	Raquel Abath; Lívia Carvalho; Rosilda Sá (1995)	Relatório de trabalho apresentado no Encontro Nacional de pesquisadores da Ciência da Informação. Disponível em: < http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/787F719BF2EE39C203256F9B004C26F4/\$File/NT000A36CA.pdf >.
As singularidades do Bairro na realização da cidade	Regina Celly Nogueira (2000)	Artigo publicado na Revista Geografares. Disponível em: < http://periodicos.ufes.br/geografares/article >.

		/viewFile/1168/880>.
Lixão do Roger: habitat urbano do homem urubu.	Giovanni Seabra; Claudia Neu (2003)	Artigo publicado na Revista Conceitos. Disponível em: <www.2.114.147/bds/bds.nsf/>.
Lixão do Roger: Uma experiência que educa – Vivenciando na prática a pedagogia da cooperação.	Jaqueline Brito Vidal Batista; Maria do Socorro Dantas; Efigênia Maria Dias Costa (2006)	Artigo publicado na Revista Eletrônica Extensão Cidadã. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/extensaocidadada/article/view/1339>.
Cultura popular nos bairros do Roger e Tambiá: Cotidiano, costumes e resistência.	Mayk Andreele do Nascimento (2008)	Artigo. Revista eletrônica de Ciências Sociais. n.12. setembro de 2008. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/caos/numero12/REVISTA_12_2007_MAYK.pdf>.
O que há de novo na noite de São João? (Re) significação dos festejos juninos na comunidade do Roger-João Pessoa/PB	Victor Chacon Pessoa (2008)	Monografia. Departamento de Geografia/UEPB. Disponível no Acervo físico da instituição.
Lembranças do vivido: memória e cultura popular nos bairros do Roger e Tambiá	Mayk Andreele do Nascimento (2011)	Artigo publicado em Anais do evento da ANPUHPB. Disponível em: <http://www.anpuhp.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2011%20-%20Mayk%20Andreele%20do%20Nascimento%20TC.PDF>.
Um estudo sobre as mudanças ocorridas na paisagem urbana do bairro do Varadouro.	Fábio Mendes Venceslau (2011)	TCC – Departamento de Geografia/UEPB. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/2892/1/PDF%20-%20Fabio%20Mendes%20Venceslau.pdf>.
A História da Comunidade do S.	Murucutu (2012)	Documentário. Disponível em: <http://vimeo.com/43400813>.
Bairro do Roger em João Pessoa-PB	Victor Chacon (2012)	Slide apresentado na defesa de dissertação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WjfTo9kTBs>.
O Bairro do Roger em João Pessoa: o lugar e suas práticas culturais.	Victor Chacon Pessoa (2012)	Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia/UECE. Disponível em: <http://www.uece.br/mag/dmdocuments/victor_chacon_dissertacao>.
Paisagem Arquitetônica da cidade de João Pessoa/PB e seu significado: o perceptivo dos moradores e visitantes	Sâmia Bandeira (2012)	Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRN. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/1/9792/1/SamiaEACB_DISSERT.pdf>.
A COMUNIDADE DO S: uma situação de vulnerabilidade socioambiental	Alessandra Pereira da Silva; Amanda Virginia Albuquerque dos Santos; Suellen Regina Fagundes de Oliveira. (s.d)	Artigo publicado em Anais da IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/3_desigualdade-pobreza/a-comunidade-do-s-uma-situacao-de-vulnerabilidade-socioambiental.pdf >.
A exclusão de comunidades em situação de vulnerabilidade e de risco social: o caso da comunidade do S.	Maria de Lourdes Soares. (s.d.)	Artigo disponível em: <http://www.cibs.cbciss.org/arquivos/A%20EXCLUSIO%20DE%20COMUNIDADES%20EM%20SITUACAO%20DE%20VULNERABILIDADE%20E%20DE%20RISCO%20SOCIAL.pdf. Acesso em 20 de novembro de 2014>.

Ensino de artes e inclusão social: a experiência da oficina de Casa Pequeno Davi.	Kelly Cristine Cordeiro; Livia Marques Carvalho. (s.d.)	Artigo publicado no XII Encontro de Extensão da PRAC-UFPB.
História, Memória e estigma, sob a ótica dos medos corriqueiros.	Ricardo Bruno Campos; Mauro Koury. (s.d.)	Artigo publicado em Anais do IX ENEX. Disponível em: < http://www.prac.ufpb.br/anais/IXEnex/extensao/documentos/anais/2.CULTURA/2CCHLADCSPEX01.pdf >.

- Outros trabalhos que tratam sobre bairros da cidade de João Pessoa encontrados nos repositórios das pós-graduações e graduações da UFPB

TÍTULO	AUTOR/ANO	NATUREZA
A reprovação social: o fenômeno da evasão e repetência nas escolas dos conjuntos habitacionais de João Pessoa-PB	Evanice dos Santos Silva (1985)	Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Sociologia/ UFPB. Disponível em: < http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1730 >.
Estudo do processo de ocupação do bairro de Tambaú	Verônica Assis (1995)	TCC. Departamento de Geografia CCEN/UFPB. Disponível na Biblioteca Setorial.
O bairro da Torre de feição bucólica a cenário das transformações recentes /	Valdete Silva (1996)	TCC - Departamento de Geografia/UFPB. Disponível na Biblioteca Setorial do CCEN.
Bairro do Miramar: suas histórias, seus moradores.	Palmeira, Balila (1997)	Livro disponível no acervo físico da Biblioteca Central da UFPB.
Qualidade da água e saúde: um estudo com a população do Bairro Alto do Mateus - João Pessoa / PB.	Márcia Viana Silva (2002)	Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. PRODEMA/UFPB. Disponível na Biblioteca do Programa.
Morfologia urbana, qualidade de vida e ambiental em assentamentos espontâneos: o caso do Bairro São José - João Pessoa - PB.	Marco Antonio Suassuna Lima (2004)	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. PRODEMA/UFPB. Disponível em: < http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=314 >.
Interrelações existentes entre os escoamentos de ventos e os padrões de ocupação do solo nos Bairros do Cabo Branco e Tambaú/João Pessoa - PB.	Paulo Sergio Araújo Peregrino (2005)	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana. UFPB. Disponível em: < http://www.ct.ufpb.br/pos/ppgecam/images/arquivos/dissertacoes/2002/06-2002.pdf >.
Transformações urbanísticas em um Bairro planejado: o caso do projeto habitacional Mangabeira em João Pessoa-PB.	Antonio Willamys Fernandes da Silva. (2005)	Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana. Disponível em: < http://www.ct.ufpb.br/pos/ppgecam/images/arquivos/dissertacoes/2003/02-2003.pdf >.
A questão do gabarito na orla marítima de João Pessoa (bairros de Manaíra, Tambaú e Cabo Branco)	Raphaela Cristhina Claudino Moreira (2006)	Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana. Disponível em: < http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=27 >.

		2>.
Acessibilidade e mobilidade na orla marítima de João Pessoa: uma análise qualitativa nos espaços livres de circulação da orla dos Bairros Manaíra e Tambaú.	Nadia Freitas Rodrigues (2006)	Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana/UFPB. Disponível em: < http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1152 >.
As estratégias de sobrevivência das populações ribeirinhas em João Pessoa-PB: o caso da comunidade Mangue-Seco no Bairro da Ilha do Bispo.	Hamilton da Silva Santos (2006)	Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFPB. Disponível em: < http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_arquivos/6/TDE-2014-02-27T090249Z-2294/Publico/ArquivoTotalHamilton.pdf >.
Drenagem urbana em áreas especiais: o caso da bacia fechada do Bairro de Oitizeiro, João Pessoa.	Valéria Diniz dos Santos (2006)	Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana/UFPB. Disponível em: < http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=148 >.
Determinação e verificação de ângulos de céu decorrentes dos padrões de ocupação do solo nos Bairros de Cabo Branco e Tambaú - João Pessoa-PB.	Janine Holmes Santos (2007)	Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana/UFPB. Disponível em: < http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=199 >.
A feira livre do Bairro dos Estados.	Edson Farias Filho (2008)	Monografia. Departamento de Geografia. CCEN/UFPB. Disponível na Biblioteca Setorial do CCEN.
A violência da segregação. Uma etnografia da comunidade do Timbó localizada no Bairro de Bancários em João Pessoa/PB.	Cristiane Leal Rodrigues Soares (2009)	Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Sociologia/ UFPB. Disponível em: < http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1584 >.
Áreas de risco no bairro de Cruz das Armas - João Pessoa (PB): identificação e caracterização.	Saulo Vital (2009)	Monografia. Departamento de Geografia. CCEN/UFPB. Disponível na Biblioteca Setorial do CCEN.
Cultura popular e educação em direitos humanos: uma análise do centro popular de cultura (C.P.C.) do bairro dos Novais em João Pessoa (PB).	Camila Pinheiro (2009)	Monografia. Departamento de Sociologia. CCHLA/UFPB. Disponível na Biblioteca Setorial do CCHLA.
Eficiência Hidráulica e Energética da Operação do Bombeamento para o Abastecimento do Bairro de Mangabeira em João Pessoa.	Leonardo Leite Brasil Montenegro (2009)	Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana/UFPB. Disponível em: < http://www.lenhs.ct.ufpb.br/wp-content/uploads/arquivos/VERS%C3%83O_2010-final.pdf >.

Turismo e a Comunidade Porto do Capim: uma análise da participação local nas políticas públicas no Centro Histórico de João Pessoa-PB.	Silvonetto Oliveira da Silva (2010)	Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Sociologia/ UFPB. Disponível em: < http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1459 >.
Vivendo o espaço urbano: sociabilidade e apropriações no cotidiano da Praça do Caju em João Pessoa –PB.	Ricardo Bruno Campos (2010)	Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Sociologia/ UFPB. Disponível em: < http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=723 >.
O processo de verticalização e a (re)produção da cidade: um estudo do Bairro de Manaíra em João Pessoa, Paraíba.	Flávia Dantas da Nóbrega (2011)	Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura Urbanismo/UFPB. Disponível em: < https://sistemas.ufpb.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=1872 >.
Impacto da verticalização na qualidade do espaço residencial: um estudo no Bairro de Tambaú, na cidade de João pessoa - PB.	Fabiana de Albuquerque Silveira. (2012)	Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura Urbanismo/UFPB. Disponível em: < https://sistemas.ufpb.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=1872 >.
Planejamento, gestão e (re) ordenamento territorial da orla: o caso do Projeto Orla em João Pessoa-PB nos Bairros do Bessa e Jardim Oceania.	Helio de França Gondim. (2012)	Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFPB. Disponível em: < http://bdtd.bibl26T115339Z-2994/Publico/arquivototal.pdf ioteca.ufpb.br/tde_arquivos/11/TDE-2014-08- Acesso em 20 de setembro de 2014>.
O bairro de Jaguaribe na memória dos seus moradores idosos	Juliana Barros de Oliveira (2012)	Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História/UFPB. Disponível em: < http://www.cchla.ufpb.br/ppgh >.
Segregação urbana e organização socioespacial: um estudo da Comunidade do Timbó, em João Pessoa – PB.	Ana Luisa Pita (2012)	Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo/UFPB. Disponível em: < http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2681 >.
Aprendendo música como Tupinambá: estudo sobre os processos de transmissão musical numa Tribo Indígena Carnavalesca no Bairro Mandacaru de João Pessoa	Marta Sanches Clemente (2013)	Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Música/UFPB. Disponível em: < https://sistemas.ufpb.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=1894 >.
Uma análise do bairro de Cruz das Armas sob a ótica do medo.	Alessa Souza (2013)	Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Sociologia/ UFPB. Disponível em: < http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/ >.
A experiência participativa de João Pessoa – Paraíba: potencialidades e limites.	Acilino Alberto Madeira Neto (2013)	Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Sociologia/ UFPB. Disponível em: < http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_arquivos/22/TDE-2014-07-14T075646Z-2747/Publico/arquivototal.pdf >.

- Livros que abordam o Bairro do Roger em diversos aspectos;

TÍTULO	AUTOR/ANO	REFERÊNCIA
História da Paraíba em verso	Luiz Alves, 1984	ALVES, Luiz Nunes. <i>História da Paraíba em verso</i> . Fortaleza: BNB, 1984.
História do Baixo Roger	Dirce Gomes Silveira Et. Al., 1988	SILVEIRA, Dirce Gomes et al. <i>História do Baixo Roger</i> . João Pessoa: UFPB, 1988
Monumentos Históricos e Artísticos da Paraíba	Cônego Florentino, 1994	BARBOSA, Cônego Florentino. <i>Monumentos Históricos e Artísticos da Paraíba</i> . João Pessoa, PB: A União, 1994.
Tambiá da minha infância – Sampaio	Coriolano Medeiros, 1994	MEDEIROS, Coriolano. <i>Tambiá da minha infância – Sampaio</i> . João Pessoa: A União, 1994.
Roteiro Sentimental de uma Cidade	Walfredo Rodriguez, 1994	RODRIGUEZ, Walfredo. <i>Roteiro sentimental de uma cidade</i> . São Paulo. Brasiliense. 1994.
Se essa cidade fosse minha.	Rossana Honorato, 1999	HONORATO, Rossana. <i>Se essa cidade fosse minha</i> . João Pessoa: Editora Universitária- UFPB, 1999.
Guerras e açucars: política e economia na Capitania da Parahyba, 1585-1630.	Regina Célia Gonçalves, 2007	GONÇALVES, Regina Célia. <i>Guerras e açucars: política e economia na Capitania da Parahyba, 1585-1630</i> . Bauru, SP: Edusc, 2007.

- Documentários e vídeos sobre o Bairro do Roger e alguns dos seus lugares.

TÍTULO	AUTOR/ANO	LOCALIZAÇÃO
O Fim do Lixão do Roger	Vídeo institucional promovido pela Gestão Municipal. (2012)	Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=qSvstO99410 >.
Bairro do Roger em João Pessoa/PB	Vídeo elaborado por Victor Chacon para apresentar na sua defesa de dissertação. (2012)	Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=WjftO9kTBsM >.
Comunidade do S	Vídeo produzido pelo artista Francês Murucutu com a Casa Pequeno Davi. (2013).	Disponível em: < http://vimeo.com/43400813 >.

- Documentos produzidos durante a nossa pesquisa dissertativa a partir dos depoimentos orais. Fontes Oraís produzidas durante a pesquisa.

NOME	IDADE	NATUREZA
Claudete Rodrigues	70 anos	Moradora do Bairro do Roger

Fábio Henrique		Ex Morador do Bairro
José Brito da Silva (Sr. Duda)	93 anos	Morador do Bairro do Roger. Fundador da Escola Catedráticos do Ritmo.
José Brito da Silva Filho (Zé de Brito)	64 anos	Morador do Bairro do Roger. Atual presidente da Escola de Samba Catedráticos do Ritmo. Filho do Sr. Duda
Josefa Cavalcanti (Dona Tina)	73 anos	Moradora do Bairro do Roger.
Pedro Coutinho	55 anos	Morador do Bairro do Roger. Representante político do bairro. Atual secretário do Instituto Previdenciário do Município de João Pessoa.
Pedro Filho	34 anos	Morador do Bairro do Roger
Rolsido Olveira		Morador do Bairro do Roger.
Tavinho Santos	58 anos	Ex-morador do Bairro do Roger. Representante político. Atual presidente do Esporte Clube Cabo Branco.
Professor A	*	Professores da rede municipal/estadual de ensino do Bairro do Roger.
Professor B	43 anos	Professores da rede municipal/estadual de ensino do Bairro do Roger.
Professor C	37 anos	Professores da rede municipal/estadual de ensino do Bairro do Roger.

APENDICE II

**MEMÓRIAS DO
BAIRRO DO ROGER EM CORDEL.**

Parece desconhecido
 Mas todos são desavisados
 Não tem só lixão e presídio
 Cultural, bem bonito
 O Bairro do Roger é organizado.

Venha cá, vamos juntos
 Sua História conhecer
 Pela memória dos moradores
 Seus guardiões de memória
 Que me ajudaram a tecer.

De amigo a amigo
 Conheci Dona Claudete
 Mãe do chefe Marivan
 Gente Boa, sempre alegre.

Me contou que o seu pai
 Por ali muito aprontou
 Ajudou o carnaval
 E o Onze estruturou.

Hoje resta é só saudade
 Daquele homem sempre rente
 Que vive não só na mente
 Mas no coração daquela gente.

Severino de Almeida
 E Também tem o Lima
 São alguns dos moradores
 Que por lá logo se pinta.

Hoje não são esquecidos
 Por tudo que incentivou
 Grandes foram os seus feitos
 Que a memória sacralizou

Por aquelas redondezas
 Era sítio, vastas terras
 Tinha nome esquisito
 Maria Burinhosa, outra época.

Um Inglês tomou de conta
 Richard Roggers se chamava
 Depois de falecido
 Uma homenagem lhe fincara

Virou o Bairro do Roger
 Terras da nossa Igreja

Dividido em Baixo e Alto
Mas de uma só natureza

Por lá o Lixão passou
Tem também o tal presídio
Mas antes de julgar o espaço
Venha vê o que há de bonito.

Na ladeira Dom Vital
Uma paisagem que encanta
Tem a Bica, o Carnaval
O São João e outras festanças.

Mas deixa logo te dizer
Tem algo melhor que isto
É o povo que por lá mora
Que nos faz ser acolhidos.

Por isto entre sem medo
E por lá venha andar,
Não há nada de esquisito
Há gente boa pra te encontrar.

Seu Duda é um deles
Mestre do carnaval
Na década de 40 chegou
Viver por lá, acha legal.

Chamado de Catedráticos
A Escola de samba se ergueu
Levou vinte cinco títulos
Dona Verbena, grande símbolo
Que Deus a tenha, já faleceu.

Memórias vivas de Sr. Duda
Do seu Filho Zé de Brito
Duas figuras conhecidas
No Roger e no Município

Com noventa e três anos
Diz que muito não recorda
Mais a memória muito viva
Narra tudo numa prosa.

Me falou do Roger de outrora
E o sorriso vinha ao rosto
Sair de lá nunca pensou
Por muito amor e bom gosto

Da Rua Pedro Ulisses
Muitas lembranças levou
Mas na Juiz Gama e Melo
Reside, Trabalha e se diverte
Com tudo que por lá já passou.

Me recordou do Foro
Que para Igreja Pagava
Já que se comprava a casa
E o terreno Alugava.

Mas com muita boa luta
E seu filho que ajudou
Hoje tem aquela casa, tão sua
Cheia das Graças
Que Jesus abençoou.

Logo encontrei Dona Tina
Toda desconfiada
Não sabia se falava
O marido a interrompia
Disse pro CENSO já falara.

Aos pouquinhos se soltando
Dona Tina se encorajou
Falou das mudanças no Bairro
Do Carnaval que já brincou.

Bem da Rua da Saudade
Onde primeiro morou
Avistava a batucada
O Fuzuê e a molecada
Os brincantes que lá pulou.

Já não é mais como antes
Assim ela afirmava
Os assaltos acontecem
Ontem, hoje, na madrugada.

Mesmo sem morar no Roger
Todo dia vai pra lá
Tem filhos, netos e amigos
Que por lá vai visitar.

E por ali ela fica

Do seu fiteiro na calçada
Disse é tanta gente que passa
Que não dá conta da molecada.

Pra quem ainda resiste
Não sabe o que está a perder
A bica, o estuário do Rio Paraíba
Piollin você vai vê.

A Casa Pequeno Davi
As Quadrilhas de destaque
Santa Terezinha Lá em cima
Rita De Cássia Lá de baixo.

As festas da padroeira
Oração e diversão
Por lá todos se conhecem
E seguem a procissão.

Tem também o São João
Suas Quadrilhas se destacam
Lageiro Seco, de Zé Bedeu

E foi por aquele espaço
Que sua cidade floresceu
Contornada pela Mata Atlântica
João Pessoa se desenvolveu.

Conhecer o Bairro do Roger
É reviver outro tempo
Gente por toda calçada
Vara dia, noite a dentro.

Desafio você e ele
Todo mundo vim conhecer
Esse Bairro tão bonito
De Rosildo, Pedro, Severino,
Moradores, antigos inquilinos
Que por lá amam viver.

Luana Bispo

